

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**GIANY APARECIDA POVOA**

SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: entre a solidariedade e o individualismo

SÃO PAULO

2018

Giany Aparecida Povoá

SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: entre a  
solidariedade e o individualismo

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,  
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-  
Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu  
Abramo, como parte dos requisitos necessários à  
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y  
Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Ms. William Vella Nozaki

São Paulo

2018

## Ficha Catalográfica

POVOA, Giany Aparecida

Seguridade Social no Brasil: entre a solidariedade e o individualismo / Giany Aparecida Pova. São Paulo: FLACSO/FPA, 2018.

97 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2018.

Giany Aparecida Povoá

SEGURIDADE SOCIAL NO  
BRASIL: entre a solidariedade e o  
individualismo

Dissertação apresentada ao curso  
Maestría Estado, Gobierno y Políticas  
Públicas, Faculdade Latino-Americana  
de Ciências Sociais, Fundação Perseu  
Abramo, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do título de  
Magíster en Estado, Gobierno y  
Políticas Públicas.

Aprovada em

---

Prof. Ms. William Vella Nozaki  
FLACSO Brasil/FPA

---

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Correa de Moraes  
Universidade Estadual de Campinas

---

Prof. Dr. Francisco Josué Medeiros de Freitas  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Eduardo Fagnani (suplente)  
Universidade Estadual de Campinas

**José Otávio e Estevão**

**Dedico este trabalho especialmente à vocês, filhos queridos  
que compreenderam com tanta generosidade minhas ausências  
nestes últimos anos na gestão pública. Minha eterna gratidão!**

**Carlos, à você e aos nossos filhos, com todo meu amor!**

## AGRADECIMENTO

Toda a gratidão por aqueles que estiveram e estão ao meu lado nos momentos interessantes e desinteressantes de minha vida até aqui.

Diversas pessoas me ajudaram nesta dissertação, demonstrando amizade, paciência, afeto e sensibilidade. À todas e todos meu muito obrigada!

À Fundação Perseu Abramo e todas as professoras e professores do Mestrado, especialmente os professores Greiner Costa e Josué Medeiros que me auxiliaram no início deste trabalho.

Ao professor orientador William Nozaki, obrigada pelos conselhos generosos, ponderados, ricos e certos.

Aos colegas da primeira turma do Mestrado Profissional Estado, Governo e Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo e ao amigo Jean Camoleze que compartilhou comigo as angústias da construção deste texto.

Às cidadãs e cidadãos que utilizam o Sistema Único da Assistência Social e compartilham comigo, generosamente, a história de sua vida cotidiana sem filtros.

A minha mãe, Nadyr Pova, uma grande mulher. A meu pai, José Pova, que ao escrever não encontro palavras e sou tomada por imensa saudade, revelando mais uma vez o pai humano e presente que ele sempre foi.

À todas as trabalhadoras e trabalhadores da área social com os quais tenho tido a honra de desenvolver boas empreitadas para mudar o mundo, meu mais profundo agradecimento. Compartilhar aventuras com vocês tem sido uma grande satisfação! Sigamos companheiros camaradas!

À todas as mulheres, as que viveram antes do meu tempo e as que estão presentes hoje, meu agradecimento mais que especial e o reconhecimento de que sua luta árdua, insistente e incansável, criou oportunidade e espaço para que outras, como eu, pudessem ocupar a cena e tomar a fala na vida cotidiana. A vocês que escreveram e escrevem com sangue a nossa história, minha sincera reverência, respeito e admiração. Sigamos em marcha até que todas sejamos livres!

**“Eu gosto dos que tem fome,  
Dos que morrem de vontade,  
Dos que secam de desejo,  
Dos que ardem...**

Senhas - Adriana Calcanhoto

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I.....	11
WELFARE STATE E SEGURIDADE SOCIAL NO CAPITALISMO CENTRAL: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA .....	11
CAPÍTULO II.....	35
WELFARE STATE E SEGURIDADE SOCIAL NO CAPITALISMO PERIFÉRICO: INTERPRETAÇÃO DO CASO BRASILEIRO.....	35
CAPÍTULO III .....	55
WELFARE STATE E SEGURIDADE SOCIAL: ENTRE A CONSCIÊNCIA COLETIVA DE CLASSE E A EXPERIÊNCIA INDIVIDUAL DE MERCADO.....	55
CONCLUSÃO.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	90



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasce da inquietação em compreender melhor os caminhos da proteção social na história da humanidade e particularmente na história brasileira, de sua dinâmica contraditória, sua relação com o capitalismo, sua ligação com os laços de solidariedade e conseqüentemente com a classe trabalhadora que passou por mudanças estruturais nos últimos anos com a inclusão econômica de uma nova parcela da população, invisível até pouco tempo.

Cabe ressaltar que ao longo do processo de tecitura deste texto, passamos por vários momentos de crise no processo democrático brasileiro que culminou com a deposição da presidenta eleita Dilma Roussef, o que representou um retrocesso no avanço dos direitos sociais conquistados nos últimos anos e coloca em xeque as conquistas garantidas na Constituição de 1988. Ainda que muitas delas nem tenham sido implantadas, estavam no horizonte de serem conquistadas. Ficou claro desde então, que a proteção social é um instrumento político disputado tanto pelo capital como pela classe trabalhadora e que, o governo ilegítimo e impopular hoje no poder, não poupa esforços para reforçar o capital, agora neoliberal, em detrimento da melhoria das condições de vida e de cidadania da população brasileira.

As rápidas mudanças no cenário nacional nos últimos meses, fizeram com que a proposta inicial deste texto fosse modificada por várias vezes na tentativa de que o tema permanecesse atual e interessante aos leitores e ao Partido dos Trabalhadores, tão desafiado a rever posturas e conceitos nestes tempos difíceis de conflito e insegurança. Espero sinceramente que o presente trabalho contribua para reflexões sadias, ternas e solidárias.

Com isto em mente, as perguntas orientadoras que servem como fio condutor desta pesquisa tem como eixo central as seguintes questões:

- 1- Por que é tão difícil organizar a ideia de seguridade social?
- 2- Quais são os princípios da seguridade social na política pública brasileira?
- 3- Qual a relação entre Estado de bem-estar social e seguridade social na transformação na estrutura de classes brasileira?

Em busca destas repostas, o trabalho se divide em três capítulos. No primeiro capítulo vamos perpassar pela reconstrução histórica e teórica do welfare state e da seguridade social no capitalismo central. Será possível verificar que a história do bem-estar social pode ser vista a partir da imagem de um pêndulo que oscila, desde sempre, entre o Estado e o mercado, entre os interesses da classe dominante e os interesses da classe dominada. Esta oscilação faz com que a relação entre capitalismo e bem-estar social seja necessária para atender os modos de produção do capitalismo industrial.

No capítulo II, seguiremos pela interpretação do welfare state e da seguridade social no caso brasileiro. No Brasil a industrialização e conseqüentemente a seguridade social ocorrem tardiamente comparadas a outros países do capitalismo central. Somado a isso, a cidadania brasileira apresenta uma lógica invertida na conquista dos direitos. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais em detrimento dos direitos civis e políticos, o que trouxe conseqüências para a eficácia da cidadania ao favorecer a visão corporativista dos interesses coletivos e a centralidade no poder Executivo que por sua vez, enfraquece o legislativo.

No capítulo III, abordaremos a conexão entre o Estado de bem-estar social e sua relação com as classes sociais, especialmente a classe trabalhadora, ou seja, a seguridade social entre a consciência coletiva de classe e a experiência individual de mercado. Veremos que as conquistas da seguridade social estão intimamente ligadas à luta dos trabalhadores por direitos sociais e cidadania. A chegada do capitalismo neoliberal com seus preceitos de individualidade e meritocracia, confunde a classe trabalhadora que passa a se guiar pelos ideais do indivíduo-empresa. Com laços de solidariedade frágeis entre os trabalhadores a seguridade social como projeto coletivo torna-se ainda mais precária.

Não faremos neste trabalho uma análise exaustiva dos princípios orientadores do welfare state. Através de análise bibliográfica buscou-se a discussão teórica/histórica/política da implantação da seguridade social a fim de definir melhor seu conceito.

## CAPÍTULO I

### WELFARE STATE E SEGURIDADE SOCIAL NO CAPITALISMO CENTRAL: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA

“Há sempre a violência de um signo que nos força a buscar, que nos rouba a paz... A verdade nunca é o produto de uma boa vontade prévia, mas o resultado de uma violência no pensamento... A verdade depende de um encontro com algo que nos força a pensar e buscar o verdadeiro... É o acaso do encontro que garante a necessidade daquilo que é pensado... Que quer aquele que diz ‘eu quero a verdade?’ Ele só a quer coagido e forçado. Ele só a quer sob o império de um encontro, conectado a tal signo”

Gilles Deleuze

A verdade das coisas é sempre uma questão de ponto de vista. As relações entre Estado e sociedade civil, são desde sempre, conflitantes, confusas e permeadas por interesses difusos. Isso pode ser facilmente compreendido quando se leva em conta a produção acadêmica, os papéis sociais dos indivíduos e as oportunidades de participação das pessoas na esfera político-social. Assim sendo, há muitas razões para se refletir sobre o papel do Estado na vida cotidiana das pessoas.

“As sociedades humanas sempre se encontram em permanente transformação, por mais ‘estáveis’ ou ‘estáticas’ que elas pareçam ser. Mesmo uma sociedade tida como estagnada só pode sobreviver absorvendo pressões do ambiente físico ou de sua composição interna, as quais redundam e requerem adaptações sócio-dinâmicas que significam, sempre, alguma mudança incessante, embora esta seja com frequência pouco visível (quer à análise microssociológica, quer à análise macrossociológica de conjuntura).” (FERNANDES, 1979, p.23)

Os cientistas sociais se dedicaram ao estudo do Estado e das políticas de bem-estar social, incluindo as origens do estado de bem estar, o sucesso de suas políticas em aumentar a igualdade nas sociedades ocidentais e suas limitações. (KING, 1987). A principal questão a ser debatida no âmbito dos estudos sobre o Estado de bem estar social é entender se, e em que condições, as divisões de classe e as desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo podem ser desfeitas pela democracia. (ESPING-ANDERSEN, 1991). Para Florestan Fernandes (1979), o estado normal de uma sociedade é seu funcionamento concreto sempre pautado pela

combinação entre tensões estáticas e mudanças sociais, com variados ritmos e padrões, daí a importância do estudo teórico investigativo sobre a sociedade de classes brasileira e sua situação histórico-social.

“A primeira situação histórico-social existiu no Brasil na época da emancipação nacional e da eclosão interna do capitalismo. A segunda, já aparece claramente configurada nas últimas quatro décadas do século dezanove, exprimindo e servindo de suporte ao ciclo de deslanche da revolução burguesa; mas é sob a aceleração do crescimento econômico, portanto sob a “integração do mercado interno” e o industrialismo, que ela iria mostrar o que significa dependência sob o capitalismo monopolista e o imperialismo total.” (FERNANDES, 1979, p. 24)

Existe consenso entre teóricos conservadores, liberais e socialistas sobre a existência do welfare state em sociedades capitalistas enquanto instrumento de controle, sendo forte mecanismo de controle econômico, social e político do capitalismo avançado. (OFFE apud SILVA, 1995). Por outro lado, Navarro (1993) ressalta que as reformas trazidas pelo Estado de bem estar social nunca foram concedidas, mas sim, conquistadas pelos trabalhadores. O conflito entre a classe operária e o capitalismo tem como resultado uma série de reformas que ampliaram os benefícios sociais, como por exemplo a regulamentação da jornada de trabalho, dos regimes de contratação, do descanso semanal, das férias, do salário mínimo, além dos avanços na seguridade social nas áreas de saúde, previdência e assistência social. Ao mesmo tempo, a riqueza produzida pelo trabalho humano não foi desfrutada por todos, mas por quem detinha os meios de produção. Assim, a divisão da sociedade em classes subsidiou as desigualdades sociais tornando-a aceitável. As condições que aprofundavam a pobreza e aumentavam a riqueza eram as mesmas que criavam oportunidades de mobilização dos trabalhadores em torno de lutas por igualdade de direitos e cidadania. (PEREIRA, 2016)

É neste cenário contraditório e conflituoso que o presente capítulo apresenta um breve olhar sobre os principais autores que teceram leituras teóricas e ideológicas sobre os fundamentos do Estado de bem estar social, ou seja, o desafio proposto é identificar as bases históricas que edificam o welfare state e sua relação com a proteção social no capitalismo central.

O capitalismo é uma economia de mercado, surge no século XVI como capitalismo manufatureiro e assim permaneceu até o século XVIII de forma lenta e desigual, dependente de apoio político e das particularidades das lutas entre as nações europeias pelo domínio das vias marítimas e dos mercados coloniais.

“O capitalismo manufatureiro foi capaz de explorar, em certa medida, a possibilidade de aumentar a produtividade mediante a produção em grande

escala. Reunindo numerosos trabalhadores sob o mesmo teto, o capitalista manufatureiro pode criar uma divisão técnica de trabalho dentro da manufatura, o que lhe permitiu alcançar maior produtividade do trabalho. Em lugar de cada trabalhador realizar todas as operações, cada operação passava a ser tarefa de um grupo específico de trabalhadores. Essa nova divisão do trabalho proporcionava três formas de aumento da produtividade: a) poupava o tempo que o operador perde quando passa duma tarefa a outra; b) aumentava a destreza do operador, que passava a se especializar num único tipo de trabalho; c) ensejava a invenção de ferramentas especialmente adaptadas a cada tipo de trabalho.” (SINGER, 1987, p. 16)

Desde então, o capitalismo vem alterando os padrões e ritmos do setor produtivo e das relações de trabalho além de impor profundas transformações na economia, na sociedade e na cultura. De forma dinâmica se altera conforme as necessidades de seu tempo e sobrevive apesar de estar o tempo todo em xeque. No capitalismo manufatureiro a classe capitalista está sob a égide do Estado Monárquico e Absolutista, sobre o qual tem pouca influência, pois a correlação de forças ocorre na luta entre a realeza e a nobreza. Esse modelo teve seu auge na Grã-Bretanha, onde criou condições para a Revolução Industrial ao final do século XVIII. (SINGER, 1987)

As chamadas democracias industriais<sup>1</sup> foram significativamente transformadas pelo estado de bem estar social. (KING, 1988). A substituição do homem pela máquina, trazida pela Revolução Industrial, coloca-o numa outra função frente ao trabalho. O trabalhador passa a regular, carregar e acionar a máquina que com seus mecanismos movidos inicialmente a força hidráulica e logo em seguida pela energia do vapor, é capaz de ser mais produtiva que o homem. Isso representou grande vantagem para o capitalismo que se torna agora, Capitalismo Industrial.

“O capitalismo industrial por sua vez inspira o liberalismo: sua estratégia de expansão requer a unificação de todos os mercados, locais e nacionais, sendo a competição livre para todos. Rejeita, portanto, a intervenção do Estado no mercado, mesmo que seja em seu favor. Sua superioridade produtiva dá-lhe confiança de poder vencer a competição, sem precisar da proteção estatal. O liberalismo econômico é parte de uma doutrina maior, com desdobramento no nível político. Ele propugna a liberdade do indivíduo, enquanto cidadão, produtor e consumidor.”...”A burguesia quer agora um Estado ‘seu’, sóbrio nos gastos, avesso às aventuras guerreiras e neutro em relação à disputa pelos mercados.” (SINGER, 1987, p. 18,19)

A construção do Estado liberal - considerado uma concepção do Estado mínimo, atuando apenas na fiscalização e na regulação das atividades econômicas, dando pouca

---

<sup>1</sup> As chamadas democracias industriais, característica do período entre 1945-1980, são aquelas que combinam estruturas do Estado de bem-estar e estruturas econômicas. Com o avanço da industrialização e, conseqüentemente, mudanças nos padrões de emprego, nas fontes de renda e no tamanho do setor público surge a necessidade de novas formas de diálogo e incorporação de grupos de trabalhadores na sociedade, consolidando a posição estrutural do Estado de bem-estar nas democracias ocidentais. (KING, 1988, p. 54)

atenção aos direitos sociais, trabalhistas e à seguridade - foi o principal fato político do século XIX. (WALLERSTEIN, 1997\1998). O liberalismo se impôs profundamente na sociedade capitalista até a terceira década do século XX tendo como base o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado. É importante lembrar que no início representava o desejo de rompimento com a aristocracia e o clero, do Estado absoluto e de seu poder discricionário. O Estado deveria interferir o mínimo possível, fornecendo a base legal com a qual trabalha o mercado, sempre na perspectiva de garantir maior liberdade ao mercado livre. A espinha dorsal da ação do Estado Liberal se pautava na ação individual em busca de seu interesse econômico, a medida que se desenvolvia individualmente potencializava o bem-estar coletivo. A invisibilidade do mercado regulava e organizava as relações econômicas e sociais, produzindo o bem comum. Em resumo, trata-se de um Estado mínimo que tem como principais premissas para sua ação o predomínio do individualismo (o indivíduo e não a coletividade é reconhecido como sujeito de direito); o predomínio da liberdade e da competitividade; naturalização da miséria; predomínio da lei da necessidade (as necessidades básicas não devem ser totalmente satisfeitas para que sejam instrumentos de controle da miséria e do crescimento da população); a manutenção de um Estado mínimo com papel neutro de legislador e árbitro com ações complementares ao mercado; a crença de que as políticas sociais estimulam a acomodação das pessoas e a crença de que ao Estado cabe apenas assegurar assistência mínima àqueles que não se enquadram no mercado de trabalho, reduzindo as políticas sociais a uma medida paliativa. (BERING e BOSCHETTI, 2011)

Para a efetivação deste Estado mínimo, há uma guerra contínua e silenciosa em curso, travada por representantes da alta administração, dos oligopólios privados, dos economistas, da mídia, do exército e da Igreja que buscam a transformação profunda da sociedade através da lei da concorrência e o modelo da empresa. O objetivo é enfraquecer as instituições e os direitos conquistados pelo movimento operário a partir do final do século XIX. (DARDOT e LAVAL, 2016)

“Os economistas políticos liberais raramente usavam os mesmos argumentos na defesa de seus pontos de vista. Nassau Senior e outros liberais mais recentes de Manchester enfatizavam o elemento *laissez-faire* em Smith, rejeitando qualquer forma de proteção social além dos vínculos monetários. J. S. Mill e os ‘liberais reformistas’, por sua vez, propunham pequenas doses de regulamentação política. Mas concordavam todos em que o caminho para a igualdade e a prosperidade deveria ser pavimentado com o máximo de mercados livres e o mínimo de interferência estatal.” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 1)

O economista escocês Adam Smith (1723 – 1790) foi o principal responsável pela formulação do liberalismo econômico. A teoria de Smith foi revolucionária, em 1776, escreveu a Riqueza das Nações influenciando os estudos da economia durante o século XIX. Pensava o Estado com as funções de defesa contra inimigos externos; a proteção dos indivíduos da ofensa de outros indivíduos e a execução de obras públicas. (BOBBIO *apud* BERING e BOSCHETTI, 2011). A divisão do trabalho e a força do trabalho produtivo foram centrais em sua obra. Sem elas, não seria possível construir a riqueza das nações. Sobre os trabalhadores, segundo ele, denominados categoria dos que vivem de salários, dizia:

Já mostrei que os salários do trabalhador nunca são tão altos quando a demanda de mão-de-obra cresce continuamente ou quando o volume de mão-de-obra empregado a cada ano aumenta consideravelmente. Quando essa riqueza real da sociedade estaciona, os salários são logo reduzidos ao estritamente suficiente para possibilitar-lhe manter uma família, ou seja, perpetuar a descendência dos trabalhadores. Quando a sociedade declina, os salários caem até abaixo desse nível. Talvez a categoria dos proprietários possa ganhar mais com a prosperidade da sociedade do que a dos trabalhadores; não existe porém nenhuma classe que sofra tão cruelmente com o declínio da riqueza da sociedade quanto a dos operários. Mas, embora o interesse da classe trabalhadora esteja intimamente ligado ao interesse da sociedade, o trabalhador é incapaz tanto de compreender esse interesse quanto de compreender a vinculação do interesse da sociedade ao seu próprio. Sua condição não lhe deixa tempo para receber a necessária informação, e sua educação e hábitos costumam ser tais que o tornam inapto para discernir, mesmo que esteja plenamente informado. Por isso, nas deliberações públicas, sua voz é pouco ouvida e ainda menos levada em conta, excetuadas algumas ocasiões específicas, quando suas reivindicações são animadas, incitadas e apoiadas pelos seus empregadores, que no caso lutam não pelos objetivos dos trabalhadores, mas pelos seus próprios.” (SMITH, 1996, p. 272)

Smith (1996) frisava ainda que a propriedade do trabalhador era seu próprio trabalho. Fica evidente o lugar da classe trabalhadora defendido pelos liberais e assumido pelo Estado capitalista. Para mantê-los sob controle era, e é, preciso usar mecanismos de repressão e de constante vigilância e, ao mesmo tempo, torná-los tão ocupados que não tenham tempo suficiente para acessar informações que possam fazê-los refletir sobre sua própria condição. Isso parece vigorar até os dias atuais.

No que tange a perspectiva da garantia de direitos sociais, o Estado europeu liberal do século XIX, reconheceu os direitos civis na perspectiva da garantia da propriedade privada. Marshall (1967), num caminho teórico reflexivo diferente de Smith, postulava que era preciso pensar nos efeitos que o trabalho produz sobre os trabalhadores e não no efeito que ele produz em seu trabalho, desta forma, reconhecia que os homens não são iguais, mas que devido a sua ocupação, todo homem poderia ser um “cavalheiro”. O caminho apontado para isso era o acesso à educação, todas as crianças deveriam ser obrigadas a frequentar a escola para que

deixassem de ser ignorantes, tivessem oportunidades de escolha e desejassem dar muitos passos à frente.

“Podemos, penso eu, sem violentar o pensamento de Marshall, substituir a palavra ‘cavalheiro’ pela expressão ‘civilizado’. Pois está claro que estava tomando como padrão de vida civilizada as condições consideradas por sua geração como apropriadas a um cavalheiro. Podemos ir mais adiante e dizer que a reivindicação de todos para gozar dessas condições é uma exigência para ser admitido numa participação na herança social, o que, por sua vez, significa uma reivindicação para serem admitidos como membros completos da sociedade, isto é, como cidadãos.” (MARSHALL, 1967, p. 61,62)

Marshall reconhecia a desigualdade típica do sistema capitalista e que, a mesma, poderia ser minimizada a partir da participação integral na comunidade, afirmava que a desigualdade num sistema de classes pode ser aceitável, desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida. Entendia que a cidadania era um status que deveria ser vivenciado pela totalidade da sociedade. O aspecto fundamental dessa hipótese era a importância do Estado como garantidor de direitos civis, políticos e sociais que juntos formavam o conceito de cidadania.

“O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local. O elemento social se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevaleçam na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais.” (MARSHALL, 1964, p. 63,64)

Esses direitos, inicialmente fundidos porque as instituições não eram separadas, foram se desligando com o tempo e tomando corpo em períodos diferentes: os direitos civis no século XVIII, no qual o direito civil básico é o direito ao trabalho; os direitos políticos no século XIX, ainda que de forma privilegiada de uma classe econômica limitada e os direitos sociais no século XX, (MARSHALL, 1964) em substituição a Nova Lei dos Pobres de 1834, Inglaterra, principal legislação de alívio contra a pobreza implantada no Reino Unido. A Lei dos Pobres trouxe um retrocesso aos avanços sociais conquistados à época. “Fundamentada no laissez-faire puro, baseava-se na premissa principal de que os pobres aptos ao trabalho não



deveriam receber nenhum tipo de assistência pública ou privada.” (PEREIRA, 2013, p. 57, nota de rodapé)

Apesar da hegemonia do pensamento liberal, o século XIX conviveu com uma outra concepção de Estado, a marxiana, assim chamada como forma de diferenciá-la de várias vertentes denominadas marxistas, com as quais o próprio Marx não se identificava.

“Marx deu à classe operária uma análise científica do capitalismo. Não só mostrou sua origem e desenvolvimento, mas também demonstrou que em seu seio amadurecem as condições para o novo regime social, o comunismo.” (COGGIOLA, apud PEREIRA, 2016, p. 23)

A análise de Marx provocou mudanças no espectro da compreensão da proteção social, principalmente no que se refere ao seu conteúdo e sua institucionalidade, uma vez que evidenciou a insuficiência dos mecanismos de proteção social diante da insegurança produzida pelas novas formas de exploração do trabalho industrial, dando aos trabalhadores a chance de organizar sua luta contra a exploração. Surgem então as medidas de proteção dos trabalhadores voltadas a amenizar os riscos produzidos pelo trabalho, medidas essas de caráter obrigatório, condicionadas a contribuições prévias e geridas pelo Estado, como por exemplo o seguro social na Alemanha do século XIX. (PEREIRA, 2016)

Em sua obra Marx teceu um profundo estudo sobre o funcionamento, desenvolvimento e os limites da economia capitalista, englobando a teoria do capital e da mais-valia, da exploração do trabalho, da desmaterialização da riqueza e da tendência decrescente da taxa de lucro).

“O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para os meus estudos pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social.” (MARX, 2008, p. 49)

A maioria dos pensadores marxistas entende o Estado como uma esfera socialmente construída que representa os interesses da burguesia, uma vez que são eles os que ocupam o

poder, e tem como objetivo a manutenção e exploração de classe. É a partir desse entendimento que desenvolvem suas análises sobre o Estado de bem estar e a proteção social. Para eles, as medidas de proteção social, asseguram a reprodução do capital. Como não promovem o combate das causas das desigualdades sociais, deixam intactas as estruturas de dominação, tornando-se apenas medidas paliativas incapazes de eliminar a pobreza e as desigualdades econômicas. (PEREIRA, 2016)

“Daí Marx ter feito a distinção entre um bem-estar total, possível apenas em uma sociedade pós-capitalista, e um bem-estar parcial que, por meio de uma ampla ação das classes trabalhadoras [...] pode começar a ser instituído no capitalismo” (MISHRA apud PEREIRA, 2016, p. 315)

A concepção de Marx de bem-estar é totalizante e universal, firmada sobre os valores de cooperação e solidariedade em contraposição aos valores de coerção e competição, assim o verdadeiro bem-estar só poderá ser alcançado a partir da distribuição justa do produto social, colhida de acordo com as capacidades individuais de cada trabalhador, quando todos contribuírem de acordo com suas forças e receberem de acordo com suas necessidades. Desta forma, o pensamento marxiano e marxista é incompatível com a defesa de formas residuais de proteção social, com a focalização; com programas, serviços e benefícios estigmatizantes; critérios de elegibilidade, condicionalidades ou contrapartidas; políticas voltadas a simples inserção do trabalhador no mercado de trabalho assalariado; com programas de geração de renda e educacionais alienantes, ou seja, com ações baseadas em valores individualistas, coercitivos e competitivos. A proteção social defendida por Marx

“possui as mesmas características de publicidade, gratuidade e universalidade, mas um princípio oposto: a proteção social possível, graças a sua natureza contraditória, mesmo que engendrada no sistema capitalista, pode e deve contribuir para a conscientização da classe oprimida beneficiária, emancipando-a gradualmente, permitindo sua maior participação política e social, educando-a e armando-a para que se fortaleça e se qualifique para a luta coletiva a favor de uma nova ordem mundial.” (PEREIRA, 2016, p. 323)

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels propõem uma agenda política que apresenta dez medidas para a emancipação da classe trabalhadora e a conquista da democracia:

- 1- Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra nas despesas do Estado.
- 2- Imposto fortemente progressivo.
- 3- Abolição do direito de herança.
- 4- Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes.
- 5- Centralização do crédito nas mãos do Estado, por meio de um banco nacional com capital do Estado e monopólio exclusivo.
- 6- Centralização dos meios de transporte nas mãos do Estado.

- 7- Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção; cultivo e melhoramento das terras segundo um plano comum.
- 8- Trabalho obrigatório igual para todos; constituição de exércitos industriais, especialmente para a agricultura.
- 9- Unificação dos serviços agrícola e industrial; medidas tendentes a eliminar gradualmente as diferenças entre cidade e campo.
- 10- Educação pública e gratuita de todas as crianças. Eliminação do trabalho das crianças nas fábricas em sua forma atual. Combinação da educação com a produção material, etc. (MARX e ENGELS, 2011, p. 66-67)

Essas medidas podem ser consideradas uma agenda de proteção social, explicitando direitos sociais que estabelecem uma nova ordem mundial em busca de uma sociedade mais justa.

Behring e Boschetti (2011) ressaltam que com os direitos sociais surgem as políticas sociais de forma gradual e diferenciada entre os diversos países, de acordo com a capacidade de organização da classe trabalhadora, destacando o quanto a luta dos trabalhadores sempre foi central na conquista de direitos. A literatura é unânime em reconhecer o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e organizar ações sociais de forma mais ampla e com caráter de obrigatoriedade.

Os economistas políticos sejam eles, de convicções liberais, conservadoras ou marxistas se preocupavam com a relação entre capitalismo e bem estar social. Ao analisarmos os princípios que sustentam os welfare states, encontramos “agrupamentos, distintos de regimes, não meras variações de ‘mais’ ou ‘menos’ em torno de um denominador comum” (ESPING-ANDERSEN, 1991), no entanto,

“a definição de welfare state pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir certa ‘harmonia’ entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente.” (GOMES, 2006, p. 2)

Sping-Andersen (1991), ressalta que a adesão dos liberais ao capitalismo preservava um Estado de privilégios absolutistas, protecionismo mercantilista e corrupção. Temiam a democracia e acreditavam que estavam protegidos enquanto o capitalismo permanecesse um mundo com pequenos proprietários, porém, a industrialização trouxe com ela as massas proletárias, “para quem a democracia era um meio de reduzir os privilégios da propriedade” (SPING-ANDERSEN, 1991, p.2), desta forma, temiam a democracia. Os conservadores, por sua vez, defendiam a disciplina e a sociedade de classes, “status, posição social e classe eram naturais e dadas; mas os conflitos de classe, não.” (SPING-ANDERSEN, 1991, p.2). A

participação democrática das massas e a falta de autoridade e limites de classe poderiam causar colapso da ordem social. Os adeptos da social-democracia acreditavam que os trabalhadores necessitam de recursos sociais, saúde e educação para uma participação ativa como cidadãos e que a política social, além de emancipadora é uma pré condição da eficiência econômica.

Embora as questões relacionadas ao welfare state não sejam recentes, pode-se afirmar que o tema ganhou grande importância no período do pós Segunda Guerra Mundial (a partir de 1945) com o “objetivo de combater os cinco maiores males da sociedade: a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade.” (GOMES, 2006, p.2) Depois da crise dos anos 1930, e no contexto do pós-guerra e da reconstrução, seria razoável considerar que a solução para os problemas do capitalismo fosse um crescimento sem limite do peso do Estado e de suas despesas sociais. (PIKETTY, 2014). Com a chamada Grande Depressão (1929-1932), marcada pela quebra da Bolsa de Nova York, instala-se a desconfiança com o liberalismo econômico dado o desemprego em massa, além das crises econômica e política. Essa crise, juntamente com a Primeira e Segunda Guerras Mundiais e o fascismo, contribuiu para o amadurecimento das políticas sociais que foram se multiplicando lentamente até fins da década de 1960. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). Hobsbawn (1995) chama atenção também para o fato de que o avanço do welfare state tem relação com a “ameaça” comunista da Guerra Fria entre EUA e URSS (1947-1991), por isso o capitalismo aceita se “civilizar”.

O período entre 1945 e 1975 foi marcado por políticas keynesianas importantes que visavam o pleno emprego. Os regimes de welfare state passaram então por um significativo desenvolvimento. Esse período ficou marcado como os “anos de ouro” do capitalismo regulado. Vários fatores contribuíram para esse processo, sendo o principal deles, os pactos entre capital e trabalho.

“Essa fase de ‘humanização’ do capitalismo também foi fruto da necessidade de reconstruir os países afetados pela Segunda Guerra Mundial. O sentimento partilhado de solidariedade e a ameaça percebida de um futuro incerto para todos também atuaram no mesmo sentido.” “Nesse contexto, políticas econômicas visando ao pleno emprego e instituições do Estado de Bem Estar Social passaram a ser aceitas como instrumentos para lidar com as disfunções decorrentes da economia de mercado.” (FAGNANI, 2011, p. 9)

Os estados de bem estar constituem uma reestruturação das nações. As economias políticas contemporâneas combinam estruturas do estado de bem estar e estruturas econômicas. (KING, 1988)

Mas o ponto crucial é, segundo penso, que o Estado de Bem Estar Social nasceu num mundo de austeridade – de racionamento, controle de preços, aluguéis tabelados e casas requisitadas para dar abrigo aos desabrigados. Não que essas restrições ao mercado livre fossem consideradas boas em si mesmas e elementos desejáveis na nova ordem. Algumas talvez e outras não. Mas elas ofereciam, como uma base para a legislação do bem-estar social, uma sociedade comprometida com a ‘participação justa’ com uma distribuição de renda real que se podia justificar racionalmente e não era o resultado imprevisível das forças supostamente cegas de um mercado competitivo no qual cada um tinha o direito de tomar para si tanto quanto pudesse. Foi como parte desse sistema de consumo controlado que os sindicatos se abstiveram de reivindicações salariais.” (MARSHALL, 1967, p. 200)

Em 1942, a publicação do relatório de Beveridge – Relatório sobre o seguro social e serviços afins - influenciou diretamente as mudanças no campo da proteção social que passou a ser vista como direito do cidadão, os direitos sociais passaram a ser universais, prevaleceu o princípio da Seguridade Social em detrimento do princípio do Seguro Social. “A solidariedade passou a ser partilhada por toda a sociedade que tinha deveres e responsabilidades de proteger seus membros.” (FAGNANI, 2011, p. 10)

Um dos primeiros países a adotar o sistema de proteção social foi a Alemanha no século XIX e início do século XX. “A forte Alemanha alcançou níveis de industrialização superiores aos de seus principais concorrentes europeus, graças as políticas de Estado.” (GOMES, 2006, p.3). Após a década de 1950, o Estado de Bem-Estar pode ser considerado uma “concepção mais avançada dos ‘chamados serviços sociais.’”

“... as políticas adotadas de seguridade social no pós-II Guerra Mundial serviram para fortalecer as estruturas de acumulação capitalistas, integrando as classes trabalhadoras à sua ordem. O mecanismo central dessa integração foi o consenso que se traduziu num contrato social em que tanto o capital quanto o trabalho cooperavam mutuamente. Assim, o Estado de bem-estar seria uma criação da classe capitalista para legitimar seus interesses e, geralmente, as reformas não passariam de instrumentos com objetivos de reforçar o status quo e perpetuar a dominação sobre a classe trabalhadora.” (NAVARRO apud GOMES, 2006, p. 6)

Os marxistas entendem a política social como uma exigência do modo de produção capitalista. Para eles a proteção social se amplia graças aos efeitos negativos e crescentes do processo produtivo e dos custos de reprodução da força de trabalho. (SILVA, 1995). A criação de uma jornada normal de trabalho é produto de longa e oculta guerra entre trabalhadores e capitalistas. O impulso da produção capitalista é apropriar-se do trabalho 24 horas por dia. (MARX, 2013, p:370). Esta questão sobre a jornada de trabalho demonstra a importância da luta de classes e da questão social que envolve a regulamentação da relação capital-trabalho. (BERING e BOSCHETTI, 2011)

Para Sposati, 2013, o campo da proteção social no âmbito de uma sociedade capitalista é sempre marcado por contradições e paradoxos que se expressam das mais variadas formas, inclusive na própria desproteção social.

“A proteção social, política pública de forte calibre humano, carrega marca genética que a torna um tanto distinta de outras políticas sociais. Seu campo de ação não se refere, propriamente, à provisão de condições de reprodução social para restauração da força viva de trabalho humano. As atenções que produz constituem respostas a necessidades de dependência, fragilidade, vitimização de demanda universal porque são próprias da condição humana. Porém, o modo pelo qual essa demanda é reconhecida e incorporada, as respostas que obtém, no âmbito público ou privado, decorrem de valores, mais, ou menos, igualitários da sociedade para com seus cidadãos.” (SPOSATI, 1993, p. 653)

Tal como analisa Mota (2012), o modo de produção capitalista de meados do século XIX até o início do século XXI, sofreu significativas transformações. Atualmente a principal diferença em relação ao passado é o reduzido horizonte economicamente expansivo do capitalismo, a crise geral do assalariamento, os mecanismos públicos de proteção social e a organização precária dos trabalhadores. O surgimento da sociedade urbano industrial trouxe com ela o ambiente necessário para que os trabalhadores se organizassem e politizassem suas necessidades transformando-as numa questão pública e coletiva que passou a ser reconhecida pelo Estado e deu origem ao Estado de Bem Estar Social ancorado em direitos e garantias sociais e se configurou como uma vitória dos trabalhadores após a Segunda Guerra Mundial, evidenciando que o welfare state era necessário ao capitalismo do pós guerra. Surgiram então as ideologias que acreditavam na possibilidade de se compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia.

No artigo *As três economias políticas do welfare state* (1991), o sociólogo Esping-Andersen questiona: o que é o welfare state? Em busca dessa resposta levanta uma série de questões: (a) As políticas sociais são emancipadoras? (b) Auxiliam a legitimação do sistema? (c) Contradizem ou ajudam o mercado? (d) Se o welfare state remete a responsabilidade estatal a garantia do bem estar básico dos cidadãos, o que significa básico? (e) Não seria mais apropriado que um welfare state pudesse satisfazer mais que as necessidades básicas das pessoas? Na tentativa de organizar critérios para comparação, alguns estudos analisaram os níveis de despesas necessários para a existência de um welfare state, porém, o foco nos gastos se mostrou enganoso pelo menos por três motivos: há países cujos gastos são altos, mas grande parte deles se refere ao pagamento de funcionários públicos privilegiados; há outros que gastam desproporcionalmente com assistência social aos pobres e por fim, há nações que “gastam somas enormes em benefícios fiscais sob forma de privilégios tributários a planos de

previdência que favorecem principalmente as classes médias.” (SPING-ANDERSEN, 1991, p.6) Por outro lado, gastos baixos podem indicar um welfare state comprometido com o pleno emprego. Se a análise dos gastos não se mostra eficiente, que critérios podem ser utilizados para sabermos quando, e se, um estado é um welfare state? Apresenta três critérios. O primeiro baseado nos estudos de Therborn (1983), diz que em um welfare state “a maioria de suas atividades rotineiras diárias devem estar voltadas para as necessidades de bem estar de famílias” (SPING-ANDERSEN, 1991, p.6), porém, verificou que alguns estados não fazem jus a essa classificação uma vez que a maior parte de suas atividades se referem a gastos voltados à defesa, à lei e à ordem, à administração e coisas do gênero. O segundo critério distingue os welfare state residuais e institucionais a partir dos estudos de Richard Titmuss (1958). No welfare state residual o Estado assume a responsabilidade quando a família ou o mercado são insuficientes; procura limitar sua prática a grupos sociais marginais e mercedores; já no welfare state institucional o alvo é toda população, é universalista. O terceiro critério consiste na criação de um modelo abstrato para servir como padrão de comparação, que por ser a-histórico não apreende os ideais que os agentes históricos travaram em suas lutas pela conquista do welfare state. Diante do exposto, Sping-Andersen propõe uma nova conceituação de welfare state que deve envolver três princípios: (a) a cidadania como ideia fundamental; (b) a garantia de direitos sociais e sua inviolabilidade e (c) as formas de entrelaçamento das atividades estatais com o papel do mercado e da família em termos de provisão social.

Apesar de toda essa complexidade na conceituação do welfare state, o Estado de bem-estar enquanto produção do sistema capitalista, até a onda neoliberal nos anos 1990, parece ser consenso entre os pesquisadores sociais. Há várias correntes interpretativas do Estado de bem-estar e da constituição do sistema de proteção social que ele deve ou deveria abarcar.

Em sua tese de doutorado, *Proteção Social no Capitalismo*, Camila Potyara Pereira (2013), ressalta que os direitos sociais devem estar pautados em valores e princípios inerentes a proteção social pública, como equidade e justiça social, e garantidas ou reguladas pelo Estado não como sinônimo de compensação de falhas do mercado e de ações governamentais, mas sim, como cobertura legal às políticas sociais universais sobre as quais se materializam. Apresenta várias tipologias relacionadas a escolas teóricas e ideológicas estudadas por pesquisadores sociais e aponta que não existem esquemas puros, fiéis de experiências de proteção social. A autora organiza três matrizes teóricas clássicas: a residual, a

socialdemocrata ou institucional e a socialista. Elas apontam concepções idealizadas sobre a proteção social capitalista, contidas em oito teorias e ideologias. A matriz residual mostra a aceitação da proteção social desde que seja pontual, emergencial, condicional, focalizada e mínima, na qual a família, ONGs, vizinhos, etc, assumem papel preponderante na oferta de proteção social; a matriz socialdemocrata compartilha do mesmo pensamento da matriz residual, porém reconhece a proteção social como direito a ser garantido amplamente, mas ainda não universal, aqui o Estado tem papel prioritário, embora, compartilhado com o mercado e outras instâncias sociais privadas; a matriz socialista por sua vez, defende a proteção social pública, gratuita e universal, comprometida com a satisfação das necessidades humanas e a resolução e o alívio dos males causados pelo capitalismo. A matriz socialista se divide em duas vertentes: (a) é alinhada ao socialismo democrático, considera os benefícios das medidas protetivas e pleiteiam transições e reformas pacíficas e (b) os marxistas que consideram as medidas protetivas contraditórias uma vez que podem ser úteis às classes oprimidas e ao mesmo tempo, úteis ao capital e sua reprodução. Os marxistas consideram que o conflito de classe é inerente ao sistema capitalista, sendo seu fim somente possível com a extinção desse modo de produção. (PEREIRA, 2013).

Conclui Pereira que coexistem atualmente visões discrepantes sobre proteção social que competem entre si

“Porém, conquanto seja ainda utilizado à exaustão por correntes e matrizes competitivas, este termo, ao longo da história capitalista e, em especial nos últimos cinquenta anos, tem adquirido atributos residuais, sobretudo neodireitistas. Mesmo em nações socialdemocratas e, até mesmo, socialistas, historicamente comprometidas com o aprimoramento das formas de garantia de bem-estar, a proteção social tem retrocedido; os avanços e os direitos sociais, arduamente conquistados, têm sido desmantelados.” (PEREIRA, 2013, p. 286)

Dessa forma, com políticas públicas cada vez mais escassas para a população, a proteção social vem sendo derrotada e o indivíduo cede às pressões do sistema e se sujeita à miséria; ao desemprego; ao transporte público precário, a habitação de risco, etc. (PEREIRA, 2013). Torna-se inevitável a necessidade de compreender e discutir as políticas públicas e a eminência de sua interferência na vida cotidiana e na formação da sociedade, seja na formação do Estado Nacional, seja no lócus privilegiado das vivências ocorridas nos âmbitos municipais, as políticas públicas são ações importantes na gestão das atividades de desenvolvimento econômico, social e cultural.

Após a Grande Depressão ocorrida em 1929, que causou um desemprego em ampla escala e a estagnação do fluxo do capital, (HOBSBAWN, 1995) foi necessária a busca de uma



nova estruturação das políticas públicas, seja pelo liberalismo, pelo fortalecimento do Estado em superação ao capitalismo ou até mesmo pelos regimes autoritários. A traumática experiência dos anos 30 alterou a regulação do capitalismo através das ideias de John Maynard Keynes. (SINGER, 1987). Foi o keynesianismo que ofereceu fundamentos ideológicos e políticos para a democracia capitalista. Sua principal premissa era que o Estado poderia harmonizar a propriedade privada dos meios de produção através da gestão democrática da economia. (PRZEWORSKI e WALLERSTEINS, 1988, p.31)

“A economia keynesiana é a economia da demanda. A oferta de capital e a oferta de trabalho são tomadas como constantes. A oferta de poupança é determinada endogenamente: sempre se iguala ao investimento. Quando a demanda é estimulada, ou por políticas governamentais ou por eventos exógenos, a produção se expande para igualar a demanda, a renda cresce, assim como a poupança, até que um novo equilíbrio seja alcançado, no qual a poupança novamente se iguala ao investimento num nível mais alto de utilização da capacidade. O nível da produção muda para manter a igualdade entre poupança e investimento. Além disso, como o problema keynesiano é elevar a produção corrente ao nível potencial do estoque de capital existente, a acumulação de capital é completamente ignorada, a ponto de admitir que o novo investimento possa ser positivo ao mesmo tempo em que o estoque total de capital é considerado constante.” (PRZEWORSKI e WALLERSTEIN, 1988, p. 35)

Keynes destacava a importância do pleno emprego, defendia a transferência de renda como forma de expansão do consumo pela classe operária e a expansão dos gastos e investimentos do governo. Defendia que em momentos de crise econômico-financeira o governo deveria gastar mais do que arrecada em tributos, produzindo déficits em seu orçamento. (SINGER, 1987)

“O bem estar dos pobres era um assunto da caridade privada, não da economia. Mas no arcabouço keynesiano é o consumo que fornece a força motriz da produção, e repentinamente os trabalhadores e os pobres passaram a ser os representantes do interesse universal. Seus interesses particularistas em consumir coincidiram com o interesse geral em produzir. O “povo” tornou-se a força hegemônica na sociedade.” (PRZEWORSKI e WALLERSTEIN, 1988, p. 33)

Dessa forma, as políticas keynesianas implantadas a partir do período pós-crise de 1929, provocaram uma coerção social de aparelhamento ideológico, com a implementação das ideias dominantes do liberalismo, que as políticas públicas causam um custo crescente ao Estado, efeitos deletérios à formação social e resultados negativos a formação do estado democrático capitalista (MORAES, 2002). A concepção keynesiana para argumentar a implantação das políticas públicas tem em seu viés a regulamentação do livre mercado e “acentua a supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos e engenhos inclusive” (MORAES, 2002, p. 15). Aqueles que detinham o capital e eram contra o Estado começaram a defender os

gastos públicos ao constatar que os mesmos faziam sua produção crescer, o que contribuía para a elevação da taxa de lucro e da acumulação de capital. (SINGER, 1987) Essas ideias estimularam a estruturação do Estado e sua organização econômica e social durante o século XX, principalmente em sua segunda metade, influenciando de maneira direta na implantação de políticas públicas.

Buscando regulamentar as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo foram criados vários organismos internacionais. Em 1944 aconteceu na cidade de Bretton Woods, nos Estados Unidos, a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, definindo o Sistema Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional. Neste contexto foi criado o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais tarde dividido entre Banco Mundial e o Banco para Investimentos Internacionais e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). Surgiram ainda outras organizações para atuar em campos específicos, como a FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, alterou sua constituição em 1944 como forma de se adequar ao novo paradigma econômico mundial. No mesmo ano, publicou a Recomendação sobre a seguridade dos meios de vida (nº 67) e a Recomendação sobre a Assistência Médica (nº69) que inauguraram “um novo paradigma sobre a universalidade da seguridade social”. Essas recomendações foram preparatórias para a inclusão da Seguridade Social na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A partir de então, a OIT difundiu a Seguridade Social como um direito universal e em 1952 publicou a Convenção nº102 que estabelece Normas Mínimas para a Seguridade Social

“A convenção nº102 da OIT constitui-se num dos mais importantes instrumentos da etapa aqui analisada. Ela sugere ‘Normas Mínimas para a Seguridade Social’ frente a nove contingências clássicas: idade avançada, maternidade, acidente de trabalho, responsabilidades familiares, desemprego, tratamento médico, morte, invalidez e enfermidade.” (FAGNANI, 2011, p. 11)

Em 1966, a Seguridade Social também foi reconhecida pela ONU como direito humano, no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc). Todos esses organismos fomentaram e influenciaram as políticas públicas para a expansão do welfare state, especialmente as políticas econômicas.

A definição de políticas públicas não está limitada à apenas uma versão ou acepção única e verdadeira, porém, existe um consenso entre vários autores que as políticas públicas

são conjuntos de ações de escolha ou renúncia realizada pelo governo para grandes questões de ordem pública, interferindo diretamente na vida dos cidadãos e na organização social. Fazem parte de uma organização cultural e social que busque o desenvolvimento social e econômico por meio de atos do Estado, como explica Höfling

“Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais”. (HÖFLING, 2001, p. 31)

O Estado, com sua autonomia e interferências externas e internas, tem as condições para estabelecer as políticas públicas, ao mesmo tempo em que precisa mediar e promover os diálogos necessários para a implantação de suas ações. Com isso, percebemos que as políticas públicas muitas vezes são entendidas como escolhas de um determinado governo com sua concepção de identidade e não, como política de Estado com continuidade. Ou seja, ações que envolvam estudos técnicos, simulações, análise de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos e orçamentários, levando em conta a trajetória completa da política que se pretende implantar. (CAMOLEZE, 2017).

Desta forma compreendemos que as políticas públicas também são estimuladas dentro da formação e concepção do Estado e seus governantes. Não podemos negar que também são espaços de disputas de interesses e ideias, no entanto, precisam manter suas dinâmicas e “uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores” (SOUZA, 2006, p.25).

Assim, as políticas públicas são maneiras de estipular critérios e mecanismos para orientar e realizar medidas e ações em setores da vida social que repercutirão na organização da sociedade. Isto estabelece o direcionamento dos recursos governamentais para os programas públicos e a regulamentação do papel do Estado perante as desigualdades existentes dentro de uma sociedade.

O ano de 1968 marcou o desmoronamento rápido desse crescimento do Estado e fortalecimento da proteção social. Dois elementos foram cruciais para isso: a alta fenomenal da economia mundial alcançou seus limites e politicamente havíamos chegado acima dos esforços anti-sistêmicos mundiais.

“Vietnã, Cuba, o comunismo com face humana da Tchecoslováquia, o movimento do poder negro dos Estados Unidos, os inícios da revolução cultural na China, e tantos outros movimentos não previstos nos anos 50. Isso culminava com as revoluções de 1968, revoluções sobretudo estudantis, mas não exclusivamente em muitos países. Não obstante, 1968 deixou vítimas feridas e agonizantes: a ideologia liberal e os movimentos da velha esquerda.” (WALLENSTEIN, 1997-1998, p. 258)

Assim, mais uma vez, sob forte pressão, o capitalismo precisa se reconfigurar. Depois da crise instalada no fim dos anos 1960, aprofundada nos anos 70 e parte dos anos 80, o capital vive sua era globalizada, na qual observamos um crescimento assustador da quantidade de capitais em disputa pela apropriação da mais valia produzida. (DANTAS, 2009) O papel do Estado capitalista e seus impactos para a política social, nos anos 1980 e 1990, estão ligadas a reação burguesa à crise do capital que se inicia nos anos 1970 e foram marcados pela crise clássica de superprodução do capitalismo. (BERING e BOSCHETTI, 2011). Essa reconfiguração complexa do capital teve como marca o esgotamento do padrão keynesiano e, em substituição deste, surge o toyotismo e o padrão de acumulação flexível. (CEOLIN, 2014) O aparecimento da produção global do automóvel significou o deslocamento de postos de trabalho de áreas com movimentos operários fortes para áreas com movimentos operários fracos. A fábrica mundial transformou-se na principal forma de produção dos anos oitenta. (NAVARRO, 1993)

“A reestruturação do capital, subordinado à lógica do capital mundializado, desenvolve como nunca a internacionalização da produção e dos mercados, redefine os papéis dos Estados nacionais, requer políticas de ajuste estruturais, reconduz suas formas de intervenção na questão social e altera os parâmetros de constituição dos sistemas de proteção social. Um mundo internacionalizado requer um Estado dócil aos influxos neoliberais e, ao mesmo tempo, forte para traduzir essas demandas em políticas nacionais.” (PETRAS apud CEOLIN, 2014, p. 252)

Nesta perspectiva, o capitalismo, agora neoliberal, produziu uma massa de capitais fictícios, títulos especulativamente valorizados e créditos e dívidas podres, artificialmente construídas com amplo apoio de organismos internacionais, Estados nacionais e autoridades monetárias em todo o mundo. O resultado foi a superprodução de capitais, em 2008, estimados em 680 trilhões de dólares para um PIB mundial em torno de 60 trilhões de dólares.

“Não estamos, portanto, diante de uma ‘crise financeira’, mas de uma crise clássica de superprodução, originada pela queda da taxa de lucro e decisivamente agravada pelo caráter cada vez mais especulativo do capital e pela hipertrofia do capital financeiro diante do capital que produz diretamente a mais valia, agora numa dimensão proporcional ao grau de extensão e integração planetária historicamente alcançado pelo processo de sua reprodução ampliada.” (DANTAS, 2009, p. 51-52)

Diante do avanço enlouquecido do capitalismo, observamos juntamente com as mudanças na organização do trabalho, reconfigurações importantes nas políticas sociais. O avanço do desemprego estrutural de longa duração, as relações de trabalho precarizadas, o aumento da oferta de trabalho em tempo parcial, temporário e instável, não associados a direitos, tudo isso leva a crer que as mudanças em curso seguem na direção da restrição, seletividade e focalização das políticas que fomentam a proteção social, parece não haver futuro para o welfare state. (BERING e BOSCHETTI, 2011).

Reafirmando e radicalizando as ideias liberais já descritas neste capítulo, o neoliberalismo defende a perspectiva que o bem-estar social pertence a vida privada dos indivíduos e de seus grupos sociais. A questão social é deslocada da esfera do Estado para o mercado e a sociedade civil. Os direitos sociais não são admitidos como função do Estado e há, desta forma, uma profunda despolitização da questão social ao desqualificá-la como questão pública. (CEOLIN, 2014, p. 254).

Com Draibe (1993), podemos dizer que o neoliberalismo é um discurso e um conjunto de regras práticas e recomendações a governos e a reformas do Estado e sua política, é uma espécie de cultura da solução de problemas de forma despolitizada na aparência. No tocante a política social, se assemelha aos conservadores integrantes da Nova Direita Americana. O discurso mais ferrenho dos neoliberais sobre o Estado, centra sua força no ataque ao Estado de bem estar social e apresenta um conjunto de propostas de reformas dos programas sociais, movendo-se sobretudo num campo prático de recomendações para as políticas públicas no setor social, dentre elas a descentralização, a privatização e a focalização dos programas sociais.

“Nas condições atuais de crise, mudanças tecnológicas e reorganização do tempo do trabalho social, muitos são os desdobramentos advindos dos fortes impulsos à redução do trabalho, principalmente quando esse processo não é acompanhado por preventivas medidas de política social e econômica: eliminação dos postos de trabalho, diminuição do volume do emprego, marginalização e desemprego, aumento das possibilidades de redução da jornada, etc. No que se refere ao campo das políticas sociais, aqueles processos tendem a produzir impactos negativos sobre a integridade dos sistemas de proteção social, introduzindo severas rupturas entre os que são empregados e portanto gozam de proteção e os tantos que não estão ou não vão entrar mais nos mercados de trabalho e, por isso, estão precariamente protegidos, ou não gozam de qualquer proteção social do tipo tradicional, passando a integrar o mundo dos desvalidos, demandantes das políticas e programas de tipo assistencial.”(DRAIBE, 1993, p. 95)

Para Dardot e Laval (2016) a crise tem papel importante no neoliberalismo. Ele se alimenta da crise e, com a crise financeira de 2008 apareceu para as classes dominantes como

uma oportunidade inesperada, como um modo de governo. Não podemos pensar a crise atual apenas como consequência de um excesso de finanças, como um efeito da ditadura de mercados ou uma colonização dos Estados pelo capital, mas sim como uma crise global do neoliberalismo como modo de governar as sociedades. Com a crise de 2008, ficou demonstrado que o neoliberalismo, apesar dos desastres que engendra, possui uma notável capacidade de autofortalecimento. Ele predomina como sistema normativo dotado de certa eficiência quando se torna capaz de orientar a prática de governos, empresas e de milhões de pessoas que, muitas vezes, nem tem consciência disso, isso porque o neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições e direitos, ele produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades.

“Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a ‘forma de nossa existência’, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da ‘modernidade’. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo um modelo de mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber-se a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 16)

Os autores seguem afirmando que o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, assumido como construção histórica e norma geral de vida, seja no aspecto político, econômico, social ou subjetivo, todas elas são dimensões complementares de uma nova razão do mundo, vale para o mundo todo e não se limita a esfera econômica ao passo que busca a integração de *todas* as dimensões da existência humana. Essa nova racionalidade impõe um imenso desafio à esquerda: inventar uma resposta política “a altura” do que o neoliberalismo tem de inédito. Defender a democracia liberal não é suficiente, a cisão entre o burguês e o cidadão é coisa do passado. Também não é suficiente amparar a democracia representativa com as escoras da democracia participativa e nem estacionar na oposição entre “liberalismo político e “liberalismo econômico”. Fica a pergunta: pode a esquerda opor uma governamentalidade<sup>2</sup> alternativa à governamentalidade neoliberal?

---

<sup>2</sup> No livro *a Nova Razão do Mundo*, os autores Dardot e Laval utilizam o conceito de governamentalidade de Foucault. Para esses autores o neoliberalismo é mais do que um receituário de política econômica e mais do que ideologia social, é uma forma de construção de subjetividades, visões de mundo e valores. O termo governamentalidade expressa as múltiplas formas pelas quais homens buscam conduzir a conduta de outros homens, ou seja, governá-los. “Governamentalidade é o encontro entre as técnicas de dominação exercida sobre

Em 1998, Immanuel Wallerstein, escreveu em seu texto “A reestruturação capitalista e o sistema mundial”

“Por todos esses motivos, o período atual, os próximos trinta a quarenta anos, será o momento da desintegração do sistema histórico capitalista. Não será um momento agradável de viver. Será um período negro, cheio de inseguranças pessoais, incertezas quanto ao futuro e ódios vigorosos. Ao mesmo tempo, será um período de transição massiva para algum outro sistema (ou sistemas) novo(s). Ao dizer isso, sem dúvida perguntarão vocês: por que lhes é dito que lhes trago uma mensagem de esperança? Falamos de uma situação de bifurcação muito clássica. As perturbações crescem em todas as direções. Estão fora de controle. Tudo parece caótico. Não podemos, nada pode, prever o que resultará. Mas não quer dizer que não possamos ter um efeito no tipo da nova ordem que será construída. Ao contrário. Numa situação de bifurcação sistêmica toda ação pequena tem consequências enormes. O todo se constrói de coisas infinitesimais. Os poderosos do mundo bem sabem disso. Preparam de várias maneiras a construção de um mundo pós capitalista, uma nova forma de sistema histórico desigual a fim de manter seus privilégios. O desafio para nós, sociólogos e outros intelectuais e para todas as pessoas após um sistema democrático e igualitário (os dois adjetivos tem idêntico significado), é nos mostrarmos tão imaginativos como os poderosos e tão audazes, porém com a diferença de que devemos viver novas crenças na democracia igualitária, o que não faziam nunca (ou raramente) os movimentos da velha esquerda. Como fazê-lo? É isso que devemos discutir hoje, amanhã e depois de amanhã. É possível fazê-lo, mas não existe uma certeza a esse respeito. A história não garante nada. O único progresso que existe é aquele pelo qual lutamos com, recordemo-lo, grandes possibilidades de perder. (WALLERSTEIN, 1998, p. 266-267)

Mais do que nunca, cabe a esquerda permitir que um novo sentido do possível possa abrir caminho para o governo dos homens e alinhar-se a novos horizontes que não apenas àqueles da maximização do desempenho, da produção ilimitada, do controle generalizado. Há que se buscar novas relações com os outros para além da concorrência. “As práticas de comunicação do saber, de assistência mútua, de trabalho cooperativo podem indicar traços de outra razão do mundo.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 402)

Este é um grande desafio para as esquerdas do Brasil e da América Latina. Em 1993, Draibe já alertava para o impacto das alterações causadas pelo neoliberalismo, especialmente, nas políticas sociais. Nos momentos mais agudos da crise foram, e ainda são, postos em prática os cortes dos gastos sociais, a diminuição e suspensão de programas sociais e a redução do papel do Estado. A agressiva promoção mundial do neoliberalismo teve como principais representantes os governos de Margareth Thatcher (Reino Unido – 1979-1989) e Ronald Reagan (EUA, 1980-1988) que impôs acordos de integração entre os países da América Latina com os Estados Unidos. Os países latino-americanos foram amplamente

---

os outros e sobre si. Assim, governar é conduzir a conduta dos homens, desde que se especifique que essa conduta é tanto aquela que se tem para consigo mesmo quanto aquela que se tem para com os outros.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p: 18)

submetidos aos ajustes macroeconômicos da receita neoliberal, se submeteram às reformas dos sistemas de proteção social, à privatização, descentralização e focalização de programas, tendo o Chile como seu principal representante. (DRAIBE, 1993)

Os países latino americanos sempre organizaram com dificuldade os esforços para a construção de sua identidade. Sua história sempre foi marcada pela exploração neocolonial, opressão e tirania de seus colonizadores, pela hegemonia de forças políticas antidemocráticas impostas pela força e violência de ditaduras militares. América Latina e Caribe formam a região socialmente mais injusta e desigual do planeta. Dados da Cepal, 2012, mostram que 164 milhões de pessoas - 28% de sua população - viviam em condições de pobreza; outros 66 milhões – mais de 11% - viviam na indigência; 70 milhões de crianças e adolescentes eram pobres e mais de 23 milhões extremamente pobres; 10% da população detinha 32% das rendas totais, enquanto 40% tinha acesso a 15% das rendas. Ao mesmo tempo, a região possui uma gama considerável de recursos minerais não renováveis, um terço de reservas de água doce, 12% das extensões cultiváveis, 21% de bosques naturais e um elevado potencial para produção de alimentos. Diante de tal realidade é importante discutir e negociar no campo político, econômico e comercial os diversos interesses que envolvem regimes políticos, projetos nacionais e expectativas da sociedade. (CASTRO, 2015)

“Ao longo de sua agitada história, os povos e recursos latino-americanos e caribenhos se tornaram prisioneiros de distintas políticas de integração direcionadas não a potencializar o desenvolvimento integral, mas sim subordiná-los e explorá-los. Em contrapartida, nossas nações também protagonizaram seus próprios projetos de integração solidária, encaminhada a emancipar-se e a impulsionar aquele desenvolvimento. Lamentavelmente, as variantes exploradoras – pré coloniais, coloniais e neocoloniais – prevaleceram por muito mais tempo e isso permitiu maior penetração da cultura dominante em nossos países.” (CASTRO, 2015, p. 38)

Com a vitória dos EUA na Segunda Guerra Mundial, apoiada pelos países latino americanos, havia por parte destes a expectativa de se beneficiar de instituições internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), do BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) e do Plano Marshall para promover o desenvolvimento industrial, porém, em 1948, os Estados Unidos respondeu que os latino-americanos deveriam criar condições para atrair o capital privado em seus respectivos países. Em 1961, os Estados Unidos criou a Aliança para o Progresso, incentivando os países latino-americanos a elaborar seus planos nacionais de desenvolvimento. Para receber financiamento o plano deveria privilegiar a industrialização com investimentos privados, especialmente os de capital estrangeiro. Este plano não chegou a ser integralmente implantado, mas a ofensiva



intervencionista dos EUA nos países da América Latina é constante, sempre buscando estabelecer a hegemonia econômica na América Latina através da formação de uma área de livre comércio nas Américas, o que enfraqueceria países como o Brasil e a Argentina. (CASTRO, 2015)

“O último quartil do século 20 teve associações perversas para a política social latino-americana, pois combinou dois grandes ingredientes contrários à extensão da agenda dos direitos sociais providos pelo Estado: as ditaduras militares e a subordinação ao neoliberalismo do Consenso de Washington. A autonomia dos Estados latino-americanos foi subordinada pela sua dívida externa ao FMI, impedindo o crescimento das responsabilidades públicas com o social, negadas pela prevalência do conceito de Estado mínimo.” (SPOSATI, 2011, p. 107)

Na América Latina, as políticas sociais foram incorporadas de maneira gradual, fragmentada e setorial direcionadas ao apoio à industrialização, ao mesmo tempo os países latino-americanos não constituíram um sistema igualitário no reconhecimento de direitos - indígenas e afrodescendentes não foram incluídos nos sistemas de proteção social contributivos - os países dessa região mantêm sua responsabilidade social centrada na legislação trabalhista. Com cidadania frágil na perspectiva da garantia de direitos humanos e sociais, a noção de seguridade social restringe-se à política contributiva da previdência social. Constituem assim, acesso limitado ao operariado urbano, com fortes sinais de branqueamento no acesso aos seus benefícios, portanto a regulação social nos países latino-americanos foi baseada na condição de trabalho e não na cidadania, só nos últimos 20 anos é que ampliaram o alcance das políticas sociais para as áreas de saúde, habitação, assistência social, etc (SPOSATI, 2011)

“Portanto, sob o predomínio da regulação social do trabalho, que tem por centralidade a reposição da capacidade de consumo do trabalhador no mercado através de benefícios, a ênfase é a monetarização da política social, mantendo ao mesmo tempo, o poder de consumo do trabalhador e o fluxo da economia. Essa opção fica distante da política social como efetivadora de garantias sociais a todos os cidadãos através de redes quanti qualitativa de serviços públicos que provê atenções a todos os membros de uma família, respeitando seu estágio no ciclo vital e suas singularidades.” (SPOSATI, 2011, p. 106)

É importante destacar que a partir da década de 1990, se fortalece o movimento das esquerdas latino-americanas no sentido da resistência ao neoliberalismo. Nos anos 2000 chegam ao poder governos de esquerda e centro esquerda no Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela. Esses líderes representam setores progressistas e, através de um discurso anti-imperialista defendem o desenvolvimento nacional e a autonomia dos estados nacionais. Tem em comum o consenso que o neoliberalismo e seus fundamentos privatizantes não conseguiram resolver problemas centrais dos países periféricos. Defendem

uma agenda de investimentos em políticas sociais e educacionais, distribuição de renda, redução das desigualdades, apropriação da renda proveniente da exploração de seus recursos naturais (gás, petróleo, etc) como fonte de financiamento dos programas sociais do Estado, enfim, propõem uma direção política no sentido de promover o desenvolvimento econômico com expansão de políticas sociais compensatórias em toda a América Latina como forma de superação de sua histórica desigualdade social. Esta receita permitiu o aumento do consumo das famílias pobres, porém não tem se mostrado eficiente para interferir na origem das desigualdades e nem em efetivas reformas que levem ao desmonte do neoliberalismo, ao contrário, o que se vê são políticas sociais importantes como saúde, educação e previdência social se transformando em serviços mercantis, se desviando fortemente de qualquer iniciativa de universalização dos direitos, em contrapartida as políticas focais permanecem e são objeto de parceria entre os setores público e privado. (MOTA, 2012)

“[...] Está em curso um processo de repolitização regressiva da política, que se faz com argumentos antineoliberais e anti-imperialistas, mas em defesa do nacional-capitalismo, cuja principal mediação não são reformas sociais com impacto na redistribuição de renda, mas políticas focais de alívio à pobreza. A intervenção social dos governos progressistas tem sido marcada pela criação de programas compensatórios de enfrentamento da pobreza [...] Sob essa perspectiva, aloja-se a despolitização das lutas e do caráter classista das desigualdades sociais, que passam a ser entendidas ora como exclusão, ora como evidência da desfiliação em relação à proteção estatal, ambas confluindo na defesa de estratégias de inclusão e inserção, a permitir que o existente se transforme em ideal, e a situar, assim, a construção de projetos sociais emancipatórios.” (MOTA, 2012, p. 7)

Toda a análise apresentada ao longo deste primeiro capítulo nos traz a reflexão, de que ao longo da história a ideia de bem-estar e de seguridade social vão se formando entre um pêndulo que não para de balançar entre Estado e mercado, entre direitos e mercadorias, entre cidadania e consumo, entre a politização da consciência e a mercantilização das experiências. A luta entre Estado forte e presente e avanço do grande capital esteve presente desde sempre, materializada em crises econômicas que acabam por justificar a redução do Estado, da justiça e da organização dos trabalhadores deslocando a conquista da cidadania para a conquista do direito ao consumo. Talvez, seja essa a verdade a que me referi no início desse texto.

## CAPÍTULO II

### WELFARE STATE E SEGURIDADE SOCIAL NO CAPITALISMO PERIFÉRICO: INTERPRETAÇÃO DO CASO BRASILEIRO

“É incrível ver como o povo, quando é submetido, cai de repente num esquecimento tão profundo de sua liberdade, que não consegue despertar para reconquistá-la. Serve tão bem e de tão bom grado que se diria, ao vê-lo, que não só perdeu a liberdade, mas ganhou a servidão.

É verdade que no início serve-se obrigado e vencido pela força. Mas os que vêm depois servem sem relutância e fazem voluntariamente o que seus antepassados fizeram por imposição. Os homens nascidos sob o jugo, depois alimentados e educados na servidão, sem olhar mais à frente, contentam-se em viver como nasceram e não pensam que tem outros bens e outros direitos a não ser os que encontraram. Chegam finalmente a persuadir-se de que a condição de seu nascimento é natural.”

Étienne de La Boétie

No capítulo anterior observamos a história da construção das ideias de bem-estar e de seguridade no pensamento social e econômico e na história da formação do Estado, vejamos agora algumas das particularidades dessas questões para o caso brasileiro.

A seguridade social brasileira teve como influência os sistemas de proteção social do welfare state europeu. Os direitos da seguridade social, sejam àqueles inspirados no modelo alemão bismarckiano<sup>3</sup> ou àqueles inspirados no modelo beveridgiano inglês<sup>4</sup>, têm como parâmetro os direitos do trabalho, uma vez que garantem benefícios aos trabalhadores que perderam temporária ou permanentemente sua capacidade laborativa.

“Sob a inspiração da experiência da social democracia europeia do pós-guerra, a partir de meados do anos 1970, a sociedade brasileira caminhou no sentido da estruturação de bases institucionais e financeiras características do Estado de Bem-Estar Social. Esse movimento ganhou impulso no âmago da luta pela redemocratização do Brasil e desaguou na Constituição de 1988. Assim, durante a recente vaga neoliberal, ao contrário de alguns países da América Latina, o

---

<sup>3</sup> O modelo bismarckiano surge na Alemanha, no ano de 1883, durante o governo do Chanceler Otto Von Bismarck como resposta às greves e pressões dos trabalhadores. Consiste num sistema de seguro aos trabalhadores desempregados, condicionado a prévia contribuição. A contribuição é direta de trabalhadores e empregadores baseada na folha de salários e organizada em caixas geridas pelo Estado. (Boschetti)

<sup>4</sup> O modelo beveridgiano surge na Inglaterra em 1942. Neste sistema os direitos têm caráter universal, destinado a todo cidadão independente de prévia contribuição. É proveniente de impostos geridos pelo Estado. (Boschetti)

Brasil não transitou do modelo corporativo para o Estado Mínimo. Nos finais da década de 1970 e até 1988, caminhou na contramão do mundo. Seguiu a rota inversa do neoliberalismo. Foi salvo pelo movimento político. O notável movimento social que lutava pela redemocratização do país construiu uma agenda de mudanças, que visava, em última instância, a acertar as contas com a ditadura militar. Naquele momento não havia solo fértil para a investida neoliberal.” (FAGNANI, 2011, p. 25-26)

Ao pensarmos sobre o welfare state no Brasil, devemos reconhecer que o país possui uma especificidade histórica que precisa ser considerada. Essa especificidade se revela tanto no desenvolvimento do processo de reprodução da força de trabalho como no desenvolvimento da política social das formações capitalistas em países ditos periféricos, subdesenvolvidos e dependentes, o que constitui determinações estruturais e conjunturais cujas transformações só são percebidas quando consideramos os processos econômicos e políticos que os envolvem.

O Brasil configura-se como um dos países mais desiguais do mundo, só superado por alguns países do Oriente Médio, o que nos leva a concluir que o país é marcado pela desigualdade com extrema concentração de renda no topo da pirâmide social, o que torna a proteção social ainda mais importante. (FAGNANI, Carta Capital, 2017). A pesquisa Desigualdade Mundial 2018, liderada por Thomas Piketty, referente ao período entre 2001 a 2015, demonstra que 30% da renda do Brasil se concentra nas mãos de apenas 1% dos habitantes, a maior concentração de renda do mundo. Os milionários brasileiros ficam a frente dos milionários do Oriente Médio que concentram 26,3% da renda total da região. No recorte em que se considera os 10% mais ricos, o Brasil se compara à Índia, ambos com 55% de concentração da renda, ficando atrás apenas do Oriente Médio. (EL PAÍS, 14/12/2017)

A formação social brasileira sempre esteve ligada ao liberalismo formal e ao patrimonialismo como garantia de fato aos privilégios da classe dominante. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, o que traz consequências significativas no quadro geral da organização dos trabalhadores, no assalariamento e nos mecanismos públicos de proteção social.

Para Bering e Boschetti (2007), as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolveram-se aqui de forma bem diferente dos países de capitalismo central. Fundamentadas nas ideias de Caio Prado Júnior (1991), destacam que a colonização no Brasil entre os séculos XVI e XIX, serviu à acumulação de capital nos países centrais, questão esta também apontada por Paul Singer (1987). Segundo ele o Brasil colônia foi um dos sustentáculos da expansão do capitalismo em sua fase pré-industrial na Holanda e na Grã-

Bretanha respectivamente. O escravismo e o colonialismo marcaram profundamente a cultura brasileira.

“Naturalmente o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do séc. XIX, é a escravidão. Em todo lugar onde encontramos tal instituição, aqui como alhures, nenhuma outra levou-lhe a palma a influência que exerce, no papel que representa em todos os setores da vida social. Organização econômica, padrões materiais e morais, nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir; e de um modo profundo, seja diretamente, seja por suas repercussões remotas.” (PRADO JR, 1991, p. 269)

Fernandes (1979) ressalta que o padrão brasileiro de *gente de prol* se constitui no período colonial. Há fortes ligações entre esse padrão e a cultura mandonista, exclusivista e particularista das elites que reproduzem o passado no presente e lembram mais a semelhança entre colonizador versus colonizado do que empresário capitalista versus assalariado.

Dowbor (1978) reconhece que o capitalismo no Brasil é impulsionado pela proclamação da Independência em 1822. Destaca, porém, que este fato histórico trouxe com ele poucas mudanças e nenhuma transformação essencial. Embora confirmasse uma nova forma de existência do Brasil dentro do sistema capitalista, não refletia o aparecimento de atividades econômicas e de uma classe dirigente capaz de por em questão a própria relação colonial. A colonização portuguesa no Brasil trouxe com ela marcas que não se apagam. Os portugueses não encontraram aqui uma terra de ninguém, completamente despovoada. Havia gente – havia os índios, que constituíram o primeiro grande fator demográfico e econômico. (FERNANDES, 2006). À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira, se por um lado os portugueses deixavam o legado de um enorme país com extensa unidade territorial, linguística, cultural e religiosa, por outro o que se via era uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária e um Estado absolutista. (CARVALHO, 2017)

“... esse movimento é marcado pela ausência de compromisso com qualquer defesa mais contundente dos direitos do cidadão por parte das elites econômico-políticas, o que é uma marca indelével da nossa formação, fato que é fundamental para pensar a configuração da política social no Brasil.” (BERING e BOSCHETTI, 2007, p. 73)

Fernandes (2006) ressalta a Independência do Brasil como a primeira grande revolução social que se deu no país, tanto por ter marcado o fim da era colonial, como também por ter inaugurado a época da sociedade nacional, o que considera um tipo de autonomia política e aponta essa última como o principal aspecto da Independência. O poder deixaria de ser uma manifestação de fora e passaria a se organizar a partir de dentro. Ao

mesmo tempo, concorda com seu elemento conservador de preservar e fortalecer a ordem social herdada da sociedade colonial que não reunia condições materiais e morais para alcançar a autonomia fundamental para a construção da Nação.

“Sob forma de dominação estamental, ela [a revolução da independência] não passaria de uma “tutela”, por vezes tão egoísta, acanhada e insensível quanto fora a “tutela colonial”. De outro lado, ele demonstra o caráter dúplice do liberalismo. Representava a via pela qual se restabeleceriam, encobertas, mas necessariamente, os nexos da dependência em relação ao exterior; desvendava o caminho da autonomia e da supremacia não de um povo, mas de uma pequena parte dele, que lograra privilegiar seu prestígio social e apossar-se do controle do destino da coletividade.” (FERNANDES, 2006, p. 61/62)

O liberalismo que fundamentou o movimento da Independência no Brasil sofreu fortes influências no campo histórico-social que não permitiram a ruptura com o passado, as classes dominantes reafirmaram seu status sem a incorporação das massas, manteve-se a relação passiva e complacente com o capital internacional e o Estado servia como meio de decisão política e institucionalização das elites dominantes numa forte confusão entre público e privado. (BERING e BOSCHETTI, 2007)

“A sociedade civil não era tão-somente o palco em que se movimentava o senhor-cidadão. Ela era literalmente, para ele, a “sociedade” e a “nação”. As bases perceptivas e cognitivas de semelhante representação seriam fáceis de explicar, como decorrência da identificação psicossocial do sujeito com o mundo em que transcorria sua existência e no qual suas probabilidades de ação social ganhavam significação política. Por essa razão (e também como consequência semântica da dominação estamental: os outros não contavam, sendo portanto desnecessário pensar ou falar em nome deles), as elites no poder tendiam a localizar-se e a afirmar-se, historicamente, através e em nome da sociedade civil (a qual, como apontamos, delimitava o espaço social de sua vivência e de sua experiência). Termos ou expressões como “povo”, “nação”, “a opinião pública”, “o povo exige”, “o povo aguarda”, “o povo espera”, “interesses da nação”, “a segurança da nação”, “o futuro da nação”, “a opinião pública pensa”, “a opinião pública precisa ser esclarecida”, “a opinião pública já se manifestou contra” (ou a favor) etc, indicavam pura e simplesmente que os diversos estratos das camadas senhoriais deviam ser levados em conta nos *processos políticos, desta ou daquela maneira.*” (FERNANDES, 2006, p. 62/63)

Desta forma, as massas nunca estiveram incluídas nas perspectivas do desenvolvimento da nação brasileira. O senhor cidadão era elemento exclusivo da sociedade civil e a democracia não era uma condição geral da sociedade. O debate democrático tinha por objetivo estabelecer limites para acordos e soluções que agradassem a chamada sociedade civil, a qual constituía o ponto central que iria julgar o mérito das decisões do Estado. Essa situação causou grave desequilíbrio entre o comportamento político das elites no poder e os requisitos jurídico-políticos da ordem legal à medida que as classes dominantes utilizavam o governo como meio de dominação e reduziam o Estado à condição de cativo da sociedade civil, neutralizando assim a eficácia da ordem legal. (FERNANDES, 2006)

Assim nasce o Estado brasileiro, permeado pela ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática para a garantia dos privilégios da classe dominante que nos acompanham até os dias atuais. Adentra ao capitalismo montado sobre o topo de um sistema econômico agrário, escravista e dependente. Para Fernandes (2006) existem duas linhas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Uma originada a partir da própria colonização, está ligada ao capitalismo comercial, principalmente ligada à produção agrária e a outra, originou-se da autonomização política, de criação de uma economia, de um Estado e de uma sociedade nacionais, influenciados pela civilização ocidental moderna.

“O lento avanço da constituição de um setor novo e da urbanização evidenciou os entraves que o poder político e social da aristocracia agrária impunham ao processo de modernização, até do ponto de vista do capital estrangeiro. Entre uma visão de modernização mais acelerada e os interesses senhoriais, prevaleceu uma acomodação intermediária, na qual se barganhava certa contenção da heteronomia nos níveis econômicos e técnicos, ao lado de uma contenção do mercado interno moderno, neutralizando as vantagens econômicas da criação de um Estado nacional. Dessa forma, garantia-se o controle do ritmo da modernização, segundo os interesses dos antigos senhores, e uma acomodação limitada no tempo de formas econômicas opostas.” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 76/77)

Somado a isso, havia ainda a persistente presença do trabalho escravo, incompatível, segundo Singer (1987) com o capitalismo, uma vez que este se caracteriza pela alienação da força de trabalho por indivíduos livres em troca de salários, o Brasil escravocrata precisava de um mercado interno capaz de dar sustentação a produção capitalista, desta forma o Brasil entra no capitalismo favorecendo os interesses do setor agroexportador alinhado com a aristocracia agrária, em clima de mandonismo, paternalismo e conformismo, como se o trabalho livre fosse mero desdobramento do trabalho escravo. (FERNANDES, 2006).

A formação social brasileira não acompanha o mesmo tempo histórico de outros países do capitalismo central, não houve no Brasil uma radicalização das lutas dos trabalhadores, com a constituição de partidos e organizações fortes. A questão social só se coloca como questão política a partir da primeira década do século XX com o início das lutas dos trabalhadores e surgimento das primeiras iniciativas de legislação trabalhista. Como já descrito no capítulo anterior, Marshall (1967) descreve que os direitos da cidadania se desenvolveram na Europa de forma muito lenta e sequencial. Primeiro vieram os direitos civis, no século XVIII, depois os direitos políticos no século XIX e por fim, os direitos sociais no século XX. No caso do Brasil, José Murilo de Carvalho (2017), chama atenção para um

contraste que envolve a sequência cronológica da conquista dos direitos no país, houve aqui a inversão da ordem dos direitos.

“Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo.” (CARVALHO, 2017, p. 219-220)

Essa pode ser a raiz das dificuldades do desenvolvimento da cidadania no Brasil. Não há apenas um caminho para a cidadania, os percursos são diferentes ao longo da história de construção das nações, mas não podemos negar que estas diferenças afetam a formação da cidadania e conseqüentemente seu produto final. A lógica vista na sequência inglesa reforçava a democracia garantindo inicialmente as liberdades civis, estas vieram primeiro e eram a base de tudo. Garantidas por um judiciário independente do executivo levava ao exercício das liberdades. Com base nos direitos civis os ingleses conquistaram a expansão dos direitos políticos a partir da consolidação e da ação dos partidos e do Congresso, chegava-se então, aos direitos sociais que por sua vez, eram postos em prática pelo Executivo. Na sequência brasileira os direitos sociais tiveram maior ênfase e vieram primeiro que os outros, além de não terem sido vivenciados, ao longo da história brasileira, na perspectiva política e geográfica do Estado-nação, como aconteceu na Europa, impulsionada pela Revolução Francesa (1789).

“Era uma luta política nacional, e o cidadão que dela surgia era também nacional. Isso quer dizer que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. As pessoas se tornavam cidadãs a medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado. Da cidadania como a conhecemos fazem parte então a lealdade a um Estado e a identificação com uma nação” (CARVALHO, 2017, p. 18)

A conquista da cidadania no Brasil teve progressos, mas nossa cultura de valorização excessiva do Poder Executivo, que acaba por desqualificar o Poder Legislativo, e de impaciência com o mecanismo democrático de decisão, tem nos levado a busca de decisões rápidas por meio de lideranças carismáticas e messiânicas; tem nos levado também a uma visão corporativa dos interesses coletivos, na qual os benefícios sociais não são tratados como direitos de todos, mas são resultado de negociações de cada categoria com o governo. Cada grupo procura manter e aumentar seus privilégios, o que cria uma esquizofrenia política: “os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais”, este sistema fragiliza os direitos políticos. (CARVALHO, 2017, p. 223)



Os trabalhadores conquistaram aos poucos direitos civis de organizar-se, manifestar-se, escolher o trabalho, fazer greve. Se concentraram na luta econômica contra os patrões em detrimento dos direitos políticos, uma vez que consideravam o voto uma grande farsa. “Assim é que os poucos direitos civis conquistados não puderam ser postos a serviço dos direitos políticos. (CARVALHO, 2017, p. 66). Os direitos sociais, principalmente trabalhistas e previdenciários são reivindicações do movimento operário e surgiram no país em 1888, com a criação de “uma caixa de socorro” para a burocracia pública; em 1889, os funcionários da imprensa nacional e os ferroviários conquistam o direito à pensão e a 15 dias de férias; em 1891 surge a primeira legislação para a assistência à infância, regulamentando o trabalho infantil (que nunca foi cumprida); em 1892, os funcionários da Marinha conquistam o direito à pensão. A partir de 1903, formam-se os primeiros sindicatos na agricultura e nas indústrias rurais e a partir de 1907, os sindicatos dos trabalhadores urbanos e o reconhecimento do direito de organização sindical. Em 1911 se reduz legalmente a jornada de trabalho para 12 horas diárias (que não se efetivou); em 1919 é regulamentada a questão dos acidentes de trabalho, porém a ênfase é na responsabilidade individual do trabalhador em detrimento das questões coletivas de trabalho. Em 1923, aprova-se a lei Eloy Chaves, que institui a criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), somente para trabalhadores considerados estratégicos como os ferroviários e os marítimos. As CAPs originaram a previdência social brasileira, junto com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), fundados em 1926, inicialmente para funcionários públicos. Em 1927, foi aprovado o Código de Menores para punir os “menores delinquentes”, orientação que só veio a se modificar com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. (BERING e BOSCHETTI, 2007)

“Pode-se concluir, então, que até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se se pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido.” (CARVALHO, 2017, p. 88)

A partir de 1930 a história começa a mudar e acompanhamos o avanço dos direitos sociais. Verificou-se o surgimento de órgãos gestores de políticas sociais e garantia de direitos trabalhistas, como por exemplo, a criação dos Ministérios da Saúde e da Educação que passaram por progressiva expansão do atendimento da rede pública e significativa

centralização do comando da gestão no nível do executivo federal. O ingresso das classes trabalhadoras no cenário político se fez viável por meio da incorporação controlada dos setores populares, seguindo padrões de exclusão social e elitismo político. Surge uma rede burocrática clientelista que organiza a cooptação dos trabalhadores e a corrupção. (CASTRO, 2009) Ainda assim, houve um lento avanço nos movimentos sociais independentes e na formação de uma identidade nacional, a medida que emergiram possibilidades de participação popular, como por exemplo o movimento de 1930 e as campanhas nacionalistas da década de 1950, principalmente a defesa do monopólio estatal do petróleo, além da abertura para criação de partidos políticos e sindicatos e a extensão do voto à todos os cidadãos homens e mulheres com mais de 18 anos de idade. “O nacionalismo incentivado pelo Estado Novo, foi o principal instrumento de promoção de uma solidariedade nacional, acima das lealdades estaduais.” (CARVALHO, 2017, p. 92)

Entre 1930 e 1945 é possível constatar o crescimento do papel do Estado na área trabalhista e na área previdenciária. Foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e em 1943, toda a legislação trabalhista foi organizada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), excluindo-se os trabalhadores rurais que eram maioria na época, além de trabalhadores autônomos e domésticos. (BENEVIDES, 2011), tudo isso se deu com baixa participação política e direitos civis precários, o que comprometeu o desenvolvimento de uma cidadania ativa da população.

“Tratava-se, portanto, de uma concepção da política social como privilégio e não como direito. Se ela fosse concebida como direito, deveria beneficiar a todos e da mesma maneira. Do modo como foram introduzidos, os benefícios atingiam aqueles a quem o governo decidia favorecer, de modo particular aqueles que se enquadravam na estrutura sindical corporativa montada pelo Estado. Por essa razão, a política social foi bem caracterizada por Wanderley G. dos Santos como ‘cidadania regulada’, isto é, uma cidadania limitada por restrições políticas.” (CARVALHO, 2017, p. 119)<sup>5</sup>

Entre 1946 e 1964, o sistema de proteção social permaneceu seletivo no plano dos beneficiários, heterogêneo, no plano dos benefícios e fragmentado nos planos institucionais e financeiros. Houve ampliação dos direitos políticos e pouco avanço dos direitos sociais. A grande novidade foi a inclusão dos trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários através do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. O início da década de 1960 foi

---

<sup>5</sup> Para entender melhor o conceito de cidadania regulada o autor chama atenção para a atuação do governo junto aos sindicatos. Cabia ao Estado a regulação e o arbitramento da organização sindical. O sindicato não se constituía como um órgão de representação dos interesses dos operários e patrões, mas sim como um órgão de cooperação entre as duas classes e o Estado. (Carvalho, 2017)

caracterizado por uma profunda crise do trabalhismo e aguda crise do conflito social, culminando na intervenção militar de 1964. (GOMES, 2005)

“A crise desencadeada em 1964 se revelou mais aguda que as imediatamente anteriores. Além da crise de governo, deu lugar a uma crise do regime e à ruptura do próprio pacto político que prevalecia desde o pós guerra. O Estado populista, resultante do compromisso da elite modernizante de 30 com os setores populares, rompeu-se com a intervenção militar. O sentido mais amplo que se pode extrair do impulso original do longo processo iniciado em 64 é o da reestruturação do aparelho de intervenção do Estado em todos os seus níveis, do econômico ao político.” (TAVARES apud CASTRO, 2009, p. 91)

Durante o período da ditadura militar (1964-1985) assistimos a expansão dos direitos sociais em detrimento dos direitos políticos e principalmente dos direitos civis. Acompanhamos a reestruturação das políticas sociais, apesar da redução da liberdade política, da queda da renda do trabalho e conseqüente crescimento das desigualdades sociais. Houve ampliação dos direitos sociais e centralização do aparelho estatal. Vale ressaltar que o capitalismo no Brasil é tardio assim como o mercado de trabalho e a própria formação do Estado: o Estado brasileiro só veio a conseguir o monopólio das armas e dos impostos entre 1964 e 1966 com a criação do Banco Central e da Receita Federal atual.

Em 1966 foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que substituiu os antigos IAPs; em 1971 foi a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), separado do INPS, oferecia benefício de aposentadoria por idade aos 65 anos, aos homens, no valor de meio salário mínimo. Em 1974, foram incluídos os trabalhadores temporários de empresas e criada a renda mensal vitalícia (RMV) para idosos acima de 70 anos e pessoas com deficiência desde que tivessem contribuído para a previdência por um prazo mínimo de 12 meses. Em 1974 cria-se o Ministério da Previdência e Assistência Social e em 1966 o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como forma de compensar o fim da estabilidade de emprego e a flexibilidade da legislação trabalhista. (BENEVIDES, 2011)

O Brasil chega aos anos 1980 com expressiva força dos movimentos sociais que reivindicava o reordenamento do Estado nas políticas sociais e maior equidade, justiça social e redistribuição de renda como base do projeto de universalização da proteção social que esperavam.

“A rota forjada pelo movimento social tinha como destino a Assembléia Nacional Constituinte. Após uma árdua marcha, a Constituição da República aprovada em 1988 restabeleceu a democracia e consagrou as bases de um sistema de proteção social inspirado no Estado de Bem Estar Social e ancorado

nos princípios da universalidade, da seguridade e da cidadania plena.”  
(FAGNANI apud FAGNANI, 2011, p. 25)

Nessa perspectiva, a seguridade social propôs um redesenho institucional do Estado na condução e formulação de sua política pública com a criação de um Ministério da Seguridade Social (que nunca chegou a existir de fato) e orçamento únicos para o conjunto dos setores que compõem a seguridade social: saúde, previdência social e assistência social. Dessa forma a Nova Constituição, conhecida como Constituição Cidadã, trazia mudanças significativas para a proteção social brasileira. A ideia de Seguridade Social está descrita nos artigos 194 a 204 do texto da Carta Cidadã, especialmente nos artigos 194 que traz a definição da seguridade social e o artigo 195 que descreve sua forma de financiamento. A Nova Constituição institui novas formas de gestão ao incluir a participação social e a descentralização e cria um sistema específico de financiamento com fontes diversificadas e exclusivas para a seguridade social, por outro lado

“O arcabouço constitucional da Seguridade Social, que talvez represente a peça política mais renovadora introduzida na Constituição, não contou na época com respaldo de movimentos e de lideranças da sociedade civil. Este fato é confirmado não apenas pelas análises dos anais da Constituinte, mas também por depoimentos de atores políticos cuja atuação foi então relevante.”(DELGADO, JACCOUD, NOGUEIRA, 2009, p. 18)

Como se vê, ao contrário do SUS, que era impulsionado pelo movimento sanitário, a Seguridade Social não tinha com ela grandes defensores. Nos trabalhos constituintes, propôs-se na Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente a criação de um sistema público reunindo políticas de Previdência e Assistência Social, com princípios de universalidade, uniformidade, equivalência dos benefícios, equidade no custeio e fontes de financiamento, mantendo a política de saúde como área específica, porém a Comissão da Ordem Social incluiu a saúde como parte do sistema público de Seguridade Social, juntamente com a previdência e a assistência social que se diferenciou da previdência social e foi incorporada como política pública específica e componente da seguridade. Esse novo formato foi uma surpresa para o movimento sanitário que tratou de fazer incluir no artigo 195 da Constituição Federal a garantia da manutenção da identidade institucional e orçamentária para as três instâncias de acordo com metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada para cada área da gestão. Isso porque havia dois temores: (a) que a saúde perdesse a garantia das fontes de financiamento, devido às necessidades dos outros segmentos e (b) que a proposta evoluísse para a criação do Ministério da Seguridade Social, minando a autonomia do Ministério da Saúde. Assim insistiram no fortalecimento do Ministério da Saúde para

garantir as bases técnicas e administrativas do Sistema Único de Saúde (SUS). Desta forma, a Seguridade Social emerge como uma ideia de cunho técnico com baixa sustentação política e institucional no Estado e nos partidos políticos. (DELGADO, JACCOUD E NOGUEIRA, 2009)

A partir dos estudos de Tatiana Vargas de Faria Baptista (1998), pesquisadora do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, podemos dizer que a Seguridade Social brasileira não compôs uma agenda política de interesse público imediato. A autora aponta, até os dias atuais, para a desintegração dos princípios norteadores da inovadora política protetora. Além do movimento de saúde, contava ainda com a resistência de outras forças políticas conservadoras como os personagens da área econômica, política e administrativa do Estado; outro grupo formado pela técnico-burocracia previdenciária e outro representado por trabalhadores e aposentados. O grupo formado pela área econômica resistia pelo fato da política de seguridade exigir uma política de redistribuição de renda, além da constituição de um órgão único na gestão da saúde, previdência e assistência social, órgão este que formaria uma estrutura administrativa fortíssima na área social. O grupo formado pela técnico-burocracia previdenciária se opunha por não aceitar o enfraquecimento e extinção do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) que havia se constituído de forma forte e autônoma desde 1974; o grupo de trabalhadores e aposentados por sua vez, temia sofrer perdas reais, tanto financeiras, quanto em benefícios. Criticavam a universalização porque desde meados dos anos 1970 vinham sofrendo perdas qualitativas nos serviços, principalmente da saúde que era ligada a Previdência Social através do INAMPS, firmavam assim uma postura corporativa que privilegiava o trabalhador formal e, por fim, o movimento sanitário que defendia um projeto setorial da saúde como já descrito acima. Dessa forma, a disputa ideológica sobre a compreensão da reforma transformou-se na disputa de poder e o maior conflito apresentou-se na estratégia de unificação da saúde, com a passagem do INAMPS para o Ministério da Saúde. Assim, o projeto da seguridade social brasileira nascia imerso num jogo político de interesses corporativos que encontrava conflitos em todos os níveis de negociação, apresentando-se como uma questão polêmica e de difícil consenso, o que nos leva a concluir que não houve um projeto único e integrador entre os três setores que compuseram a seguridade, causando grande fragilidade no modelo proposto que apesar de ter sido aprovado, foi definido em linhas gerais e imprecisas nos seus princípios elementares e essa foi a vitória conservadora: acolher um projeto e anulá-lo desde a sua origem.

Como já foi dito, o Ministério da Seguridade Social não chegou a existir. Ainda nos estudos de Baptista (1998), verificamos que em 1989, começou a ser retardado pelas posturas conservadoras de Jader Barbalho, então ministro da Previdência e por José R. P. Serrão, então presidente do INAMPS, que integravam o bloco político liderado pelo Presidente José Sarney. Estas autoridades não tinham interesse algum em mudar o quadro institucional na Previdência Social, somado a isso, no contexto do Ministério da Saúde continuava a articulação para a unificação INAMPS/SUS e pelo projeto de reforma do sistema de saúde que levou a reordenação do Ministério da Saúde, abandonando a estratégia da construção da Seguridade Social conforme prevista na Constituição de 1988. Esse abandono demonstrou a preconização das dificuldades de se construir na prática aquilo que a Constituição assegurava na letra da lei. Essa postura dos reformistas de saúde representou a primeira ruptura na constituição da Seguridade Social. Durante o governo Collor (1990-1992), a lei 8028 apresentada apenas 27 dias após do início de seu mandato determinou a revinculação do Ministério da Previdência Social ao Ministério do Trabalho, compondo o Ministério do Trabalho e Previdência Social e um Ministério da Assistência Social totalmente independentes entre si. Essa lei marcou a segunda ruptura do modelo de proteção social pautado na concepção de Seguridade Social. Mais um fator contribuiu para o desmonte das parcas alianças e consensos firmados na Constituição de 1988 em torno da política de Seguridade Social: a entrada dos encargos previdenciários da União (EPU) no orçamento da Seguridade. O EPU retirou, em média, 20% do orçamento da seguridade social a partir de 1990. Em 1992, o Relatório Britto elaborado pela Comissão do Sistema Previdenciário apontou a falência do modelo e defendeu a separação imediata dos três setores naquilo que ainda os vinculava: o Orçamento da Seguridade Social, medida que foi aprovada em 1993, na gestão do então Presidente Itamar Franco.

“Assim, os desmonte da política de seguridade a partir de 1990 baseou-se essencialmente nas fragilidades presentes no texto constitucional de 1988, quais sejam: as estratégias de cooperação e integração entre os setores e a política de financiamento da seguridade. A estratégia política nos anos 90 foi não permitir o pacto da área social e promover a crise entre os setores, não repassando recursos. No período de 90-93, as disputas por recursos acirraram as negociações entre saúde, previdência e assistência, criando impasses de financiamento principalmente na saúde e na assistência.” (BAPTISTA, 1998, p.112)

Com a autorização da desvinculação das receitas da Seguridade Social, em 1994, criou-se o Fundo Social de Emergência (FSE) que passou por sucessivas mudanças até chegar a chamada Desvinculação dos Recursos da União (DRU) que permite a realocação de 20%

das receitas próprias da Seguridade, que tem sua maior parte utilizada para o alcance de metas fiscais. (DELGADO, JACCOUD E NOGUEIRA, 2009).

Diante de tantos desacordos na seguridade social e nos efeitos perversos produzidos nos anos 1990, surgiram novos consensos: a saúde pública é ineficaz, a previdência social é deficitária, portanto a iniciativa privada é a solução. As diretrizes igualitárias e universalistas que orientaram o texto da Constituição, não foram capazes de enfrentar a apropriação privada por parte das categorias sociais privadas.

“Embora a estrutura da seguridade brasileira pós-1988 tenha sido orientada pelo conteúdo daquelas que moldam o estado de bem estar nos países desenvolvidos, as características excludentes do mercado de trabalho, o grau de empobrecimento da população, o nível de concentração de renda e as fragilidades do processo de publicização do Estado permitem afirmar que no Brasil a adoção da concepção de seguridade social não se traduziu numa universalização do acesso aos benefícios sociais. Pelo contrário, logo após a promulgação da Seguridade Social na Carta Magna ela já passa a ser negada pelas ações governamentais em detrimento das prescrições neoliberais e de um conjunto de mudanças macroestruturais, momento em que as classes dominantes iniciam a sua ofensiva contra a seguridade social universal, dando início a sua reforma, exercitando sua condição de dirigente, sitiando os projetos sociais dos trabalhadores, não somente através da força e coerção, mas confundindo seus referenciais, na proporção em que dotam novos conteúdos as bandeiras políticas históricas dos trabalhadores brasileiros. (MOTA, apud SANTANA, SERRANO E PEREIRA, 2013, não p.)

Na metade dos anos 1990, chegava ao fim o otimismo que ainda restava do primeiro ciclo reformista dos programas sociais, o fracasso de sucessivos planos de estabilização econômica, a crescente instabilidade inflacionária, reforçava o modo patrimonial de defesa da velha riqueza sob forma de benefícios para os beneficiários de sempre. Sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), uma nova agenda de reforma social vem a tona, influenciada pela força das novas ideologias e valores de cunho neoliberal, alinhadas com as regras do ajustamento fiscal como linha mestra. A agenda do Estado Mínimo ganhou impulso e o desenvolvimento social renunciou as políticas universais para dar lugar às políticas focais, resumindo-se numa única ação: a focalização nos mais pobres. Iniciou-se a retomada das reformas liberalizantes iniciadas no governo Collor. (FAGNANI, 2011)

“Nessa etapa, houve antinomia entre a estratégia macroeconômica e de reforma do Estado e as possibilidades do desenvolvimento social. Em primeiro lugar, essa estratégia acarretou no aumento da crise social, percebida, sobretudo, na desorganização do mundo do trabalho, consequência da estagnação econômica, implícita no Plano Real. Em segundo lugar, as políticas monetária, cambial e fiscal adotadas desorganizaram as finanças públicas e limitaram o gasto social. Esse é o pano de fundo para se compreender a desestruturação do mercado de trabalho e o retrocesso da reforma agrária e dos direitos trabalhistas e previdenciários: a ausência de política de habitação popular; a opção pela privatização do saneamento e do transporte público; e o paradoxo das políticas

de saúde, assistência social e educação fundamental, nas quais os inegáveis avanços institucionais foram minados pela macroeconomia. A focalização ganhou vigor, sobretudo, após o acordo com o FMI (1998).” (FAGNANI, 2011, p. 44)

Tudo isso nos leva a crer que nosso Estado de bem-estar social foi criado em torno de uma formação social e estatal tardia e de uma aliança frágil entre classes. Quando benefícios sociais não são tratados como direito de todos, mas de alguns grupos, como é o caso das políticas focais, há uma quebra na igualdade de todos e nos laços de solidariedade, há uma ruptura na sociedade à medida que ela se organiza em função dos parâmetros necessários para alcançar tais benefícios, buscando assim, privilégios individuais em detrimento da conquista de direitos coletivos. Como já dito neste trabalho, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, portanto se torna importante pensar e organizar arranjos institucionais que promovam a inclusão das pessoas, mas há que se pensar também, formas de incluir que não reforcem cada vez mais a cristalização do caráter classista das desigualdades sociais. Mais que nunca precisamos de estratégias que promovam o desenvolvimento da sociedade a partir da construção de políticas públicas pautadas na solidariedade e na justiça social, no qual o projeto de alguns se transforme no projeto de todos, repensando o Estado-nação.

A era Fernando Henrique Cardoso foi marcada por uma avassaladora campanha em torno de reformas, o que bastou para que as reformas fossem orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado eram considerados as causas centrais da profunda crise econômica e social desencadeadas no país a partir dos anos 1980, assim criou-se o cenário perfeito para a privatização e para mudanças na previdência social, abrindo caminho para um novo “projeto de modernidade”, materializado no Plano Diretor de Reforma do Estado, encabeçado pelo então ministro da Administração e Reforma do Estado Bresser Pereira, que nos distanciou das lutas coletivas.

“E o que ocorreu no anos 1990? Vivenciamos naquela década, e principalmente a partir da instituição do Plano Real, em 1994, algo bastante diferente desse crescimento mal dividido do tão criticado desenvolvimentismo. Houve o desmonte (Lesbaupin, 1999) e a destruição (Tavares, 1999), numa espécie de reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital. Revelou-se sem surpresas, a natureza pragmática, imediatista, submissa e antipopular das classes dominantes brasileiras. E foram medidas que, em alguns setores, fizeram com que o país evoluísse de forma inercial e, em outros, o fizeram permanecer no mesmo lugar ou até mesmo andar para trás, se pensamos nos critérios de Florestan Fernandes: a ruptura com a heteronomia e o drama social. Houve, portanto, uma abrangente contra reforma do Estado no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais externos e internos, e pela disposição política da coalização de centro-direita protagonizada por Fernando Henrique Cardoso.” (BEHRING E BOSCHETTI, 2007, p. 151-152)



A reforma, justificada como necessária e irreversível, instituiu de forma contundente os preceitos do neoliberalismo, tendo o ajuste fiscal como centro. A redução de custos no Estado fazia o contraponto para as privatizações e abriu possibilidades para os especuladores no mercado financeiro, vários financiamentos escoaram o crescimento da dívida interna e externa. Houve entrega de parcela do patrimônio público ao capital estrangeiro e a não obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil levou ao enfraquecimento de parcela do parque industrial nacional e com ele o aumento do desemprego e o desequilíbrio da balança comercial. Somado a isso, teve destaque o Programa de Publicização que consistia na criação de agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas. A elas se combinou o serviço voluntário, o qual desprofissionaliza a intervenção nas áreas sociais. Outro elemento a ser destacado foi a separação entre formulação e execução das políticas, de forma que o núcleo duro do Estado as formularia, a partir de sua capacidade técnica, e as agências autônomas as implementaria, isolando o “técnico” do “político”. Tudo isso demonstra que na verdade, “a prática da reforma era perfeitamente compatível com a política econômica, o que reforça a ideia de que seu discurso constituiu-se de pura ideologia e mistificação, num explícito cinismo intencional de classe.” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 154)

Eduardo Fagnani, professor doutor do Instituto de Economia da UNICAMP, escreve que mesmo com toda onda liberalizante que assolou o Brasil, o núcleo central das conquistas de 1988 permaneceu vivo.

“Passada essa longa fase de tensões agudas, a inflexão ocorrida na política econômica a partir de 2006 começou por implantar o pilar inconcluso do projeto de reformas desenhado pelas forças que lutavam contra a ditadura militar, apoiado em três núcleos centrais (PMDB, 1982): a restauração do Estado Democrático de Direito; a construção de sistema de proteção social, inspirado nos princípios de Bem Estar Social; e a concepção de uma nova estratégia macroeconômica, direcionada para o crescimento econômico com distribuição de renda.” (FAGNANI, 2011, p. 26)

Fagnani defende que a política social do Governo Lula (2003-2011) insere-se nessa longa fase de tensões iniciada em 1990 e intensas até 2002. Tal política permaneceu da mesma forma no período de 2003 a 2005 e começou a se alterar a partir de 2006, para ele a política social de Lula divide-se em duas etapas: (a) mudança ou continuidade?, fase inscrita entre 2003 e 2005 e (b) ensaios desenvolvimentistas entre 2006 e 2010.

É possível afirmar que as políticas do lulismo promoveram a cidadania, mas também criaram certa mercantilização das políticas públicas. Este paradoxo vem sendo objeto de análise de vários autores, dentre eles Pochmann e Moraes (2016). Eles ressaltam que um dos principais elementos da mudança social no Brasil é o acirramento da correlação de forças políticas provocadas pela desindustrialização, pelas graves recessões e pela onda de globalização, somado a isso o Brasil sempre esteve submetido à condição de periferia no capitalismo mundial. Mesmo com a desindustrialização tardia e a entrada na onda globalizante somente na década de 1990, o país acabou por se submeter a lógica da financeirização da riqueza, tendo que atender tanto a pressão das altas finanças como os compromissos de bem-estar por parte da população. A Constituição Federal de 1988, trouxe com ela inédito padrão de políticas públicas convergentes com o Estado de bem-estar social alcançado nos países de capitalismo avançado, porém as alianças políticas de caráter conservador e autoritário impossibilitaram a realização das reformas agrária, tributária e social, necessárias para a efetivação de direitos, criando uma discrepância que inviabilizou a consolidação dos direitos sociais, uma vez que o Estado mostrou-se muito limitado para promover políticas públicas de alcance universal. (MORAES e POCHMANN, 2016) Essa limitação do Estado tem criado arranjos institucionais complexos para a efetivação das políticas públicas, dentre elas a terceirização de atividades ligadas à saúde, à educação e a assistência social, que são a base do sistema de proteção social. As políticas do lulismo não conseguiram enfrentar esse dilema e nem promover reformas necessárias para que os direitos consagrados na Constituição de 1988 fossem generosamente implantados.

O período entre 2003 e 2005 foi marcado pela ambiguidade entre a mudança ou a continuidade da manutenção da ortodoxia econômica que regia as políticas do governo, aliado a isto, pertenciam ao governo representantes das forças defensoras do Estado Mínimo, principalmente no Ministério da Fazenda e, ao mesmo tempo, setores que defendiam os direitos universais, neste cenário, a disputa entre focalização e universalização das políticas sociais continuava acirrada. Diante desse jogo de forças, a estratégia social do governo permaneceu indefinida e ancorada no Programa Fome Zero, rapidamente substituído pelo Programa Bolsa Família, além disso, houve o abandono da proposta original da reforma agrária e pressões para a reforma da Previdência e da Assistência Social. No final de 2003, o Ministério da Fazenda publicou documento sobre a focalização dos gastos sociais, tal documento defendeu a prioridade aos programas de transferência de renda em oposição às políticas universais. A focalização nos mais pobres usou critérios definidos pelo Banco

Mundial e definiu como beneficiários aqueles que recebiam até US\$ 2 por dia. (FAGNANI, 2011). A grande surpresa desse período foi a reforma da previdência realizada a “toque de caixa” ao final de abril de 2003 que alterou as regras de aposentadoria dos servidores públicos, desconsiderando a necessidade de promoção da universalização da cobertura do risco-velhice. A Emenda Constitucional 40 demonstrou o seu preconceito contra os servidores e contribuiu para o longo processo de desmoralização do serviço público brasileiro. (MARQUES e MENDES, 2004) A reforma da seguridade social no governo Lula expôs um paradoxo no governo que defendia o exercício da cidadania. “É impossível falar de cidadania quando o contrato social que referenda direitos e deveres entre cidadãos e Estado é rompido.” (MOTA, 2007, p. 45)

Entre 2006 e 2010, iniciaram-se os ensaios desenvolvimentistas. O crescimento econômico foi destaque e permitiu maior investimento nos gastos sociais, proporcionando uma maior articulação entre os objetivos macroeconômicos e sociais. Ações focalizadas e universais passaram a ser vistas como complementares, emergindo um cenário favorável para a ampliação do papel do Estado. Entre 2003 e 2010, a taxa de desemprego caiu pela metade, o rendimento médio real mensal dos trabalhadores subiu 18% e foram criados mais de 15 milhões de empregos formais; a renda domiciliar per capita cresceu 23,5% em termos reais e o PIB per capita aumentou significativamente. Em consequência aumentaram também as fontes de financiamento da política social. “Conjugou-se, com êxito, estabilidade econômica, crescimento, distribuição de renda, inclusão social e promoção da cidadania.” (FAGNANI, 2011, p. 62-63) Tiveram destaque o fortalecimento do sistema de crédito, a inclusão de segmentos da população no sistema bancário, a valorização real do salário mínimo que também teve impacto positivo sobre a renda dos beneficiários da Seguridade Social, além da consolidação e expansão do Programa Bolsa Família que contribuiu para que cerca de 28 milhões de brasileiros saíssem da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial; na área de habitação foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida, com objetivo de construir um milhão de novas moradias, houve fortalecimento da mobilização social com a criação de diversos conselhos setoriais e fóruns de discussão, houve continuidade no processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único da Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN); na saúde o Pacto pela Saúde, apresentou novas medidas para avançar na consolidação do SUS e em 2008 foi lançado o Programa Mais Saúde que priorizou investimentos na atenção básica. Na Previdência Social, as contas financeiras passaram a ser superavitárias – o que não ocorria desde 1997. Destacam-se ainda a inclusão

de setores marginalizados da previdência social e formalização através da Lei do Super Simples; nova regulamentação dos segurados especiais da Previdência Rural e a formalização do trabalhador doméstico. A fusão da Secretaria da Receita Federal e a Secretaria de Receita Previdenciária em uma só entidade resultaram na criação da Receita Federal do Brasil, buscando maior eficácia na arrecadação e na cobrança de dívidas acumuladas. (FAGNANI, 2011)

Os ensaios desenvolvimentistas podem ser constatados em todas as áreas das políticas públicas, na educação; no desenvolvimento rural; nas relações de trabalho; nas políticas urbanas e nas políticas econômicas, porém a insegurança jurídica na Seguridade Social permanece presente. Desde 1988, nenhum governo cumpriu os princípios fundamentais da organização e do orçamento da Seguridade Social.

“O desenvolvimento com bem-estar social requer uma articulação positiva entre a estratégia econômica e o desenvolvimento social, visando a criação do emprego e da renda. Mas também exige sólidos sistemas de políticas universais. (...) Nos últimos anos, o Brasil articulou boas políticas econômicas e sociais. Argumentou-se que a lição brasileira foi montar uma estratégia macroeconômica articulada com o desenvolvimento social e ancorada no crescimento econômico; na geração de emprego e renda; na valorização do salário mínimo; no aumento do gasto social; no incentivo às políticas universais; e no avanço das políticas voltadas para o combate à pobreza, como, por exemplo, o programa Bolsa Família. Mais que isso, foi superada uma etapa estéril, em que focalização e universalização eram vistas como estratégias excludentes. Passou-se a considerá-las como estratégias complementares e convergentes.” (FAGNANI, 2011, p. 40)

Apesar de todos esses avanços, Mota (2007), nos chama atenção para o papel reservado pelo grande capital para o campo da previdência social: transformar os trabalhadores em parceiros indiferenciados, metamorfoseando-os em trabalhadores e provedores do capitalismo financeiro e proprietários de grandes negócios. Essa conjunção de elementos pode ser traduzida na conjuntura atual através das seguintes tendências: (1) diminuição das políticas redistributivas e constitutivas de direitos em prol de políticas compensatórias de combate à pobreza; (2) privatização e mercantilização dos serviços sociais, com a consolidação do cidadão consumidor; (3) surgimento de novos protagonistas, como por exemplo, a empresa socialmente responsável e o voluntariado; (4) despolitização das desigualdades sociais diante da identificação dos processos de exclusão e (5) o peso de algumas políticas de seguridade social sobre o mercado de trabalho através de programas voltados à qualificação profissional e à geração de renda que acabam levando a precarização e a desproteção do trabalho e andam na contramão das garantias trabalhistas como o seguro desemprego.

Com tantas fragilidades a Seguridade Social brasileira chega ao governo de Dilma Roussef (2011-2016) imersa em meio à crise econômica mundial, iniciada em 2008 e, apesar de todos os avanços já apresentados neste texto, ao desgaste político do governo petista, cobrado por se render aos interesses capitalistas em detrimento dos interesses históricos dos trabalhadores, marcado principalmente pela precarização do trabalho, pelos baixos salários e pelo endividamento das famílias trabalhadoras. Esses elementos causaram inquietação na classe trabalhadora brasileira e teve início uma sequência de greves e paralisações no país que aumentaram significativamente a partir dos protestos de junho de 2013, cujo intuito inicial foi a convergência espontânea entre a luta política do trabalhador precarizado urbano com a defesa de seus direitos sociais, principalmente melhores salários e condições de trabalho.

“Os protestos e as greves descortinaram a nova paisagem: uma economia em compasso de espera castigava o mercado de trabalho. Além disso, o aumento do endividamento das famílias trabalhadoras, combinado ao aprofundamento da precarização de trabalho, amplificava o descontentamento popular com o modelo de desenvolvimento.” (SINGER, 2016, p. 75)

Nessa perspectiva instalava-se um descontentamento entre a classe trabalhadora que na última década teve a impressão de estar ancorada pela proteção social. Assim, a tão desejada cidadania salarial, isto é, a combinação entre proteção social e progresso material passou a ser cada dia menos provável, bloqueando a possibilidade de mobilidade social. Ao mesmo tempo o pessimismo em relação às políticas públicas se afirmava ao passo que as mesmas não foram capazes de melhorar as precárias condições de vida da população da periferia. O acúmulo de contradições enlaçando a violência, o trabalho, a prisão, a moradia e o transporte, revelaram o esgotamento do modelo de desenvolvimento brasileiro no qual a pacificação social simplesmente não poderia perdurar por muito tempo. Aliado a isso, o aprofundamento da crise econômica e a guinada política neoliberal do segundo governo Dilma Roussef, acabaram por condenar ainda mais o modelo desenvolvimentista e acelerar o retorno às políticas de austeridade fiscal. (SINGER, 2016)

“O jogo neoliberal do Estado mínimo desenhou nova acrobacia. Trata-se agora, de identificar os mais precarizados e criar de sua ‘melhoria social’ ou redução de sua indignação e não de estender a todos as condições dignas de respostas às necessidades sociais como marca de reconhecimento da cidadania. O enfrentamento da desigualdade, cuja presença é de ordem fortemente econômica, passou a ser tratado no âmbito da ordem social. Por decorrência, a democracia, embora presente como reclamo dos movimentos sociais na gestão das políticas sociais, não alcançou abrangência ou velocidade a ponto de se confrontar com a desigualdade social e econômica que se manifestava (e manifesta ainda) na configuração das políticas sociais. As políticas sociais por sua restrita cobertura ou pela diferenciação de padrões de acesso e inclusão (entre uma e outra política social) são geradoras de desigualdades entre os cidadãos no alcance de seus direitos de cidadania. O jogo entre a ordem econômica e social, somados a

distância entre os direitos formais e os reais, refreou a possibilidade da leitura da totalidade da sociedade.” (SPOSATI, 2011, p. 108)

O curto segundo período do governo Dilma Rousseff, interrompido pelo impeachment, foi agravado pela exigência dos principais grupos empresariais do país, principalmente os bancos privados, de mudanças acentuadas na orientação da política econômica que pleiteavam um aprofundamento do ajuste recessivo, aumentando o desemprego e controlando o ciclo grevista, culminando com reformas que exigiam a alteração da Constituição Federal, dentre elas a reforma trabalhista e previdenciária. Além do mais, os ensaios desenvolvimentistas iniciados em 2006, na gestão do presidente Lula, tiveram como resultado a diminuição das desigualdades sociais, o que deixou os setores médios tradicionais insatisfeitos, isso somado a baixa popularidade da Presidenta Dilma Rousseff, aos escândalos ligados a corrupção quase que diários, a operação Lava Jato da Polícia Federal inicialmente com foco exclusivo nos políticos petistas envolvidos nos escândalos de corrupção da Petrobrás, foram mais que suficientes para a criação da agenda única em torno da queda de Dilma, explodindo em uma gigantesca onda de protestos, monopolizada por uma pauta política reacionária.

As forças golpistas que derrubaram o governo Dilma, deram espaço ao governo ilegítimo e impopular que intensificou a expansão do projeto intitulado “Uma ponte para o futuro”

“...cuja essência consiste em garantir o pagamento dos juros da dívida pública aos bancos à custa da desvinculação constitucional dos gastos com educação e saúde, além de cortes nos programas sociais do governo. Como acréscimo, o documento promete eliminar direitos trabalhistas e implementar uma radical reforma previdenciária, limitando pensões e aumentando o tempo de contribuição dos trabalhadores. Aqui, vale destacar que as forças golpistas derrubaram o governo Dilma Rousseff não devido ao que este concedeu aos setores populares, mas por aquilo que não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista.” (SINGER, 2016, p. 92)

Mais do que nunca a Seguridade Social brasileira corre perigo, nos distanciamos do processo de consolidação do sistema de proteção social brasileiro e suas conquistas ainda que inconclusas, estão afetadas por reformas impulsionadas por uma agenda neoliberal em curso. As graves restrições financeiras impostas ao campo das políticas sociais minam os avanços obtidos no plano institucional anunciando um retrocesso sem precedentes, afastando a conquista da cidadania universal e igualitária.

## CAPÍTULO III

### WELFARE STATE E SEGURIDADE SOCIAL: ENTRE A CONSCIÊNCIA COLETIVA DE CLASSE E A EXPERIÊNCIA INDIVIDUAL DE MERCADO

“O que nunca é explicitado é como esse suposto novo mundo “neoliberal” se torna em “carne e osso” humano de todo dia, transformando o cotidiano, as emoções, os sentimentos, os sonhos e as esperanças das pessoas comuns. Porque é apenas quando as mudanças ganham a “alma” e o “corpo” de homens e mulheres comuns que estamos lidando verdadeiramente com mudanças efetivas da sociedade, da política e da economia.”

JESSÉ SOUZA

A experiência desenvolvimentista que teve início com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, não foi suficiente para conter o avanço de políticas públicas mercantilizadas, embora tenha reduzido desigualdades por meio da política de salário mínimo e expansão de empregos, da implantação de programas específicos dentre eles o Bolsa Família, o apoio à pequena agricultura, o subsídio à moradia popular e a facilitação do acesso das famílias de baixa renda à universidade.

*“Ao mesmo tempo, na medida em que buscou avançar sem fazer transformações estruturais – seja no plano dos direitos, seja no da economia ou da ideologia -, a segunda experiência desenvolvimentista caracterizou-se pela extrema ambiguidade. Por isso, é difícil sintetizar o que aconteceu” (SINGER, 2016, p. 12)*

Diante de um Estado que se encontra em avançado processo de privatização de suas funções econômicas e sociais, a ordem social vigente se torna incapaz de realizar os interesses públicos principalmente aqueles voltados à defesa e representação dos trabalhadores. Nesse processo privatizante o próprio Estado reforça a política de classes que se apoia na acumulação capitalista levando a luta de classes a ocorrer também no campo da socialização. Neste sentido, a disputa em torno do caráter público das políticas econômicas e sociais estabelece a questão central da luta de classes atual.

“No Brasil, a luta de classes aparece, enquanto resultante do processo de decantação histórica, como disputa entre o público e o privado. Nesse embate, contudo, o público não é diretamente identificado ao popular – no sentido de voltado e subordinado aos interesses e direitos universais – e o privado não significa imediatamente a representação e o controle de objetivos particulares distintos dos fins da sociedade como um todo. Esses deslocamentos são

politicamente determinados precisamente no estado da luta de classes concreta, mediada pela socialização capitalista vigente.” (MAAR, 2016, p. 225)

De qualquer forma, é perceptível que o ensaio desenvolvimentista iniciado no governo do Presidente Lula, trouxe novas características a estrutura social brasileira que passa por um processo de ampla transformação em busca de afirmação de uma identidade que conjuga várias dimensões: econômicas, políticas, relacionais e simbólicas, marcadas pela contradição apresentada entre a conquista de direitos e o mundo do consumo. É preciso avaliar em que medida podemos aliviar essa tensão imposta por um lado, pelas forças do mercado e por outro, a conquista da cidadania, que exige de cada um e de cada uma de nós posicionamento para fazer escolhas, preferencialmente as que privilegiem a coletividade.

Essa configuração vem alterando o interesse da sociedade na relação entre público e privado deixando oculta a apropriação particular da produção social e contribuindo para a extrema desigualdade social em que vivemos repetindo a dinâmica hegemônica da dominação e da exploração de classes. (MAAR, 2016) Assim, mais do que nunca, o debate sobre as classes sociais no Brasil se torna intenso e indispensável, ao mesmo tempo, em que nos coloca diante de um fenômeno que precisa ser melhor caracterizado: a chamada “Nova Classe Média Brasileira”, assim apresentada oficialmente em 2012 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no Relatório Definição da Classe Média no Brasil. Tal relatório apontou a diminuição da pobreza e o crescimento da renda entre os mais pobres, criando assim um extrato com renda intermediária que superou a linha de pobreza entre os anos de 2003 a 2009. Essa caracterização trouxe com ela uma questão central: uma certa definição de classe (como a de nova classe média) valida um certo conjunto de valores (mais mercantis) e com isso a experiência de ascensão social, de uma mudança de classe, deixa de ser um fenômeno coletivo para se converter num mérito individual. Por conseguinte, observamos a determinação deste grupo em reivindicar o direito ao consumo na perspectiva de que isso lhes garantiria a cidadania, evidenciando o grande sintoma das mudanças trazidas pelo neoliberalismo.

Desta forma, o tema classes sociais e sua relação com a seguridade social se torna importante para refletirmos sobre a cidadania que paira, entre nós, brasileiros. Ao que tudo indica, ainda nos deparamos com um sistema representativo incapaz de reduzir a desigualdade e o fim da divisão da sociedade em castas separadas pela educação, pela renda, pela cor, etc, ainda que haja um discurso de que patrões e empregados são iguais, são trabalhadores em busca de boas condições de vida, portanto, o tema classes sociais sempre gera polêmica,



principalmente entre cientistas sociais e economistas. É comum encontrarmos divisões no debate intelectual sobre o conceito de classe.

“O conceito de classe teve um lugar central na teoria social durante muito tempo. Na tradição marxista, ele sempre foi um conceito chave para a compreensão das sociedades capitalistas, de seus conflitos e transformações. Na tradição weberiana, ele é essencial para apreender uma das dimensões da distribuição de poder na sociedade” (BERTONCELO, 2009, p. 25)

Posteriormente a eles, encontramos estudos que contestam a relevância dos conceitos de classe, há outros que se propõem a “construir esquemas de posições de classe de forma a captar as divisões produzidas pelo mercado e pelo processo produtivo” e há também aqueles que consideram as classes como “categorias analíticas para a investigação do processo de formação de coletividades sociais”, da qual Pierre Bordieu é o principal representante. (BERTONCELO, 2009, p. 25) Muitos estudos definem as classes exclusivamente através da renda ou acesso ao consumo, por outro lado, sabemos que o aumento da renda e do consumo não são suficientes para promover mudanças no que diz respeito às desigualdades de oportunidades na vida. Se por um lado o debate sobre classes faz parte da atualidade, por outro há muitas dúvidas sobre suas características e seu funcionamento. Assim apontamos para a fragilidade do tema, considerando que

“Os 30 anos de hegemonia neoliberal, o desmoronamento do socialismo real e o constante enfraquecimento de todas as organizações operárias (desaparecimento dos partidos comunistas, queda das taxas de sindicalização e perda de combatividade dos sindicatos oriundos do chão de fábrica) tornaram obsoleta e/ou residual a noção de “classe trabalhadora”. (COCCO, 2013, p. 67)

Isso se torna ainda mais incipiente quando tratamos de definições e identificações sobre a existência de uma suposta “nova classe média” no Brasil, resultante da singular combinação das mudanças do sistema produtivo com as transformações do sistema de consumo, o que por sua vez, pode ter criado a ilusão de que as oportunidades econômicas são iguais para todos, (NOZAKI, 2017) subtraindo desta forma, a experiência de classe e reforçando a experiência individual, impondo uma racionalidade individualista que se contrapõe aos princípios da solidariedade. Essa visão de mundo, individual e meritocrática, pode por em risco as parcas conquistas da seguridade social. Por isso, é importante considerar que o conceito de classes sociais envolve grupos amplos, sempre marcados pela exploração econômica, opressão política e dominação cultural que resultam em desigualdade econômica, privilégio político e discriminação cultural. Desta forma, podemos dizer que as relações de classe são relações de poder e a distribuição de poder numa sociedade estruturada a partir da

desigualdade traz consigo sérias consequências, os indivíduos passam a ser olhados a partir de três fatores: poder, riqueza e prestígio.

Isto posto, podemos afirmar que a sociedade se estrutura de forma piramidal a partir da divisão de classes, nosso desafio aqui é lançar luz sobre a classe média, tradicionalmente reconhecida por sua posição intermediária e cuja definição também é alvo de debates e arbitrariedades.

O que é e qual o papel da classe média é tema polêmico e vem sofrendo alterações ao longo da história da humanidade. Na Europa do século XIX e XX, Karl Marx e Max Weber abrem caminhos para o estudo da teoria de classes. Para Marx, um período histórico é definido pelo modo de produção, daí a definição da classe média como o grupo social situado entre a classe dos proprietários e a classe trabalhadora. Em Marx

“As relações de classe são, por sua vez, determinadas pelas relações sociais de produção, que, no caso da sociedade capitalista, caracterizam-se, centralmente, pela propriedade ou não dos meios de produção. Na ordem capitalista, Marx distingue dois grandes polos fundamentais: a classe capitalista, ou burguesia, proprietária dos meios de produção; e a classe trabalhadora, ou proletariado, que sobrevive da venda de sua força de trabalho.” (SCALON e SANTOS, 2010 p. 81)

No prefácio de seu livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx examina o sistema da economia burguesa na seguinte ordem: capital, propriedade, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial. Enfatiza a importância da Economia Política para explicar a sociedade burguesa:

“na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, 2008, p. 49)

Ressaltando firmemente o conflito existente entre as relações de produção e as forças produtivas, Marx avalia que a ação dos homens estará sempre condicionada às forças produtivas estabelecidas pela sociedade burguesa, ou seja, as relações de classe são determinadas pelas relações de produção.

Weber, por sua vez, segue um caminho distinto, acrescenta que a análise econômica olhada a partir das relações de produção proposta por Marx não é suficiente para a

compreensão das classes sociais. Reconhece a complexidade das relações de classe constituídas na sociedade capitalista a partir de hierarquias e distinções sociais que obedecem a lógicas diferentes na esfera econômica, social e política, conforme as chances de oportunidades de vida. A discussão de classes em Weber é essencial para a compreensão da distribuição de poder e prestígio numa comunidade. Para Weber

“falamos de uma ‘classe’ quando(1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que (2) este componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto (3) em condições determinadas pelo mercado de bens e de trabalho(“situação de classe”). É o fato econômico mais elementar que o modo como está distribuído o poder de disposição sobre a propriedade material, dentro de uma pluralidade de pessoas que se encontram e competem no mercado visando à troca, cria já por si mesmo oportunidades de vida específicas.” (WEBER, 2012, p. 176)

Fica claro que Weber enriquece a discussão sobre o conceito de classe e considera a diversidade e a complexidade expressas no mercado de trabalho capitalista. Assim, as diferentes possibilidades apresentadas pelo mercado não se resumem à posse ou não de propriedade, mas também as oportunidades de recursos ou habilidades específicas que se transformam em recompensas como renda, segurança no emprego, expectativa de progresso, autoridade, etc. (SCALON e SANTOS, 2010)

Ainda no século XX, autores como o sociólogo americano Charles Wright Mills, o historiador inglês Edward Palmer Thompson e o sociólogo francês Pierre Bourdieu, apontam o surgimento de alterações nessa estrutura de classes. O século XX foi marcado por grandes mudanças nos aspectos político e tecnológico, fatos como a Primeira e Segunda grandes guerras (1914 e 1939 respectivamente) e o Colapso da União Soviética em 1991, causaram grandes mudanças na vida da classe trabalhadora. A classe média passa a contemplar também aqueles que exerciam funções técnicas, econômicas e intelectuais, promovidas pelo avanço técnico científico do capitalismo. A inclusão deste grupo, denominado por Mills como *White Collar* (1951), já trouxe a denominação “nova classe média” para a estrutura social.

No livro *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Thompson analisa o processo de formação da classe trabalhadora da Inglaterra no período entre 1780 e 1832, buscando compreender a organização e a história produzida pelos trabalhadores ingleses, sua luta e interesses comuns, diferenciando a ideia de classe de consciência de classe.

“Por classe entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não

vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 1987, p. 9)

Ressalta que “a relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais.” (THOMPSON, p. 10), indica assim a construção histórica da consciência de classe como eixo central de seu estudo sobre classes, especialmente a formação da classe operária. A experiência de classe é determinante para a compreensão dos conflitos e dos processos de transformações sociais em constante movimento, entende a noção de classe como algo fluido.

Pierre Bourdieu (2015) também dialoga com as ideias de Thompson e Weber ao trazer para a discussão da análise social, o que chama de jogo das distinções simbólicas, no qual enfoca a importância de se englobar a inter-relação entre a posição de classe e a situação de classe. Assim como Thompson, entende que a posição de um indivíduo na estrutura social não pode ser vista como algo estático, somente por sua situação e sua posição na estrutura social, mas também deve-se considerar as relações simbólicas que mantém com outros indivíduos e como isso se expressa na sua vida cotidiana. É a partir destas construções simbólicas que os sujeitos sociais vão construindo “marcas de distinção” e ao fazê-lo acabam por definir sua posição na estrutura social, incidindo num conjunto de relações, disposições, hábitos e tomadas de posição que os vinculam a posição de classe. Acrescenta ao capital econômico as distinções simbólicas, expressas na forma de usufruir aquilo que o mesmo capital lhe trouxe. Coloca desta forma, a compreensão de classes entrelaçada a questões simbólicas que envolvem a ocupação do tempo e do espaço pelos indivíduos.

“É preciso englobar na simbólica da posição de classe não apenas os procedimentos expressivos, isto é, os atos específicos e intencionalmente destinados a exprimir a posição social, mas também o conjunto dos atos sociais que, independentemente do nosso querer ou saber, traduzem ou revelam aos olhos dos outros e, sobretudo dos estranhos ao grupo, uma certa posição na sociedade (uma vez que a percepção da situação de classe, tanto a própria como a dos outros, é espontaneamente “estrutural”).” (BORDIEU, 2015, p. 23)

Nessa perspectiva simbólica aponta que as classes constroem unidades nominais capazes de ressignificar a realidade, porém são sempre resultado da escolha entre a força que se dá ao aspecto econômico ou ao aspecto simbólico. Desta forma, a estrutura de uma sociedade se organiza como um sistema de significações, demonstrados através de hábitos e gostos, como por exemplo o uso das roupas, da linguagem e, ainda, os tipos de consumo como compra de automóveis, decoração da casa, escolha da escola dos filhos. (BORDIEU, 2015)

Apesar das diferentes análises desses autores, em todos eles há um ponto em comum: a interpretação da sociedade a partir das experiências coletivas de classe, é justamente essa concepção que tende a ser afrontada pela perspectiva de uma nova classe média, mais individualista e meritocrática.

O Brasil, até meados do século XIX, contava com uma estrutura social pouco diversificada. Paul Singer (1987), no livro *A Formação da Classe Operária*, aponta que na segunda metade do século XIX, o Brasil era o maior produtor e exportador de café do mundo graças à mão de obra de trabalhadores escravos, uma vez que o país foi um dos últimos países do mundo a abolir o trabalho escravo. Somente a partir de 1888 esses trabalhadores foram substituídos pelo “colonato”, no qual o trabalhador e sua família ganhavam um salário em dinheiro ajustado pela quantidade de pés de café e um pedaço de chão para que pudesse cultivar outros alimentos, desta forma, o colono era um trabalhador agrícola que vendia sua força de trabalho e também os produtos advindos dele. O Brasil era responsável pelo fornecimento de 66% de todo café consumido no mundo, controlando assim o mercado mundial desse produto. Desta forma, os colonos da produção de café tinham certa vantagem em relação aos outros trabalhadores agrícolas, o que levou a formação de um semiproletariado agrícola durante a República Velha (1889-1930). Com a ascensão dos colonos nas fazendas de café, os negros foram mais uma vez, inferiorizados e excluídos das oportunidades de trabalho e de integração à classe operária que se formava. Em empregos precários e mal pagos foram impossibilitados de constituir família na perspectiva do modelo burguês vigente, cujo sustento é provido pelo homem chefe de família. Muito do sustento das famílias negras vinha do serviço doméstico exercido pelas mulheres o que reforçava a imagem do homem negro como vagabundo e limitava sua ascensão social, reproduzindo a gênese do mecanismo preconceituoso que produz efeitos paralisantes em sua vítima.

“Não há dúvida que a formação do proletariado brasileiro entrou em seu estágio decisivo entre 1880 e 1920, sendo que convém não esquecer que neste período cresce não só o proletariado industrial, mas também o ligado ao transporte terrestre e marítimo, à construção civil, aos serviços de utilidade pública (energia, comunicações, saneamento) etc. Não obstante, o desenvolvimento capitalista se mantém, no período que vai pelo menos até 1930, subordinado à produção agrícola para a exportação e por isso não altera a estrutura de classes da nação a não ser marginalmente.” (SINGER, 1987, p. 57)

Em 1920, a população economicamente ativa era de 9.566.840 pessoas, das quais 66% trabalhavam no campo. A classe operária era formada pelos ocupados nos cargos públicos e

no magistério, nos transportes e comunicações além dos operários manufatureiros e industriais. Estes representavam 8,2% da população. (SINGER, 1987)

Entre 1930 e 1940, o processo de industrialização no Brasil foi alavancado. Nas cidades brasileiras eram encontrados pequenos grupos de profissionais liberais, militares, empregados públicos e trabalhadores do comércio. Foi somente a partir de 1930 que a base econômica dessa classe operária, já considerada classes médias começou a se expandir.

No livro *Classe Média Desenvolvimento e Crise*, os autores Guerra, et al, (2006) destacam a importância do projeto de industrialização e o avanço da urbanização nacional a partir de 1930. Esse processo traz com ele alterações na estrutura social do país especialmente o crescimento e desenvolvimento da classe média assalariada que vinha do interior para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades, condições de vida e salários, destacam também o surgimento de novos industriais, muitos deles imigrantes. O crescimento da alta classe média no setor privado e público com a expansão do papel do Estado principalmente pelo avanço do setor produtivo estatal e da administração pública propiciou uma diversificação das atividades profissionais da classe média a partir da proposta de universalização dos serviços de saúde, educação e assistência social que terminaram por absorver grande parte dos antigos profissionais liberais na forma de empregos assalariados. Neste ponto, há um consenso que de o crescimento da classe média brasileira é marcado pelo modelo de desenvolvimento nacional das décadas de 1930 a 1980, juntamente com o processo de urbanização e da expansão do Estado na economia do país que culminaram em novas atividades comerciais e burocráticas.

“Portanto, inegavelmente, a industrialização foi o principal potencializador dos empregos assalariados, embora o setor de serviços não deixasse de corresponder à maior parte dos postos de trabalhos gerados. Nesse sentido, a antiga classe média proprietária, de forte presença no campo foi sendo substituída pelo avanço da classe média assalariada verificada no interior da grande empresa, especialmente nos setores industriais, comércio e serviços (públicos e privados).” (GUERRA, et al, 2006, p. 23)

A partir dos anos 1940, o processo de industrialização entra numa nova etapa com a chamada grande indústria, formada por empresas multinacionais de grande porte que produziam aço, alumínio, cimento, vidro, papel, plástico, etc e bens duráveis de consumo, principalmente automóveis e eletrodomésticos e ainda bens de capitais como caminhões, navios, aviões, tratores, etc. Essas empresas eram gerenciadas por administradores de carreira, assalariados e admitiam operários para o chão de fábrica e uma minoria de técnicos e administrativos para as tarefas de controle e planejamento. (SINGER, 1987). A

industrialização trouxe com ela grande impacto para o desenvolvimento do bem-estar social e os direitos sociais de cidadania, especialmente pelas conquistas das lutas das classes trabalhadoras, que representadas por sindicatos seguiram uma política de redução dos diferenciais de salários e de ampliação da solidariedade entre este grupo de trabalhadores. (KING, 1988)

“... o desenvolvimento do Estado de bem-estar e os direitos sociais de cidadania a ele associados remodelaram fundamentalmente a natureza das sociedades modernas, as quais são atualmente caracterizadas por uma combinação única de estado de bem-estar e economia. A forma madura ou contemporânea dessas sociedades constitui uma transformação distinta em relação as democracias industriais do pré-1940. Os direitos de cidadania de então conferiam status civil (direitos legais) e políticos (direitos de participação democrática), com poucas implicações para a economia. O estado de bem-estar do pós-1945 confere direitos sociais (padrões mínimos de saúde, renda, educação, direito ao trabalho) os quais, em sua implementação e plena expressão, transformaram o papel do Estado e a relação entre Estado e economia; em consequência, as causas e a natureza do conflito social nessas sociedades modificaram-se. (KING, 1988, p. 55)

Estudos desenvolvidos por Ribeiro & Scalon (2001) sobre a estrutura social, mobilidade e raça a partir da análise da PEA no período de 1940-1996, apontam que no final dos anos 1960 e 1980, surge uma nova classe média urbana no país, resultado deste processo de urbanização, expansão econômica e industrialização que culminou com a criação de 5,7 milhões de empregos não manuais que alteraram a identidade da classe média, fazendo contraponto à classe operária: as diferenças eram demonstradas não somente no trabalho manual, mas também no acesso à educação e nas formas de consumo, como por exemplo a posse de diploma universitário e o exercício de funções técnicas, econômicas e intelectuais proporcionadas pelo crescimento do modo de produção capitalista e as ofertas de novos serviços em diferentes áreas, tais como saúde e recursos humanos. Durante esse período, a classe média brasileira se expandiu com a criação de ocupações intermediárias e crescimento da burocracia dos serviços oferecidos pelo Estado com a criação de órgãos de controle, fiscalização e planejamento.

Ainda no livro *Classe Média Desenvolvimento e Crise* (2006), é possível encontrar referências sobre a formação da classe média. Segundo os autores, ao longo de todo século XX, o ano de 1980 foi de grande importância para o padrão de reprodução de classe média urbana assalariada, quando um em cada três assalariados encontrava-se neste grupo. Em 1920, menos de 1/6 dos ocupados urbanos tinham essa condição. Fica evidente a mudança na estratificação social brasileira: a ascensão da classe média se relaciona intimamente com a criação de empregos e no contrato de trabalho. A partir do final do século XX, com o

desenvolvimento da tecnologia e a conseqüente modificação no interior das grandes empresas globalizadas, surgem novas ocupações e funções e principalmente, ocorre a terceirização dos postos de trabalho, ocasionando o enxugamento do quadro de funcionários e/ou perdas salariais. Ocorre também a diminuição do peso do Estado através de privatizações e redução do aparelho burocrático. Como resultado surge um novo padrão da classe média, não mais necessariamente assalariada, mas em crescente auto-ocupação, como por exemplo, free lancer e ONGs, donde pode ter surgido o individualismo ou a repulsa contra a ideia de classe, de ser igual a algum outro. Com o aparecimento destas novas categorias, surgem também novos sujeitos sociais e novas relações de poder. A classe média pós industrial passa a ter conhecimento diferenciado e a se posicionar de maneira diferente da classe média assalariada, possui vínculos frágeis com a coletividade, demonstrando interesses individualistas marcados pela valorização do consumo, status social e poder. Essa transformação da estrutura ocupacional, originária da transição do trabalho assalariado para a auto-ocupação traz com ela significados políticos perceptíveis no repúdio ao Estado e a crença de que as crises econômicas são causadas pelo excesso de direitos e de encargos sociais, “ostentando a ideologia do capital humano que justifica o sucesso dos poucos vencedores e gera um processo de autodestruição psicológica para os milhares de perdedores.” (GUERRA et al. p. 34). O que importa para essa nova classe média é saltar para o topo da pirâmide e se juntar aos privilegiados, mantendo para isso as mesmas posturas, comportamentos e moral da elite brasileira.

Contudo, é importante ressaltar a política salarial dessa nova classe média. Dados apontam que vem sofrendo perdas salariais significativas.

“Entre 1960 e 2000, por exemplo, a renda da camada média baixa perdeu 37,3% de sua participação relativa no bolo total da renda, pois passou de 49% em 1960, para 30,7%, em 2000. A camada de renda média também registrou perda em sua participação relativa de 20,2%. Assim, em 2000, a média classe média representava 22,9% de toda a renda da classe média, enquanto em 1960 era de 28,7%. Em contrapartida, a camada média alta registrou uma forte elevação na sua participação no total da renda referente à classe média não proprietária. No mesmo período de tempo, o peso da classe média alta na renda total da classe média assalariada simplesmente mais que dobrou (108,5%), passando de quase 22,3% para 46,5%. (GUERRA et al, 2006, p. 36)

O modelo econômico imposto durante o regime militar (1964 – 1985) apresentou uma política salarial favorável ao arrocho das remunerações baixas no setor privado (aumentando o emprego), médias no setor público e o ciclo da financeirização da riqueza e reestruturação empresarial. Surge então um novo sindicalismo que nasce justamente porque havia uma



concepção de experiência comum entre a classe trabalhadora e não uma experiência distintiva (portanto individual) de uma suposta nova classe média, com o objetivo de defender veementemente os interesses dos trabalhadores com emprego formal na indústria. Ainda assim, o que vimos foi uma maior concentração de renda, privatização e terceirização do setor produtivo estatal e uma reestruturação do emprego que sobrecarregou a camada média da classe média, uma vez que a maior parte dos ocupados regrediu a posição de baixa classe média. Soma-se a isso o aumento nos setores de serviços e de comércio, a adoção de novas tecnologias por parte do setor industrial, a ênfase num modelo econômico pautado na financeirização da riqueza e na produção e exportação de bens primários de consumo que acabaram por diminuir ainda mais o emprego assalariado, sobretudo da classe média. A esse respeito, escreveu Francisco Oliveira em 1972:

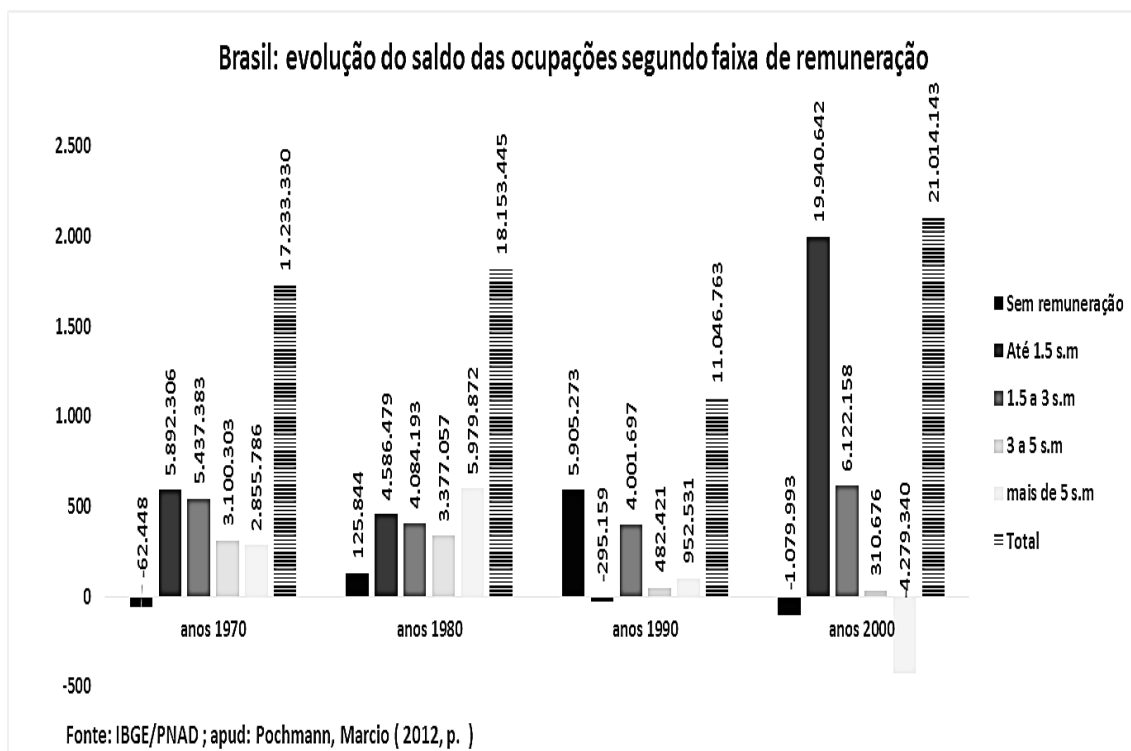
“Assim, a própria expansão da economia capitalista no Brasil, no último decênio, conduziu-a a uma situação em que os riscos de crise são mais latentes e mais fortes que nunca: a combinação de crescimento parcialmente voltado para “fora” que alimenta a demanda dos setores chamados “tradicionais” a concentração da renda nos estratos mais ricos da população que alimenta um processo produtivo de caráter intrinsecamente inflacionário, o aparecimento precoce da especulação bursátil como forma de sustentação da acumulação real, são, hoje, elementos muito mais estratégicos e, por sua vez, muito mais vulneráveis do que o foram, no passado, o estrangulamento do setor externo e a debilidade da poupança; enquanto no passado os elementos de crise tinham um caráter muito mais de contenção por insuficiência e recursos, os elementos hoje configuram qualquer crise como uma depressão do tipo clássico.” (OLIVEIRA, 1972, p. 117)

Tudo isso se agravou nos anos 1990, principalmente com o enfraquecimento da indústria nacional e por uma dinâmica de desenvolvimento econômico pautada por comandos que vem do exterior, expondo as indústrias brasileiras à concorrência internacional e conseqüente enfraquecimento. Estabeleceu-se um novo padrão de trabalho, com forte presença do desemprego, menor ritmo de geração de postos de trabalho e maior queda na renda mensal dos trabalhadores assalariados.

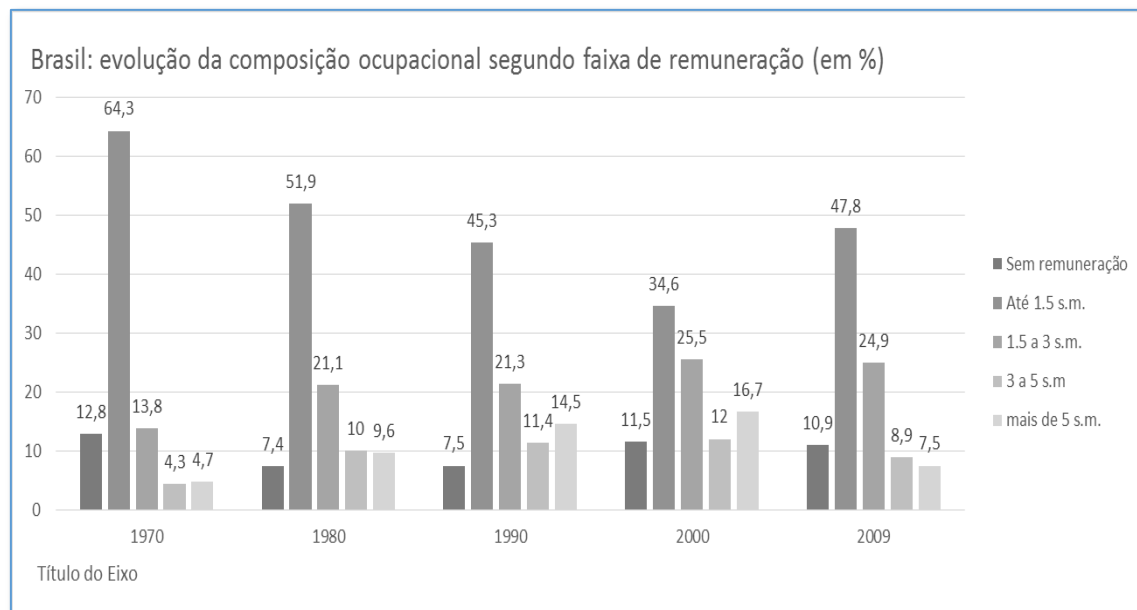
“Na década de 1990, os trabalhos sem remuneração foram os que mais cresceram (7,8% ao ano, em média), em um ritmo 4,6 vezes superior ao verificado para o conjunto das ocupações, ao passo que as ocupações com rendimento mensal de até 1,5 salário mínimo mensal tiveram queda no mesmo período (-0,1% ao ano em média).” (POCHMANN, 2012, p. 32)

Em análise de dados apresentados pelo IBGE, Pochmann, 2012, acrescenta ainda que se analisarmos as condições de remuneração da classe média brasileira, veremos que até os anos 2000 a dinâmica de ocupação privilegiou postos de trabalho com remuneração de até 1,5 salário mínimo. Na década de 1970, houve a geração líquida de 17,2 milhões de emprego,

34,3% dos postos de trabalho ofereciam remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo. Nos anos 1980, foram criadas 18,1 milhões de novas ocupações, sendo 25,4% na faixa de 1,5 salário mínimo. Na década de 1990, encontramos 11 milhões de novos postos de trabalho, dos quais 53,6% não previam remuneração e na faixa de 1,5 salário mínimo, houve redução de 300 mil postos de trabalho.



Na década de 2000, principalmente a partir de 2003, observamos a expansão da economia nacional, com forte dinamismo na geração de novos empregos e aumento na remuneração dos trabalhadores, criando até 2010, 21 milhões de novos postos de trabalho, dos quais 94,8% tinham rendimento de até 1,5 salário mínimo, o que sem dúvida, mais uma vez altera os padrões de trabalho, caracterizados pelo retorno à expansão dos postos de trabalho de até 1,5 salário mínimo mensal, redução das vagas sem remuneração e de maior rendimento. As ocupações sem remuneração obtiveram redução líquida de 1,1 milhão de postos de trabalho e a faixa de cinco salários mínimos mensais apresentou queda de 4,3 milhões de ocupações, o que nos permite dizer que a desigualdade de renda vinha caindo no Brasil na primeira década do século XXI. (POCHMANN, 2012)



Com a constatação desta mudança, vários estudos se desenvolveram a fim de analisar esse fenômeno, dentre eles um estudo coordenado por Marcelo Neri em 2010. Baseado no Critério Brasil, divide a sociedade brasileira em quatro faixas: A, B, C, D e E; e propõe limites dados pela renda, no qual a faixa C, corresponde a Classe Média brasileira. Segundo este estudo

“a classe C é a classe central, abaixo da A e B e acima da D e E. A fim de quantificar as faixas, calculamos a renda domiciliar per capita do trabalho e depois a expressamos em termos equivalentes de renda domiciliar total de todas as fontes. A faixa C central está compreendida entre os R\$1064 e os R\$4561 a preços de hoje na grande São Paulo”. (NERI, 2010, p. 28)

Tais informações nos ajudam a confirmar que houve nos últimos anos (2003 – 2009) no Brasil, aumento na participação de renda dos grupos intermediários. Em recente estudo Scalon e Salata, 2012, ressaltam que na classe C descrita por Neri, há um crescimento da classe média assalariada somente nas ocupações de menor status que estão mais próximas da base da pirâmide da estrutura social brasileira, revelando uma aproximação da classe média com os trabalhadores manuais, representados principalmente por indivíduos da cor negra, enquanto os profissionais e administradores são brancos em sua grande maioria (70%). Há ainda a comparação entre os pequenos proprietários e os trabalhadores não manuais que só não se aproximam em relação a posse de automóvel (50,9% para o primeiro grupo, e 39,3% para o segundo). Mas o olhar apenas pelo viés do consumo é limitado. Quando se observa critérios como tipo de ocupação e posição no mercado de trabalho, observamos poucas mudanças na composição da classe média, o que sobressai é uma aproximação entre a baixa

classe média e os estratos da classe trabalhadora que apesar de uma renda melhor não adentraram no seio da estrutura social brasileira, demonstrando que o acesso ao consumo não é suficiente para conquistar a cidadania. São incluídos apenas no sistema econômico como consumidores e produtores de serviços. A classe média brasileira, reconhecida como tal, ainda é composta por indivíduos brancos e de escolaridade médio-alta.

“No interior das classes médias, os profissionais e administradores se destacam por sua renda elevada, alta proporção de indivíduos com nível superior e pequena proporção de negros. Já os trabalhadores não manuais de rotina, por outro lado, vêm se aproximando dos trabalhadores manuais qualificados tanto em termos de rendimentos, quanto em termos de composição racial. Nesse sentido, ao invés de falarmos de uma nova classe média poderíamos ponderar, talvez, sobre uma parcela da classe trabalhadora que, em relação a certas características, quase os rendimentos, estariam se aproximando dos setores mais baixos das classes médias.” (SCALON e SALATA, 2012, p. 404).

Em 2011, a “nova classe média” alcançou 105,5 milhões de brasileiros, ou seja, mais da metade da população do país. Do ponto de vista econômico, em 2009, este grupo concentrava 46,2% do poder de compra dos brasileiros graças ao crescimento do emprego formal. Juntamente com ele cresceram os anos de escolaridade no período 2003-09 e se evidenciou a importância do consumo como afirmação central da identidade deste grupo. (COCCO, 2013)

Para compreender melhor este processo, não podemos desconsiderar o crescente fortalecimento do capitalismo e o modelo de expansão macroeconômica do país no período de gestão do Governo Lula. Neste período a economia brasileira foi caracterizada por um período de crescimento com estabilidade de preços, aumento do salário mínimo, expansão do crédito popular, aumento nos postos de trabalho, distribuição de renda, contenção de preços (principalmente a cesta básica) e redução da miséria. André Singer, 2009, descreve que essas ações quando analisadas em conjunto constituíram uma plataforma na direção política que respondeu aos anseios da classe C. Ainda que nos anos 2000 o Brasil tenha apontado para a construção de um modelo de desenvolvimento que buscou combinar avanços econômicos e políticas sociais,

“A burguesia ao unir-se ao capital estrangeiro, isolando as classes mais baixas, optou e trilhou o caminho da dependência econômica, cultural e política em relação às nações hegemônicas. Nesse sentido, detendo o poder interno, implantou, para si e para o capital estrangeiro, o modelo de capitalismo moderno e cosmopolita, mas não autônomo nem desenvolvido. Contudo, para manter essa situação, foi necessário não construir uma sociedade competitiva na sua inteireza. Excluindo parcelas significativas da população, colocando-as sob forma não capitalistas de trabalho, tornou a sobre-exploração possível, conseguindo assim uma sobre-apropriação a ser repartida com o capital

estrangeiro. Essa exclusão da ordem social competitiva permite ainda manter política, econômica e culturalmente os despossuídos em estado de anomia, sem organização e reivindicação de direitos” (GUERRA et al, 2006, p. 56, 57)

A classe trabalhadora, ainda que com baixos salários, se viu atordoada pela possibilidade do acesso ao consumo que sempre lhe foi negado. Distraída com a conquista de interesses particulares não se deu conta de que os poucos direitos sociais conquistados poderiam se tornar uma realidade de poucas possibilidades. Por outro lado, o avanço das ideias neoliberais delimitou o projeto da Seguridade Social brasileira ao passo que o governo não se preocupou em construir bases sociais para a convocação de uma ampla discussão da agenda de análise dos processos e arranjos da política desenvolvimentista implantada. Assim, o debate de uma política de proteção social pautada nos princípios do welfare state ficou restrito às áreas técnicas do governo e não contou com a participação dos trabalhadores, manteve-se como uma discussão independente e setorial, o que mais uma vez, favoreceu o compromisso das elites (BAPTISTA, 1998) e de maneira perversa confundiu os trabalhadores. Isso nos convida a olhar a classe trabalhadora para além das lentes econômicas e do lugar da produção e lançar atenção à dinâmica das relações nas classes sociais, especialmente em tempos de profundas alterações no mundo do trabalho.

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores e formas institucionais.” (THOMPSON, 1987, p. 10)

Historicamente há uma relação íntima entre a classe média, o emprego assalariado, o posto de profissional liberal e a ocupação de microempreendedores, porém não é só isso. Uma classe social não pode ser matematicamente definida. Há que se considerar que está exposta a vivências e experiências ao longo da história dos homens e estas são significadas e ressignificadas por eles. Dessa relação dinâmica surge a consciência de classe, lembrando que “classe é uma relação e não uma coisa” (THOMPSON, 1987, p. 11)

Apesar dos avanços na política econômica, Pochmann, 2012, alerta que o que acompanhamos nos últimos anos é a expansão do setor de serviços – no qual as metas e o bônus fazem com que haja concorrência entre os trabalhadores, subtraindo mais uma vez a solidariedade coletiva – e da forte financeirização do capital, características que apontam para um novo capitalismo que imprime novas formas de produzir mercadorias e gerir o trabalho.

Como resultado das relações produtivas no mundo pós industrial, vemos a cada dia a desregulamentação dos direitos no mundo todo, o que mais uma vez coloca em xeque a nova classe média, marcada pela desvalorização do papel do Estado e imbuída pelo forte apelo das conquistas individuais em detrimento das lutas coletivas.

Se nos atentarmos ao fato que na primeira década do século XXI houve redução nas ocupações sem remuneração e aumento nas ocupações com rendimento de até 1,5 salário mínimo, podemos dizer que foi a inclusão dos pobres a base da alteração da estrutura social brasileira, são eles os principais sujeitos desta nova classe média, o que aponta para uma nova composição social na base da pirâmide, enquanto a média classe média, se manteve como sempre esteve na perspectiva de sua composição, crenças e valores. Esse redesenho que aproxima os pobres da velha classe trabalhadora traz uma linha de conflito radical para aqueles que ascenderam a um novo patamar financeiro,

“Não se trata mais de um antagonismo que separa (organizando sua subalternidade) o centro da periferia, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, os colonizadores dos colonizados. Trata-se de um antagonismo interno, sem fora, que acontece ao mesmo tempo no centro e na periferia, misturando o desenvolvimento com o subdesenvolvimento, em todas as direções.” (COCCO, 2013, p. 72).

Nesta perspectiva, a política apresentada para a chamada nova classe média, foi uma política dos pobres e, são eles que formam a base da estrutura social brasileira atual. “A grande mentira é achar que as classes médias e não os pobres, os trabalhadores e excluídos, como na periferia do capitalismo, formam o fundamento da estrutura social.” (SOUZA, 2012, p. 20) Desta forma, é possível arriscar dizer que a novidade na classe média é a inclusão dos pobres, antes não vistos e que agora fazem questão de se fazer presentes. Trata-se por assim dizer, menos de discutir a questão “nova classe média” e mais de se analisar como esse público, de trabalhadores pobres que chega a classe média, se inclui e é absorvido por ela, em outras palavras, “trata-se do que os pobres vão se tornar – o sujeito múltiplo da transformação ou as figuras homologadas nos valores de nova classe média, neoconservadora.” (COCCO, 2013, p. 71)

Embora no Brasil, a pobreza venha diminuindo constantemente desde 2003, dados preliminares indicam que com a crise de 2015/2016 a pobreza parou de diminuir e talvez tenha até aumentado. Até 2011, 59,8 milhões de pessoas ascenderam para a chamada nova

classe média. Segundo Cocco (2013), os 20% mais pobres crescem mais que outros países e a desigualdade vem caindo consistentemente. O índice de GINI, instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade social, também apresentou queda desde 2003, quase se igualando ao seu menor registro em 1960 quando começou a ser monitorado, porém ainda mostra o Brasil entre os países mais desiguais do mundo. A taxa de pobreza caiu de 16,02% em 2008 para 15,32% em 2009. (COCCO, 2013).

Desta forma, cumpre pontuar que o que se ampliou na sociedade foi a classe trabalhadora. “A classe operária – existe, e pode ser definida com alguma precisão como componente da estrutura social.” (THOMPSON, 1987, p. 11). A questão é compreender melhor os padrões existentes em sua formação, seu estilo de vida, sua visão de mundo. “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição.” (THOMPSON, 1987, p.12), isto nos leva a compreender a classe como uma formação social, cultural e econômica que se constrói de forma dinâmica através da história da humanidade.

Nessa perspectiva, Jessé Souza, 2012, traz considerações importantes acerca da influência do capitalismo como determinante do comportamento das pessoas. Irracional por excelência, o capitalismo moderno não se relaciona com as necessidades humanas ou com valores de uso. O capital é apenas um meio de satisfação de desejos que para se tornar aceitável precisa aparecer como uma atividade econômica “pura”, desvinculada e independente de limites e de justificações morais, quando, na verdade, alguma forma de justificação moral lhe é indispensável. Fundamentado nas ideias de Max Weber, Souza defende que as características simbólicas que envolvem o trabalho e o uso do capital extrapolam as referências econômicas. O trabalho precisa de uma justificação social e moral para que os trabalhadores se assujeitem a exercê-lo de boa vontade, a crença é a de que “o trabalho dignifica o homem”. A religião, neste sentido, se torna muito importante na produção do sentido do trabalho, o determinando como vocação, uma característica divina que se demonstra por meio da atividade racional e disciplinada que legitima o processo de acumulação de capital que

“só acontece por meio de uma violência simbólica específica, a qual possibilita que a legitimação moral e política do capitalismo ocorra por meio de um processo ambíguo de expressão/repressão econômica do conteúdo político e moral que lhe é inerente. Em uma palavra: o capitalismo só se legitima e se mantém no tempo por meio de um “espírito” que justifique o processo de acumulação de capital.” (SOUZA, 2012, p. 29)

A permanência do capitalismo como sistema social e político se encontra em seu pragmatismo e não na sua coerência com a realidade. O capitalismo é fluido, flexível, se altera no tempo de acordo com as demandas apresentadas pelos seus inimigos, assimilando ideias e ideais de seu tempo histórico, se adaptando o tempo todo às novas realidades e conferindo-lhes um sentido novo, vive de construções simbólicas, principalmente no que se refere à noção de bem comum, não é neutro. (SOUZA, 2012)

Para Marilena Chauí, 2013, ao longo do tempo o capitalismo vem se afirmando como uma “luta em aberto” onde predomina o setor financeiro na esfera da economia, da política e do campo social. Não é mais o capitalismo fordista subordinado à lógica do capital industrial, no qual o ritmo da fábrica determinava o tempo de valorização do capital empregado; nem mesmo o capitalismo toyotista, marcado pela possibilidade de se obter ganhos de produtividade graças ao patriotismo de fábrica, o trabalhador vestindo a camisa da empresa, passando a ser chamado de colaborador e o empresário de gestor, criando uma aura falsamente neutra que subordinava o trabalhador ao objetivo da empresa, relacionando o seu lugar de produção à sua identidade, autoestima e pertencimento. O novo capitalismo que desponta a partir dos anos 1990, traz com ele palavras de ordem como criatividade, espontaneidade, liberdade, independência, inovação, ousadia, busca do novo, apresentando uma nova semântica a serviço da acumulação do capital. Faz críticas aos horários rígidos e a burocracia dá lugar a organizações planas e flexíveis, enquanto as organizações hierárquicas são substituídas por organizações em rede. O que se consolida é o trabalho a curto prazo, por contrato, exigindo que o trabalhador aceite o desafio do risco, da instabilidade e da incerteza. O que se valoriza agora é o trabalho em equipe que imprime a ilusão de que trabalhadores e chefes são iguais. Há uma perda do senso de coletividade e passam a vigorar as comunidades eletrônicas que se caracterizam pela sua brevidade, pressa e inconsistência.

“Em outras palavras, o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da República. Isto significa a saída do Estado não apenas do Setor de Produção para o Mercado (como seria de se esperar numa ideologia da “desregulação” econômica), mas, sobretudo, do setor de serviços públicos (educação, saúde, moradia, transporte, cultura, etc). Em outras palavras, a reforma excluiu as exigências democráticas dos cidadãos ao Estado, isto é, excluiu todas as conquistas econômicas, sociais e políticas, vindas de lutas populares no interior da luta de classes.” (CHAUÍ, 2013, p. 93)

Mas apesar disso tudo, a luta social se mantém, porém agora sob o crivo do neoliberalismo, e é ela que traz legitimação ética e moral para a busca de justiça social.

“Ainda que essa luta exija mobilização política e ação coletiva organizada, a desconstrução conceitual da economia e de suas justificações como algo natural,



e não como algo construído socialmente, ao privilegiar positivamente alguns e estigmatizar outros, é parte importante na luta simbólica por justiça social.” (SOUZA, 2012, p. 31)

Em suma, é neste novo cenário que ascende economicamente o povo pobre, que chega a classe C como o novo trabalhador desenraizado, sem identidade de classe e sem vínculos de pertencimento a uma sociedade maior. Essa chamada “nova classe média” brasileira se encontra no centro do debate político nacional e é objeto de disputas subjetivas e/ ou simbólicas sobre sua própria constituição ou manutenção, ou disputas relacionadas “a dimensão esquecida da luta de classes” (SALATA, 2016).

Partindo do princípio que classes são as coletividades com as quais os indivíduos se identificam, o pesquisador André Ricardo Salata, através dos dados do “Survey Sobre a Classe Média Brasileira” (CESOP – UNICAMP, 2008), buscou compreender os contornos desta Nova Classe Média a partir de suas próprias percepções sobre o que significa fazer parte ou não deste grupo. Ao serem perguntadas sobre o que é essencial ou muito importante para fazer parte da classe média no Brasil, as características mais citadas foram: construir um padrão de vida estável, ter feito universidade, ter renda alta, acesso a lazer e diversão, ter casa própria, profissão de prestígio, estudar em escola particular e por fim ter seu próprio negócio. É o desejo das pessoas de se transformarem em indivíduos empresas, maximizadores de ganhos/prazeres e minimizadores de prejuízos/dores. Estas características se aproximam muito mais das classes mais abastadas, definidas por Neri como o grupo A e B do que da Classe C apresentada por ele, embora haja uma proporção significativa de pessoas da Classe C se identificando como Classe Média, Classe Média Baixa e Classe Trabalhadora. O grupo com perfil de renda A e B se identifica como classe média e tem receio da aproximação com as camadas inferiores, os pobres.

Através da análise de Correspondência múltipla, identificamos, no que se refere a nível socioeconômico e identidades de classe, três tipos básicos de indivíduos no Brasil: aquelas pessoas com nível socioeconômico muito baixo (em termos de renda, escolaridade, consumo e ocupação) e que tendem a ter uma identificação razoavelmente forte como Classe Baixa/Pobre; em seguida, aquelas pessoas de nível socioeconômico intermediário, com uma identificação subjetiva de classe muito pouco definida, e com uma tendência maior a se identificar como Classe Trabalhadora ou Classe Média Baixa; e, por fim, temos aquelas pessoas de nível socioeconômico muito alto, e com uma identidade claramente marcada pela Classe Média. (SALATA, 2016, p. 197)

Os participantes com perfil econômico da classe C se enxergam mais como um grupo intermediário. “Foram comuns, por exemplo, afirmações como: “estou no meio”, “na média”, “entre os pobres e os ricos”etc.” (SALATA, 2016, p. 251). Se consideram acima da pobreza,

mas longe dos ricos e não apresentam sentimentos evidentes de pertencimento a uma classe em especial.

A ideia de ser classe média no Brasil está baseada numa imagem do padrão de vida espelhado no padrão das famílias da classe média da Europa, vista pela sociedade brasileira como o ápice do desenvolvimento. O cidadão europeu de classe média foi idealizado e tomado como modelo de cidadão pleno de condições para o exercício de seus direitos civis, políticos e sociais, portanto ser da Classe Média, é ser superior em relação aos mais pobres, é desfrutar de prestígio e privilégios.

Salata (2016), conclui que a Classe C está longe de se reconhecer ou ser reconhecida como a Nova Classe Média e este fato têm consequências importantes na reprodução e no enfrentamento das desigualdades sociais do país. A elite brasileira apesar de reconhecer as desigualdades e desejar uma estrutura social mais igualitária, atribui ao Estado e apenas ao aumento da escolaridade, toda a responsabilidade para sua solução, não se sente parte integrante deste processo e não está disposta a abrir mão de nenhum de seus privilégios, como por exemplo, o aumento dos impostos para os mais ricos, talvez porque se perceba como Classe Média. Nesta perspectiva, dificilmente apoiará políticas que vislumbrem a redução da pobreza e das desigualdades.

Em estudo sobre a mobilidade econômica das classes sociais, Gustavo Venturi, José Reinaldo Riscal e Vilma Bokany (2013), apontam que esse novo grupo, denominado Nova Classe Média, deveria ser chamado “apenas de grupo do meio”, considerando, mais uma vez, insuficiente o critério de renda para a definição de classes sociais no Brasil, o que se confirma com os dados do survey da Fundação Perseu Abramo, realizado em agosto de 2012. Essa pesquisa aplicou o corte de renda domiciliar per capita da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para 2012, considerando os estratos intermediários de 291 a 1.019 reais. Este grupo representou 55% dos participantes da pesquisa, 20% pertenciam aos estratos baixos e 17% aos estratos altos.

A maioria dos entrevistados afirma que a vida melhorou nos últimos 10 anos, em todos os grupos observou-se algum grau de mobilidade ascendente e a aprovação do governo Lula foi quase unanimidade. Em relação ao acesso a bens materiais, o resultado é o aumento do consumo acentuado de bens duráveis, sobretudo nas faixas médias de renda o oposto do observado em relação aos bens culturais. Não se observou o acesso ascendente aos bens

imateriais como participação em palestra ou debate, idas ao teatro, visitas a museu de arte, etc. No que se refere ao grau de correspondência dos estratos de renda per capita com as classes sócio-ocupacionais, predomina a identidade como classe trabalhadora, a identidade de classe média chega a 36% entre o grupo das classes médias sócio-ocupacionais, ou seja, é minoritária.

Jessé Souza (2012) também buscou compreender a imagem que a Classe C tem de si mesma. Sua pesquisa demonstra que essa classe tem uma visão de mundo “prática”, tem preocupação com a distinção social que a diferencie das classes populares e a aproxime das classes dominantes. Segundo ele, estamos diante de uma nova classe trabalhadora que ainda convive com as características do antigo proletariado fordista, também aqui, este grupo está acima dos mais pobres e é capaz de ascensão social quando existem oportunidades de qualificação e inserção no mercado produtivo. Parece querer se aproximar do privilégio social de que desfrutaram os mais abastados. Privilégio aqui, entendido como

“o acesso indisputado e legitimado a tudo aquilo que homens e mulheres mais desejam na vida em sociedade: reconhecimento social, respeito, prestígio, glória, fama, bons carros, belas casas, viagens, roupas de grife, vinhos, mulheres bonitas, homens poderosos, amigos influentes, etc.” (SOUZA, 2012, p. 48)

Esse é o capital cultural da classe média, não é natural, é construído social e historicamente, perpetrado pelos mecanismos de socialização familiar.

A nova classe trabalhadora é comunitária em suas escolhas, prefere, por exemplo, ficar no mesmo lugar onde tem amigos e parentes do que mudar para outro bairro quando tem um salário melhor. O jogo paradoxal entre individualismo e coletivismo é o que faz a cultura política e o senso comum oscilarem na defesa e no ataque contra os princípios da seguridade. É resistente ao cansaço, possui mais de um emprego e turno de trabalho, trabalha e estuda, tem capacidade de poupança, resiste ao consumo imediato, crê em si mesmo e no próprio trabalho e transmite como capital familiar, valores do trabalho duro e continuado que se impõe desde cedo. Seu legado é a transmissão efetiva da “ética do trabalho”.

“Se o capital econômico transmitido é mínimo, e o capital cultural e escolar comparativamente baixo em relação às classes superiores, média e alta, a maior parte dos batalhadores entrevistados, por outro lado, possuem família estruturada, com a incorporação de papéis familiares tradicionais de pais e filhos bem desenvolvidos e atualizados.” (SOUZA, 2012, p. 50)

Em tempos de novo capitalismo, surge a demanda da pequena produção, muitas vezes de fundo de quintal, de produção familiar ou de pequena produção, representada pelos

empreendedores, num regime de trabalho de auto gestão e controle que seguem a regra da sobrevivência e do sucesso imediato. Em sua maioria, tem o mesmo estilo de vida do trabalhador.

“Essa nova classe trabalhadora labuta entre 8 e 14 horas por dia e imagina, em muitos casos, que é o patrão de si mesmo. O real patrão, o capital tornado impessoal e despersonalizado, é invisível agora, o que contribui imensamente para que todo processo de exploração do trabalho seja ocultado e tornado imperceptível. Vitória magnífica do capital, que depois de 200 anos de história do capitalismo, retira o maior valor possível do trabalho alheio vivo, sem qualquer despesa com a gestão, o controle e a vigilância do trabalho. Destrói-se a grande fábrica fordista e transforma-se o mundo inteiro numa grande fábrica, com filiais em cada esquina, sem luta de classe, sem sindicatos, sem garantias trabalhistas, sem greve, sem limite de horas de trabalho e com ganho máximo ao capital. Esse é o admirável mundo novo do capitalismo financeiro.” (SOUZA, 2012, p. 57)

Nas análises apresentadas até aqui, a chamada Nova Classe Média, apresenta distintas subdivisões: os pobres que ascenderam economicamente, mas não se reconhecem como pertencentes à Classe Média, outros que se identificam como Classe Trabalhadora, outros ainda, que se sentem “no meio” e não se identificam como pertencentes a nenhuma classe, a classe média tradicional “colarinho branco” que anseia se tornar parte da elite e ainda, a Classe AB que se diz pertencente à classe média. É verdadeiramente uma “Torre de Babel”, cenário confuso, contraditório, desigual, de impactos ainda não dimensionados na estrutura de classes da sociedade brasileira.

Diante de tamanhas contradições, podemos dizer que o uso do termo “nova classe média” é inadequado. Do ponto de vista das percepções de classe e da aceitação social há evidências de que este grupo que ascendeu economicamente não se reconhece como tal. Se analisarmos pelo viés da visão econômica proposta por Marcelo Néri (2010) e Marcio Pochmann (2012), veremos que a grande maioria das pessoas que ascendeu para a classe média, tem renda de até 1,5 salários mínimos. Renda suficiente para se enquadrar na classe média a partir da faixa de renda segundo critérios da pesquisa realizada por Néri e, ao mesmo tempo, ocupando postos de trabalho no mercado formal ampliando o grupo dos “ocupados de salário base”, definidos como categoria *working poor*, no olhar da pesquisa de Pochmann. Para ele, “na maior parte dos casos, a categoria *working poor* trata das ocupações que estão no entorno do salário mínimo oficial, cujo valor real determina a presença de trabalhadores pobres e sua relação com o nível de consumo.” (POCHMANN, 2012, p. 30).

Marilena Chauí (2013) também tece provocações no sentido de questionar a “nova classe média” brasileira. Sugere também que o que existe é uma nova classe trabalhadora,

cuja compreensão de suas formas de expressão e inclusão econômica sob os efeitos do neoliberalismo precisam de análise mais aprofundada. Propõe “considerações provisórias” sobre os critérios que definiam a classe média como renda, propriedade, escolaridade, serviços e busca interpretar a nova classe trabalhadora ao indicar que: a) os projetos e programas de transferência de renda e garantia de direitos sociais do governo brasileiro indicam que o que cresceu foi a classe trabalhadora que é complexa, heterogênea e não se limita aos operários da indústria e da agricultura tradicional; b) no setor de serviços, apesar da desativação do modelo de produção fordista e o aparecimento de empresas autônomas, os trabalhadores ainda estão vinculados à produção; a ciência e as técnicas estão diretamente ligadas à acumulação e reprodução do capital, levando cientistas e técnicos especializados à classe trabalhadora; c) os profissionais liberais formaram pequenas empresas e seus componentes se dividem entre assalariados e proprietários privados; d) os pequenos proprietários que desenvolviam negócios familiares são agora força produtiva que juntamente com os prestadores de serviços individuais são dirigidos e dominados pelos oligopólios multinacionais. Restam assim, as burocracias estatal e empresarial, os serviços públicos, a pequena propriedade fundiária, o pequeno comércio não filiado às redes de oligopólios transnacionais e os profissionais liberais não assalariados como categorias que se enquadram na classe média.

“Assim, quando dizemos que se trata de uma nova classe trabalhadora, consideramos que a novidade não se encontra apenas nos efeitos das políticas sociais e econômicas dos governos petistas, mas também nos dois elementos trazidos pelo neoliberalismo, quais sejam, de um lado, a fragmentação, terceirização e “precarização” do trabalho, e, de outro, a incorporação à classe trabalhadora de segmentos sociais que, nas formas anteriores do capitalismo, teriam pertencido à classe média.” (CHAUÍ, 2013, p. 98)

Essa nova classe trabalhadora, predominantemente pobre como já afirmado neste texto, num passado recente, não era vista pelos próprios operários como classe trabalhadora. No livro *Consciência Operária no Brasil*, Celso Frederico, 1979, apresenta sua pesquisa cujo objetivo foi sondar os diferentes aspectos e momentos da consciência operária através da apreensão da prática de um grupo de trabalhadores numa mesma fábrica. Foram entrevistados entre julho de 1970 a junho de 1971, 60 dos 164 operários que trabalhavam numa fábrica em Santo André. Além disso, foram levantadas as “histórias de vida” de 13 operários como forma de aprofundar questões surgidas nas entrevistas. No capítulo *Fenomenologia da Consciência Operária*, mostra que diante da pergunta: “ser operário é a mesma coisa que ser pobre?”, as respostas foram muito diversificadas:

- “Pobre-pobre é uma coisa, operário é outra”; - “O operário trabalha e vive do seu trabalho. Pobre vive jogado debaixo de ponte e não trabalha”; - “O operário é um assalariado”; - “Um operário pode pelo menos ganhar pra viver, fome ele não passa. O pobre não ganha nem pra comer, é um cara que não tem nem saúde.” - “Pobre é miserável, não tem nada. O operário tem seu trabalho” (FREDERICO, 1979, p. 95)

É clara a diferenciação feita pelos trabalhadores entre aqueles que participam ativamente do processo produtivo e aqueles que não participam. Os entrevistados percebem sua situação de classe trabalhadora e excluem dessa classe os que estão fora do processo produtivo formal, apontando uma relação intrínseca entre capital e trabalho, na qual “ser pobre” não é a mesma coisa que ser trabalhador.

Nesta perspectiva faz sentido dizer que a população que ascendeu economicamente, o fez, principalmente, pela via do acesso ao trabalho formal, se qualificando desta forma, para sua entrada na classe trabalhadora.

Paul Singer define a classe trabalhadora

“como o conjunto de pessoas que vivem apenas de seu próprio trabalho. Entre os trabalhadores há os meios de produção: o camponês que cultiva a própria terra ou terra arrendada com seus próprios instrumentos e animais de trabalho; o artesão que confecciona ou repara suas próprias ferramentas e matérias-primas; o comerciante que transaciona mercadorias que são dele ou lhe foram confiadas; o médico e o dentista que têm seu próprio consultório; o professor que dá aulas particulares etc. Ao lado destes trabalhadores por conta própria: o camponês sem terra e sem instrumentos e animais só pode sobreviver como assalariado agrícola permanente ou temporário; o artesão sem ferramentas e matéria-prima só pode sobreviver como assalariado industrial ou manufatureiro; o comerciante sem estabelecimento próprio tem de se tornar, para sobreviver, vendedor assalariado, isto é, comerciário; e assim por diante. (SINGER, 1987, p. 4)

Com tantas nuances, a classe trabalhadora parece estar desde sempre assujeitada a desigualdade injusta e a diferença de oportunidades para o acesso a bens e recursos na competição social típica do capitalismo. Para Singer (1987), a classe trabalhadora compreende quase a totalidade dos pobres, diz ele: “quem vive única ou principalmente do próprio trabalho dificilmente pode ser rico”, ressalta ainda que “a classe operária e a burguesia não devem ser confundidas, embora ambas formem o povo trabalhador.” Assim a classe operária, em essência, é composta pelos trabalhadores assalariados que não exercem autoridade sobre outros assalariados. Conclui dizendo que é um equívoco entender a classe trabalhadora como classe média

“Esta consideração não contribui, no entanto, para esclarecer a questão porque ‘classe média’ é um conceito que pertence a outro sistema de classificação, que nada tem a ver com o que define as classes operária, capitalista e pequena burguesia. As classes alta, média e baixa (ou A, B e C) se distinguem pelo nível

de rendimento e sobretudo pelos padrões de consumo. É certo que a maior parte da classe operária está na classe baixa, assim como a maior parte da classe capitalista está na classe alta. Mas, há operários muito bem pagos – porque altamente especializados – que fazem parte da classe alta e há capitalistas, principalmente em zonas rurais atrasadas, cujos padrões de consumo são tão modestos que os colocam na classe baixa. E na classe média encontramos operários, pequenos burgueses e burgueses. Portanto, se as faixas intermediárias entre classe operária e burguesia gerencial pertencem ou não, em função de seus ganhos e padrão de vida, à classe média é simplesmente irrelevante.” (SINGER, 1987, p. 9)

Assim, para fins deste trabalho, o objetivo de se realizar esta problematização em torno da questão da Nova Classe Média no Brasil e as classes sociais teve como intenção demonstrar como certas concepções de sociedade e de valores podem facilitar ou podem criar obstáculos para a consolidação da ideia central de solidariedade por trás dos princípios da seguridade social. O tema é tão intenso que ultrapassou os muros da academia e adentrou para o debate público em diversos meios de comunicação. Como já descrito, reconhecemos o crescimento econômico, aliado a programas sociais que culminaram na diminuição das desigualdades, porém, ao longo deste capítulo foram tecidas várias considerações que demonstram o quanto é incipiente dizer que os pobres que ascenderam economicamente adentraram a classe média. Esses trabalhadores são milhões de pessoas que lutam por sua sobrevivência e melhores condições de vida. Trabalham de dia, estudam a noite, participam da igreja e cultuam a autoajuda. Impulsionaram o comércio popular e demonstraram que se tiverem oportunidade não irão desperdiçá-la.

Em pesquisa recente da Fundação Perseu Abramo, 2017, intitulada *Percepções e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo* procurou-se compreender os elementos que tem formado a visão de mundo e o imaginário social nas periferias da cidade de São Paulo. A pesquisa utilizou as técnicas de grupos focais e entrevistas em profundidade, tendo como perfil da amostra homens e mulheres a partir de 18 anos. Considerou como renda familiar mensal famílias com renda até 2 salários mínimos (faixa 1), e entre 2 e 5 salários mínimos (faixa 2). A amostra contemplou ainda, um mínimo de 30% das entrevistas com beneficiários ou ex-beneficiários de programas sociais. Foram realizadas 63 entrevistas e 5 grupos focais no período de 22/11/2016 a 10/01/2017.

Dentre os resultados obtidos, podemos destacar aqui, que de maneira geral os trabalhadores da periferia de São Paulo, tem rotina agitada e sufocante, portanto, os olhares e discussões sobre a política se dão de forma superficial e pautada pela mídia; na política institucional não há diferenciação entre as esferas federal, estadual e municipal, é tudo

“governo”; não há cisão entre classe trabalhadora e a burguesia não perpassa pelo imaginário dos entrevistados, reconhecem que trabalhadores e patrões são diferentes, mas consideram que estão no “mesmo barco”, um precisa do outro, há destaque para o singular em detrimento do coletivo, assim não há conflito de interesses, há forte desejo por valorização pessoal. Independente da renda e da ocupação as pessoas tendem a se auto classificar como pertencentes à classe média, pois a pobreza está associada à falta de moradia e alimento e a riqueza está associada a abundância de patrimônios pessoais e familiares. O maior confronto não está na divisão entre ricos e pobres, entre capital e trabalho, entre corporações e trabalhadores, mas sim, entre Estado e cidadãos, entre a sociedade e seus governantes. Pensam que o Estado só cobra impostos e não devolve nada em troca. Querem ter sua singularidade e valores reconhecidos, rejeitam políticas que aparentam “duvidar” de suas capacidades individuais, como as cotas. Buscam ascensão social que os ajude a se distanciar e diferenciar dos pobres. Vêm no consumo importante meio de constituição da identidade e materialização da ascensão. Os mais velhos compram para atender necessidades básicas e para a família, os mais jovens buscam mais por marcas de itens pessoais, porém priorizam os gastos com casa própria e educação. Desejam ser empreendedores e muitos se solidarizam com os empresários, ao mesmo tempo ainda valorizam o contrato com carteira assinada em função da segurança que traz. Consideram a família como o grande alicerce e solução para os problemas individuais e coletivos, é na família que tudo se resolve. Entendem como público o que é gratuito e de má qualidade. Acreditam que frequentar a escola é a ferramenta para a mobilidade social. A religião tem papel de destaque e é o principal espaço de sociabilidade, que dá sentido de comunidade e funciona como selo de honestidade e idoneidade. Entendem a política institucional como “suja”, cheia de gente mau caráter, os políticos são vistos como usurpadores, indicam a corrupção como o principal problema do Brasil. A política precisa de gente do bem e a fim de trabalhar. Concedem maior credibilidade ao mercado, mas reconhecem a presença do Estado para reduzir desigualdades e garantir serviços básicos como saúde e educação. Políticas feitas pelo PT, como Bolsa Família, PROUNI e FIES são valorizadas, mas vistas como insuficientes e falhas, precisa de mais fiscalização para conter injustiças, como no caso do Bolsa Família.

Dentre as conclusões trazidas pela pesquisa está a afirmação de que no imaginário da população não há luta de classes; o Estado é visto como incompetente, ainda que se reconheça sua importância relativa. A visão de mundo, em muitos casos é formada com projeção aos grupos nos quais os indivíduos desejam estar. A ascensão social está relacionada à coragem,



ousadia e é tratada como resultado individual, apontando um sentimento de solidariedade mais estreito com os próprios empregadores do que aqueles que partilham de sua própria classe.

Moraes e Pochmann, 2017, ressaltam que devido a natureza distinta da pesquisa, não é suficiente a simples abordagem comparativa da nova classe trabalhadora de serviços com a classe trabalhadora industrial para entender seus valores e percepções. Chamam a atenção para as características dos trabalhadores de serviços que parecem ser equivalentes àquelas dos imigrantes da década de 1920, período em que se destacava a atuação anarquista contrária ao Estado e aos partidos políticos.

“No final do século XX, com a desindustrialização instalada e o avanço dos serviços, uma nova classe trabalhadora passou a se manifestar diferentemente da percepção e valores dos trabalhadores industriais. Isso porque o salto na condição de miserabilidade desprovida de cultura prévia do emprego regular e remuneração estável prevaleceu como ascensão social para grande parcela dos trabalhadores de serviços que encontrou ocupação nos mais de 22 milhões de empregos gerados entre os anos de 2003 a 2014. Adiciona-se também que tanto o predomínio de micro e pequenas empresas no setor de serviços, cuja hierarquia e disciplina se distanciam da verificada na grande empresa, como as técnicas mais subjetivas de gestão empresarial tendem a subverter a lógica da relação capital-trabalho. Nos serviços, ainda, a presença sindical, quando não ausente, ocorre de forma muito distinta dos sindicatos industriais.” (MORAES e POCHMANN, 2017, p. 103)

De qualquer forma, muitas são as interpretações que se pode tirar do conteúdo da pesquisa, ao que tudo indica, podemos entender que estamos diante de um fenômeno de mobilidade social que traz com ele significativas alterações, de um lado, na forma que esta nova classe trabalhadora tem de olhar para si mesma, seus anseios, sua visão de mundo e, de outro lado, na forma como acadêmicos, estudiosos, políticos, empresários, etc, tem ao olhar para ela. Várias são as narrativas e análises. Alguns comemoram a vitória do capitalismo ao constatar que essa nova classe trabalhadora valoriza os ideais capitalistas, outros entendem que ainda há discussões a serem travadas no que diz respeito às contrariedades que ela apresenta, como por exemplo, o aumento de impostos e o desejo de serviços públicos de qualidade. Sem dúvida, há uma transformação em curso. Pessoas antes invisíveis, tornam-se agora sujeitos de disputas políticas, orientam mercados e segmentos de consumo, trazem a tona a importância das camadas populares.

“Para os grupos posicionados a direita do pensamento político, a pesquisa é prova de um projeto que racionalize o Estado, estimule a iniciativa privada e premie os melhores e esforçados é eleitoralmente viável. Já para os grupos posicionados à esquerda do espectro político, trata-se de uma camada da sociedade intitulada como classe trabalhadora beneficiada nos governos do lulismo, que, no momento de retração do ciclo econômico, juntamente com a

crise política – mais especificamente os escândalos de corrupção – provocaram a interrupção dos processos de inclusão social, de distribuição de renda e de mobilidade social, gerando medo e ressentimento de declínio social, revelando uma nova subjetividade entre as camadas populares, configuradas como os que defendem o empreendedorismo, mas apoiam as intervenções do Estado, sendo necessário, portanto, a construção de novas narrativas contra-hegemônicas mais consistentes.” (DUDA, 2017, p. 01)

Ao mesmo tempo é preciso considerar as necessidades desse sujeito cidadão, que escreve dia a dia sua história num cotidiano de faltas, de provisões significativas que não lhe chegam a tempo de garantir um mínimo de descanso das situações diárias. O sujeito de direitos é também o sujeito de necessidades e talvez, neste momento, elas estejam à frente. A possibilidade de desfrutar pequenas oportunidades parece ter construído uma linha de fuga do cotidiano sofrido, ao mesmo tempo, tornou possível a vivência em situações cotidianas mais tranquilas e favoráveis, nas quais a necessidade deu lugar à conexão com outros desejos. “Estamos numa formação social; ver primeiramente como ela é estratificada para nós, em nós, no lugar onde estamos envolvidos; fazer com que o agenciamento oscile delicadamente, fazê-lo passar do lado do plano de consistência.” (Deleuze e Guattari, 27) é a partir daí que se torna possível a complexa construção da coletividade. Nesta perspectiva, a discussão sobre as classes sociais parece estar suprimida do debate, despolitizando o diálogo e diluindo a percepção de consciência de classe tão marcante na história do movimento operário, hoje tão enfraquecido, inclusive pela esquerda, que dada a concentração de renda e riqueza no capitalismo como um todo passou a pensar mais o mundo dividido entre ricos e pobres do que entre burgueses e trabalhadores.

“... a esquerda não se deu conta de que massa e classe não são expressões cambiáveis. Não compreendeu que são categorias históricas e estruturalmente diversas. Incorreu na ilusão semântica, proposta pelo getulismo e suas variantes. Não se dedicou à análise da realidade, para perceber que a essência das massas trabalhistas e populistas é antes a consciência de massa que a consciência de classe, antes o princípio da mobilidade social que o princípio da contradição. Que ela deveria traçar o caminho próprio para atingir e exprimir a consciência de classe. Enquanto a esquerda permanecia ao nível da consciência e da atuação das massas, nos moldes estabelecidos na democracia populista, ficava-se ao nível das reificações. Por isso, ela foi sempre surpreendida pelos golpes de Estado, pelas viradas bruscas, pelas oportunidades perdidas. Foi assim em 1945, com a deposição de Getúlio Vargas; em 1954, com o suicídio deste; em 1956/60 em face da habilidosa combinação da política de massas e do desenvolvimento internacionalista, conduzido por Juscelino Kubitschek de Oliveira; em 1961, ante a renúncia de Jânio Quadros e o empolgar das massas por Brizola; em 1964, ante o Golpe de Estado. Isto é, diante dos desdobramentos das contradições inerentes à democracia populista, a esquerda não formulou sua opção. Por isso, ela se condenou a assistir impotente à modificação drástica do quadro histórico no Brasil.” (IANNI, 1994, p. 100-101)

Ao mesmo tempo, com o liberalismo e o neoliberalismo, a prática da cidadania se vê diante de uma encruzilhada. Por um lado o percurso da cidadania brasileira sofreu avanços importantes, por outro se encontra diante de um cenário mundial que coloca em xeque a consolidação democrática o que gera um sentimento de perplexidade e frustração. (CARVALHO, 2017) Está em jogo uma nova forma de nossa existência que indica como devemos nos comportar, nos relacionar com os outros e com nós mesmos, além de definir novas formas de vida para que possamos alcançar a modernidade. Nos impõe a convivência num universo de competição que intima os assalariados e as populações a entrar na luta econômica uns contra os outros, organiza as relações sociais segundo as regras do mercado, justifica desigualdades profundas, orienta o indivíduo a conceber a si mesmo e comportar-se como empresa. Essas novas normas comandam políticas públicas, relações econômicas e subjetividades, esta última, exige o aparecimento de um novo sujeito. Todas essas são dimensões de uma *nova razão do mundo*. Essa é a tese defendida por Pierre Dardot e Christian Laval. Para eles o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, desimpedido de referências e plenamente assumido como construção e norma geral de vida.

“Não há dúvida que há uma guerra sendo travada pelos grupos oligárquicos, na qual se misturam de forma específica, a cada ocasião, os interesses da alta administração, dos oligopólios privados, dos economistas e das mídias (sem mencionar o Exército e a Igreja). Mas essa guerra visa não apenas a mudar a economia para ‘purificá-la’ das más ingerências públicas, como também a transformar profundamente a própria sociedade, impondo-lhe a fórceps a lei tão pouco natural da concorrência e do modelo da empresa. Para isso, é preciso enfraquecer as instituições e os direitos que o movimento operário conseguiu implantar a partir do fim do século XIX, o que pressupõe uma guerra longa, contínua e muitas vezes silenciosa, qualquer que seja a amplitude do ‘choque’ que sirva de pretexto para determinada ofensiva.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 20-21)

Portanto, torna-se agora fundamental compreender como o neoliberalismo influencia as condutas, as escolhas e as práticas das pessoas, uma vez que ele emprega técnicas de poder sobre as condutas e as subjetividades, extrapolando a esfera mercantil e o campo da acumulação de capital. “Em última análise, o neoliberalismo é o portador de um processo de mercantilização generalizada das relações sociais.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 23)

Há uma nova subjetividade em curso, na qual o sujeito se relaciona com ele mesmo como um capital humano que deve crescer indefinidamente, esse novo sujeito neoliberal é competitivo, é um indivíduo que não deve mais se ver como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço em um mercado, é a figura do homem-empresa, o novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. É uma nova regra do jogo que muda

radicalmente o contrato de trabalho, eliminando a relação salarial, chegou a hora de substituir o contrato salarial por uma relação contratual entre empresas de si mesmo. A Seguridade Social, tão cara aos trabalhadores, é vista apenas como um seguro obrigatório para cobrir riscos profissionais dos assalariados. Há na realidade a criação social e política de riscos individualizados que podem ser geridos por empresas que tem um setor comercial para gestão de riscos, enquanto isso, os governos tratam de reduzir a cobertura socializada dos gastos com doenças e aposentadoria, transferindo sua gestão para empresas de seguro privado fortalecendo a lógica individualizada que destrói a dimensão coletiva da existência, entre elas as classes sociais. A individualização é tão radical que faz com que todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais. A concepção dos bens públicos é profundamente afetada, os fundamentos simbólicos encontrados nos princípios da cidadania, dão lugar às estratégias de gestão preocupadas mais com técnicas de avaliação de resultados do que com princípios de universalidade dos direitos.

“Nada de direitos se não houver contrapartidas é o refrão para obrigar os desempregados a aceitar um emprego inferior, para fazer os doentes ou os estudantes pagarem por um serviço cujo benefício é visto estritamente como individual, para condicionar os auxílios concedidos à família às formas desejáveis de educação parental. O acesso a certos bens e serviços não é mais considerado ligado a um status que abre portas para direitos, mas o resultado de uma transação entre um subsídio e um comportamento esperado ou um custo direto para o usuário. A figura do ‘cidadão’ investido de uma responsabilidade coletiva desaparece pouco a pouco e dá lugar ao homem empreendedor. Este não é apenas o ‘consumidor soberano’ da retórica neoliberal, mas o sujeito ao qual a sociedade não deve nada, aquele que ‘tem de se esforçar para conseguir o que quer’ e deve ‘trabalhar para ganhar mais’, para retomarmos alguns dos clichês do novo modo de governo. A referência da ação pública não é mais o sujeito de direitos, mas um ator autoempreendedor que faz os mais variados contratos privados com outros atores autoempreendedores. Dessa forma, os modos de transação negociados caso a caso para ‘resolver os problemas’ tendem a substituir as regras de direito público e os processos de decisão política legitimados pelo sufrágio universal. Longe de ser ‘neutra’, a reforma gerencial da ação pública atenta diretamente contra a lógica democrática da cidadania social; reforçando as desigualdades sociais na distribuição de auxílios e no acesso aos recursos em matéria de emprego, saúde e educação, ela reforça as lógicas sociais de exclusão que fabricam um número crescente de ‘subcidadãos’ e ‘não cidadãos’.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 380-381)

Ao que tudo indica, a classe trabalhadora já está imersa, capturada neste novo sentido da existência, abandonando a luta de classe que a levou à conquista de direitos. As jornadas de junho de 2013, além de serem portadoras do descontentamento com as condições de vida na cidade, abriram caminho para que grupos oportunistas reforçassem essa *nova razão do mundo*. O desafio das lutas sociais atuais é decidir a continuação- ou até mesmo a radicalização - dessa lógica neoliberal ou o seu fim. Contrariando o presságio de Margaret

Thatcher que disse “a economia é o método. O objetivo é mudar a alma”, temos o grande desafio de pegar nossas almas de volta.

Com respaldo teórico apresentados nos capítulos I e II deste trabalho vimos que a seguridade social no capitalismo central se conforma a partir das lutas das classes trabalhadoras pela conquista dos direitos de cidadania. Ao longo da história estas lutas sempre foram marcadas por tensões, contradições e mudanças sociais que seguiram variados ritmos e padrões. O welfare state nas sociedades capitalistas se mostrou um forte instrumento de controle econômico, social e político do capitalismo avançado que tanto se beneficiou da classe operária para a consolidação das chamadas democracias industriais. Sendo o Estado liberal o principal fato político do século XX, assistimos calados a configuração do Estado mínimo que deu pouca atenção aos direitos sociais e conseqüentemente à seguridade social, deixando a classe trabalhadora a mercê de seu próprio trabalho controlado pelo Estado. Tornaram-se assim tão ocupados que pouco se incomodaram com a conquista dos direitos civis e políticos. Embora tenhamos assistido ao avanço do welfare state no período pós segunda guerra mundial, o fato é que o chamado “anos de ouro” foi uma resposta a tempos de austeridade e necessidade de reconstrução. Foi possível vivenciar neste momento da história uma agenda comum entre todas as classes sociais, ainda que sem tocar na sua estrutura de divisão de classes. Diante desta agenda comum, os direitos passaram a ser universais, prevaleceu naquele momento o princípio da Seguridade Social, marcada pela solidariedade partilhada por toda a sociedade.

Com o retorno da onda neoliberal nos anos 1990, os direitos universais passam a ser substituídos por políticas focais e mínimas, compartilhadas com o mercado e outras esferas privadas. As ofertas para a classe trabalhadora vão se tornando escassas, a proteção social, que no caso do Brasil, nem se consolidou, vai sendo derrotada pelo mercado e a solidariedade tão importante para as causas coletivas se enfraquece diante do jogo dos interesses corporativistas da própria classe trabalhadora. Nesta perspectiva, o capitalismo agora neoliberal, traz mudanças significativas ao mundo do trabalho e entende que o bem estar social pertence agora à vida privada dos indivíduos e de seus grupos sociais, confundindo os valores da classe trabalhadora, desqualificando e despolitizando a questão social como questão pública de interesse de todos.

Não podemos desconsiderar que a configuração do welfare state no Brasil se dá no cenário de capitalismo e industrialização tardios, marcada por profunda desigualdade social e

cultura de padrão mandonista, particularista e exclusivista das elites que se reproduz diretamente nas relações de trabalho entre patrões e assalariados. A cidadania brasileira e a democracia não eram uma condição geral da sociedade. Esse desequilíbrio traz uma discrepância nos direitos da cidadania. Na perspectiva dos direitos civis, os cidadãos brasileiros são divididos em classes: há os de primeira classe, os privilegiados, os doutores, que estão acima da lei; ao lado destes há os cidadãos simples, de segunda classe, sujeitos aos rigores e benefícios da lei. Estão aqui os trabalhadores assalariados, os pequenos funcionários, os pequenos proprietários urbanos e rurais. Frequentemente estão à mercê da polícia e de outros agentes da lei que definem que direitos serão ou não respeitados; por último há os elementos, considerados cidadãos de terceira classe. São os trabalhadores sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, camelôs, mendigos, etc. Existem apenas nominalmente, seus direitos civis são ignorados e são sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia. Não são protegidos e nem acolhidos pela sociedade e pelas leis. (CARVALHO, 2017)

Muitos dos trabalhadores que adentraram a classe média no período desenvolvimentista do governo Lula, saíram daqui. Eram antes “elementos” que agora desejam outra identidade. Viveram sempre desprotegidos, conheram apenas a lei do Código Penal. Saem do anonimato e passam a ser vistos, o que altera a estrutura social brasileira. Contraditoriamente, alcançam pelas lentes do mercado o direito ao consumo e por aí buscam a cidadania.

Considerando que o capitalismo não funciona isento de ter que atender as demandas do trabalho, não pôde ficar, até este momento da história, apartado de condições mínimas de proteção social. O capitalismo agora neoliberal, concebe um novo tecido social, no qual os indivíduos estão assujeitados às suas conquistas individuais, é o indivíduo-empresa que precisa se autogerir.

“Convencido de que é o único responsável pela sua derrota social e econômica, o indivíduo cede às pressões do sistema e se sujeita à penitência da miséria; do desemprego ou do trabalho degradante; da fome; do castigo no transporte público precário, na habitação de risco, na desassistência completa. Mas prossegue no culto ao capital.” (PEREIRA, 2016, p. 340)

## CONCLUSÃO

Temos vivido nos últimos anos, especialmente a partir das mobilizações que ocorreram no Brasil em junho de 2013, momentos de muita tensão. Recebemos o tempo todo sinais de que conquistas importantes no campo dos direitos humanos e sociais, como, por exemplo, direitos trabalhistas e previdenciários tendem a se enfraquecer ou até mesmo se perder. Talvez, um dos caminhos que se abra para a sociedade seja sua auto-organização, mais do que nunca é preciso tomar o destino pelas mãos e decidir de uma vez por todas de que forma se quer viver.

Sabemos que isso só é possível quando há possibilidade de pensar sobre si mesmo, nas relações estabelecidas com o lugar onde se vive, nas urgências que a vida apresenta e nas possibilidades de futuro que podem ser construídas individual e coletivamente. Não é uma tarefa fácil e nem um desafio trivial, pelo contrário, o desafio que se apresenta é extremamente difícil e exige daqueles que se dispõem a enfrentá-lo, tolerância e paciência.

“A queda do império soviético, o movimento de minorias nos Estados Unidos e, principalmente, a globalização da economia em ritmo acelerado provocaram, e continuam a provocar, mudanças importantes nas relações entre Estado, sociedade e nação, que eram o centro da noção e da prática da cidadania ocidental. O foco das mudanças está localizado em dois pontos: a redução do papel central do Estado como fonte de direitos e como arena de participação, e o deslocamento da nação como principal fonte de identidade coletiva.”  
(CARVALHO, 2017, p. 225)

Observamos ao longo deste trabalho que as conquistas do bem-estar social no capitalismo central foram sempre permeadas pela relação pendular entre Estado de um lado e mercado de outro. As reformas trazidas pelo Estado de bem estar social, foram desde sempre, resultado dos conflitos entre a classe trabalhadora e o capitalismo e se fortaleceram com a chegada das chamadas democracias industriais. A conquista da cidadania nos países europeus aconteceu de forma lenta e sequencial: primeiro vieram direitos civis, depois os direitos políticos e por fim os direitos sociais. A desigualdade, típica do sistema capitalista, era aceitável desde que existisse a igualdade da cidadania. Nesta perspectiva, as questões relacionadas ao welfare state ganharam destaque após a Segunda Guerra Mundial e a combinação entre as estruturas do estado de bem-estar social e as estruturas econômicas parece não ter sido alvo de grandes polêmicas. Os trabalhadores, certos de que alcançaram a

cidadania, se adequaram ao capitalismo, porém, o avanço enlouquecido do capitalismo trouxe com ele mudanças significativas na organização do trabalho. O avanço do desemprego estrutural de longa duração, as relações de trabalho precarizadas, não associadas a direitos, levaram a mudanças que seguem em direção à restrição, seletividade e focalização das políticas que fomentam a proteção social, concentrando-se em grupos minoritários com direitos também mínimos. Ao Estado cabe legislar e reprimir.

Com a crise mundial de 2008, ficou demonstrado que o capitalismo, agora neoliberal, se apresentou para as classes dominantes como uma oportunidade, como um modo de governo que produz novos tipos de relações sociais e novas subjetividades. O indivíduo é levado a conceber-se e comportar-se como uma empresa. Desta forma, a solidariedade, um dos pilares da proteção social, já não existe mais. O projeto coletivo de uma sociedade que tem deveres e responsabilidades de proteger seus membros perdeu o sentido. Foi substituído pelo indivíduo-empresa. O que se valoriza é o trabalho em equipe que imprime a ilusão de que trabalhadores e chefes são iguais.

No Brasil, o projeto de Estado de bem-estar social foi criado em torno de uma formação social e estatal tardia e de uma aliança frágil entre classes. A conquista da cidadania brasileira se deu de maneira inversa a descrita por Marshall nos países ocidentais, aqui, primeiro vieram poucos direitos sociais, o que causou uma grande desvantagem no exercício continuado da democracia política. O projeto da Seguridade Social brasileira não contou com governos que se preocuparam em construir bases sociais para a convocação de uma ampla discussão da agenda de análise dos processos e arranjos da política proposta pela Constituição de 1988. Devemos reconhecer os avanços trazidos pelo estágio desenvolvimentista do governo Lula, porém é preciso reconhecer também que o debate de uma política de proteção social pautada nos princípios do welfare state ficou restrito às áreas técnicas do governo e não contou com a participação dos trabalhadores, manteve-se como uma discussão independente e setorial, o que favoreceu o compromisso das elites e de maneira perversa, confundiu os trabalhadores.

A experiência desenvolvimentista do governo de Lula não foi suficiente para conter o avanço de políticas públicas mercantilizadas, embora tenha reduzido desigualdades através da política de salário mínimo e expansão de empregos, da implantação do Programa Bolsa Família, o apoio à pequena agricultura, o subsídio à moradia popular e a facilitação das famílias de baixa renda à universidade. Estas conquistas alteraram a estrutura social que



justifica o debate sobre classes sociais no Brasil. Olhando para a estrutura de classes brasileira é possível verificar que a classe trabalhadora brasileira vem crescendo, e no período de 2003 a 2009, acompanhamos aumento na renda dos grupos intermediários, chamados neste trabalho de nova classe trabalhadora, aproximando a baixa classe média e os trabalhadores. Ainda que com baixos salários este grupo se viu diante da possibilidade do acesso ao consumo que sempre lhe foi negado, buscando a cidadania a partir do direito de consumir. Por outro lado, o avanço do neoliberalismo no Brasil, delimitou o frágil projeto de Seguridade Social, uma vez que não havia pacto substancial entre governo e sociedade para colocá-lo em prática na perspectiva dos direitos coletivos em busca de uma sociedade mais justa e solidária.

A deposição da presidenta Dilma Rousseff em 2016, demonstra que novos rumos vem sendo dado as políticas públicas e ao sistema de proteção social brasileiro e, ao que tudo indica, a narrativa dos grupos políticos da direita vem fazendo sentido para a nova classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, T. W. F. Seguridade Social no Brasil. Revista do Serviço Público. N.03, jul-set 1998
- BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2007
- BERTONCELO, E. R. E. As Classes na Teoria Sociológica Contemporânea. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, n. 67, 1º semestre de 2009, p. 25-49
- BENEVIDES, C. V. Um Estado de Bem-Estar Social no Brasil? Niterói, 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Prof. Célia Lessa Kerstenetzky
- BOKANY, V., RISCAL, J., VENTURI, G. Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora. In: Classes? Que Classes? Ciclo de debates sobre classes sociais. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10597.pdf> Acesso em 02/12/2013, p. 39-51
- BORDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. 8. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2015
- BOSCHETTI, I. Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. Disponível em:  
[http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade\\_social\\_no\\_brasil\\_conquistas\\_e\\_limites\\_a\\_sua\\_efetivacao\\_-\\_boschetti.pdf](http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf) Acesso em 12/02/2018
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Comissão para definição da Classe Média no Brasil, 2012 Disponível em <http://www.sae.gov.br>
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Vozes da Classe Média: é ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas. Brasília, Edição Marco Zero, setembro/2012
- CAMOLEZE, J. M. C. Memória coletiva e patrimônio histórico: dimensões da legislação municipal de Jundiaí-SP. Marília, 2017. 400 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da

Informação) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Leandra Bizello

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

CASTRO, A. C. Política Social: alguns aspectos relevantes para discussão. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009, p. 87-126

CASTRO, N. América Latina e Caribe: integração emancipadora ou neocolonial. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015

CEOLIN, G. F. Crise do Capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 118, abr./jun. 2014, São Paulo: Cortez, p. 239-264,

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: Classes? Que Classes? Ciclo de debates sobre classes sociais. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10597.pdf> Acesso em 02/12/2013, p. 87-103

COCCO, G. Nova classe média ou nova composição de classe? In: Classes? Que Classes? Ciclo de debates sobre classes sociais. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10597.pdf> Acesso em 02/12/2013, p. 65-85

CRUZ, R. C. Preconceito social na internet: cultura informacional e distinção em redes sociais. Belo Horizonte: Do autor, 2016

CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no governo Lula. Economia & Tecnologia, Volume Especial, ano 07, 2011

DANTAS, R. A grande crise do capital. Cadernos de Ética e Filosofia Política, n. 14, São Paulo, 2009, p. 47-72

DARDOT, P. LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016

- DELGADO, G. JACCOUD, L. NOGUEIRA, R. P. Seguridade social: redefinindo o alcance da cidadania. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4347> Acesso em setembro de 2017
- DOWBOR, L. A formação do capitalismo dependente no Brasil. Estudos Latinoamericanos, v. 04, 1978, p. 53-72
- DRAIBE, S. M. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid=S010320702003000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S010320702003000200004) Consultado em 08/09/2017
- DRAIBE, S. M. O welfare state no Brasil: características e perspectivas. Caderno de pesquisa, n. 08. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Universidade Estadual de Campinas, 1993
- DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino americanas. Revista USP, n. 117, 1993
- DRAIBE, S. M., RIESCO, M. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimento em gestação? Revista Sociologias, n. 27, mai/ago. 2011, p. 220-254
- DUDA, E. A constituição da subjetividade da população periférica. Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/constituicao-da-subjetividade-da-populacao-periferica> Acesso em 23/04/2017
- EL PAÍS, 14/12/2017 – 20:28
- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sci\\_arttex&pid=S0102-64451991000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sci_arttex&pid=S0102-64451991000200006) Acesso em 17/10/2016
- FAGNANI, E. A reforma tributária e o último suspiro da proteção social. Carta Capital, 11 de out./ 2017. Facebook, acesso em 13/10/2017
- FAGNANI, E. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. Revista Ser Social, v. 13, n. 28, jan/jun. 2011, pp. 41-80

- FAGNANI, E. Seguridade Social: a experiência brasileira e o debate internacional. Análises e Propostas, n. 42, dez./2011, Fundação Friedrich Ebert
- FERNANDES, A. E. S. M. Cultura e Crise da Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 90 e 90. 6 ed. – São Paulo, Cortez, 2011
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed., São Paulo, Editora Globo, 2006
- FERNANDES, F. Mudanças sociais no Brasil. 3 ed. – São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1979
- FREDERICO, C. Consciência operária no Brasil. 2. ed. – São Paulo: Ática, 1979
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo. Disponível em [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br) Acesso em abril de 2017
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO e FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT (org). Classes? Que Classes? Ciclo de debates sobre classes sociais. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10597.pdf> Acesso em 02/12/2013
- GOMES, A. C. A invenção do trabalhismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005
- GOMES, F. G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122006000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000200003) Acesso em 05/10/2016
- GUERRA, A. et al. Classe Média Desenvolvimento e Crise. São Paulo: Cortez, 2006
- GUIMARÃES, S. P. Os Donos do Poder: a macroestrutura. In: Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, pp. 15-71
- HOBBSBAWN, E. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- HOFLING, E. M. Estado e Políticas (públicas) sociais. Caderno CEDES, ano XXI, n.55, Universidade Estadual de Campinas, novembro/2001

- IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. 5. ed – São Paulo/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994
- KEYNES, J. M. A teoria geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo, Círculo do Livro, 1996
- KING, S. D. O Estado e as estruturas sociais de bem-estar em democracias industriais avançadas. *Novos Estudos*, v. 3, ed. 22, out./1998, pp. 53-76
- LA BOÉTIE, E. Discurso da Servidão Voluntária. São Paulo: Martin Claret, 2009
- MAAR, W. L. Luta de classes na socialização capitalista: Estado privatizado e construção privada da esfera pública. In: *As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* 1. ed., São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 219-250
- MARQUES, R. M.; MENDES, A. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 03, São Paulo, jul./set. 2004, p. 3-15 Versão on line ISSN 1806-9452
- MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967
- MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.
- \_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013
- \_\_\_\_\_. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010
- MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2011
- MEDEIROS, M. A. trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Texto para Discussão n. 852, IPEA, Brasília, 2001
- MORAES, R. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-Sociedade. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 80, Set./2002, Campinas. ISSN 0101-7330 On Line version ISSN 1678-4626

- MORAES, R. POCHMANN, M. Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do século XXI: experiências no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017
- MOTA, A. E. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. Disponível em <https://configuracoes.revues.org/1324>
- MOTA, A. E. Seguridade Social Brasileira: Histórico e Tendências Recentes. In: Serviço Social e Saúde, 2. ed. – São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007
- NAVARRO, V. Produção e estado de bem-estar. O contexto político das reformas. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid=S0102-64451993000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-64451993000100007) Acesso em 25/05/2017
- NERI, M. C. A nova classe média: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010
- NOZAKI, W. Ciclos econômicos e cultura política: a sociedade brasileira entre valores modernos e valores mercantis, 2017
- OLIVEIRA, F. Crítica a razão dualista: o ornitorrinco. Edição eletrônica <https://pt.scribd.com/.../docslide-com-br-critica-a-razao-dualista-o-ornitorrinco-pdf>
- PEREIRA, C. P. Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Brasília, 2013. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Ivanete Salete Boschetti
- PEREIRA, C. P. Proteção Social no Capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016
- PIKETTY, T. O Capital no século XXI. 1. ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014
- POCHMANN, M. Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012
- PRADO JUNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2004
- PRZEWORSKI, A.; WALLERSTEIN, M. O capitalismo democrático na encruzilhada. Revista Novos Estudos, v. 03, n. 22, out. 1988, São Paulo: Cebrap, p. 29-44

- RIBEIRO, C., SCALON, M. C. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. Dados, v. 44, n. 1, ISSN 0011-5258, 2001
- SALATA, A. R. A classe média brasileira: proteção social e identidade de classe. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, recurso digital (e-book)
- SALATA, A. R. Quem é a Classe Média no Brasil? Um estudo sobre identidade de classe. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201540> Acesso em setembro de 2016
- SANTANA, L.; SERRANO, A.; PEREIRA, N. Seguridade Social pós Constituição Federal de 1988: avanços e desafios para implementação da política. Trabalho apresentado na IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal de São Luís do Maranhão, 20 a 23 de agosto de 2013
- SCALON, C. SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil da última década? Disponível em [http://www.scielo.php?script=sci\\_arttex&pid=S0102-69922012000200009](http://www.scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-69922012000200009) Acesso em 22/03/2017
- SCALON, C. SANTOS, A. F. Desigualdades, classes e estratificação social. In: Horizontes das Ciências Sociais no Brasil, São Paulo: ANPOCS, 2010, p.79-105
- SILVA, M. O. S. Origem e desenvolvimento do welfare state. Disponível em [www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3709/1731](http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3709/1731) Acesso em 22/03/2017
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. Novos Estudos, n. 85, nov./2009, São Paulo: Cebrap, p. 83-102
- SINGER, A. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos? 1. ed., São Paulo, Boitempo, 2016, p. 21-54
- SINGER, P. A formação da classe operária no Brasil. 4. Ed. – São Paulo: Atual; Campinas, Sp: Editora Universidade Estadual de Capinas, 1987
- SINGER, P. O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987
- SMITH, A. A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas. Vol. I, São Paulo, Círculo do Livro, 1996



- SOUZA, J. NOZAKI, W. O cotidiano dos batalhadores na periferia de São Paulo. Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/content/artigo-de-jessé-de-souza-e-william-nozaki-“o-brasil-não-conhece-o-brasil”> Acesso em 21/04/2017
- SOUZA, Jessé et al. A Ralé Brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009
- SOUZA, Jessé at al. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. Ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SOUZA, J. (org) A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006
- SPOSATI, A. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 116, out/dez 2013, São Paulo: Cortez Editora, p. 652-674
- SPOSATI, A. Tendências latino americanas da política social pública no século 21. Revista Katálysis, v. 14, n. 1, jan/jun. 2011, p. 104-115
- SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009, p. 13-55
- THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- TIBLE, J. Una Nueva clase media em Brasil?: El lulismo como fenómeno político-social. Nueva Sociedad, n. 41. Enero-Febrero/2013. Disponível em [www.nuso.org](http://www.nuso.org)
- WALLERSTEIN, E. A reestruturação capitalista e o sistema mundial. Revista Perspectivas, v. 20/21, São Paulo, 1997/1998, p. 249-267
- WEBER, M. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed., 3. reimpressão – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012

